338.1737
M 654
U 1

ROTEIRO DO CAFÉ
E OUTROS ENSAIOS

336.17373
T.654
u1

OBRAS DO AUTOR:

POEMAS ANÁLOGOS — São Paulo 1927 — (Esgotado)

TERMINUS SÊCO (ensaios) — São Paulo 1930 — (Esgotado)

ROBERTO (narrativa) — Nicolini & Cia. São Paulo — 1935

MARCHA À RÉ (ensaios) — São Paulo 1937. Ed. Livr. José Olímpio — (Esgotado)

ROTEIRO DO CAFÉ — Estudo histórico-demográfico — Ed. da Escola Livre de Sociologia e Política — São Paulo — 1938 — (Esgotado)

ROTEIRO DO CAFÉ E OUTROS ENSAIOS — 2.ª ed. Departamento de Cultura — (Esgotado)

POEMAS — Ilustrações de Valdemar da Costa — São Paulo — 1938. Tiragem limitada — (Esgotado)

ENSAIOS — Edição do autor — São Paulo — 1938.

PINTORES E PINTURAS — Ed. Livraria Martins — São Paulo — 1940.

A EXPOSIÇÃO DE PINTURA FRANCESA — Separata da Revista do Arquivo Municipal, n.º LXX.

TRADUÇÕES

Bertita Harding — A COROA FANTASMA — Ed. José Olímpio — Rio 1939.

J. M. Rugendas — VIAGEM PITORESCA ATRAVÉS DO BRASIL — Ed. Livraria Martins — São Paulo — 1940.

J. B. Debret — VIAGEM PITORESÇA AO BRASIL — Ed. Livraria Martins — São Paulo 1940.

SÉRGIO MILLIET

ROTEIRO DO CAFÉ

E OUTROS ENSAIOS

(3.ª EDIÇÃO - REVISTA E AUMENTADA)

CONTRIBUIÇÃO
PARA O ESTUDO
DA HISTÓRIA ECONÔMICA
E SOCIAL DO BRASIL

COLEÇÃO DEPARTAMENTO DE CULTURA
VOLUME XXV SÃO PAULO-1941

1940 22 4 46

ROTEIRO DO CAFÉ

I

INTRODUÇÃO

A passagem do café pelo Estado de São Paulo, com suas repercussões sôbre a situação demográfica das zonas percorridas, constitue sem dúvida um dos estudos mais curiosos e importantes da história econômica paulista. Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em tôrno do "ouro verde", dêle tudo emana e a êle tudo se destina: homens, animais, máquinas. A terra cansada que êle abandona se despovoa, empobrece, definha; a terra virgem que êle deflora logo se emprenha de vida ativa, enriquece, progride. O fenômeno é visível a ôlho nu. Não é necessário ser historiador, economista ou sociólogo para observá-lo. Um golpe de vista basta. E talvez por isso mesmo, pelo seu caráter familiar, não desperte o interêsse dos nossos estudiosos.

Pouco se escreveu até hoje de positivo sôbre o assunto, do ponto de vista ecológico, ou simplesmente social. A própria história o abordou apenas incidentemente, limitando-se à pesquisa da data da introdução do primeiro pé de café no país e a considerações muito vagas sôbre a importância da produção cafeeira no desenvolvimento geral do comércio brasileiro. Taunay, que mais cuidadosamente estudou a história do café, que a estudou mesmo exhaustissimamente, se chegou a entrar na análise regional do pro-

blema, não se preocupou entretanto com a parte demográfica. Faltou-lhe, provàvelmente, a fonte dos dados estatísticos precisos e detalhados. E o dinamismo do fenômeno demográfico-econômico do café escapou-lhe como aos outros, nas suas minúcias (1).

A falta de dados tem sido de resto um dos obstáculos mais sérios aos estudos de história econômica no Brasil. Bem o compreendeu Roberto Simonsen, tentando, no seu curso da Escola Livre de Sociologia e Política, fazer o levantamento das várias situações econômicas da colônia. Sua obra, por tantos motivos valiosa, comporta informações de primeira ordem para quem deseje penetrar a complexidade do problema brasileiro. Certas questões, êle as analisou em profundidade pela primeira vez entre nós; o valor do ciclo do pau brasil, o caráter capitalista da colonização, as condições de trabalho, a influência do comércio do gado. Dados difíceis de colhêr e de elaborar, êle os apresentou, também pela primeira vez, de um modo racional; tabelas de conversão das moedas usadas na colônia ao poder aquisitivo do mil réis de hoje, etc. E bem o compreendeu Alcântara Machado, ao esmiúçar os testamentos e inventários dos séculos XVI e XVII, num esmiuçamento exhaustivo de detalhes, à primeira vista insignificantes, mas essenciais ao conhecimento do padrão de vida no São Paulo colonial.

Outros obstáculos porém se apresentam ainda diante de quem se abalance a estudos menos exteriores da história. Assim a impossibilidade de comparações aproveitáveis em virtude da contínua modificação das unidades territoriais estatísticas.

A divisão territorial brasileira, baseada o mais das vêzes nas necessidades políticas do momento, é muito pouco satisfatória e não abre grandes horizontes nem mesmo aos olhos mais perspicazes. Arbitrária e instável, ergue-se como uma barreira intransponível diante do estudioso. Na apreciação dos grupos totais, dos conjuntos, não representa dificuldade insuperável porquê o fim visado é o próprio grupo, como unidade, mas na análise de suas diversas partes o artifício impede os mais simples paralelos, desvirtua todas as correlações (2).

No caso do roteiro do café nada se pode adiantar sem dados comparáveis de épocas diferentes, exatos, bem localizados e relativos às mesmas unidades territoriais, pois, como observa o Dr. Bru-

---

(1) — Posteriormente a estas observações, publicou o ilustre historiador paulista alentada monografia sôbre o assunto. Também Roberto Simonsen apresentou, ao Congresso Nacional de História, uma substanciosa e esclarecida tese, publicada no n.º LXVII da "Revista do Arquivo Municipal".

(2) — A representação dos fenômenos demográficos — comunicação do Departamento de Cultura ao 2.º Congresso de População de Paris — Rev. do Arquivo Municipal XLIII, 212.

no Rudolfer (3): "para que os dados estatísticos, obtidos num levantamento em determinada época, tenham significação em época posterior, é necessário que se refiram à mesma unidade territorial".

Na pesquisa dessas unidades comparáveis reside o mais sério empecilho que encontrámos. Para aquilatar da sua importância bastará confrontar as áreas de alguns municípios em 1920 e 1934. Logo se verá a que modificações importantes foram sujeitas e se verificará que as informações, à primeira vista comparáveis, não apresentam nenhum valor documental. Temos um exemplo concreto na relação dos dados referentes à natalidade em Conceição do Monte Alegre, no período 1920-1931. Vejamos o detalhe:

1920 — 470
1921 — 553
1922 — 573
1923 — 682
1924 — *326* ←
1925 — 448
1926 — *205* ←
1927 — *198* ←
1928 — 285
1929 — 310
1930 — 238
1931 — 319

A que correspondem as quedas bruscas de 1924, 1926 e 1927? A alguma epidemia, a algum fenômeno provocador de repentina e violenta emigração? A realidade é menos catastrófica. Houve simplesmente desmembramentos sucessivos da área primitiva, para formação de novos municípios. Daí tornar-se a comparação dos dados estatísticos, ato geralmente dos mais vulgares, objeto de estudos históricos demorados e complexos.

Haveria, em verdade, a solução das unidades vastas, distritos agrícolas, por exemplo; mas tais unidades, além de não corresponder a nenhum zoneamento geográfico, apresentam o inconveniente de forçar o estabelecimento de médias incolores, que nivelam os fenômenos e apagam-lhes os traços característicos.

A solução ideal estaria na análise comparativa das situações municipais em épocas diferentes. Mas já se patenteou acima a impossibilidade de reconstituir, sem demoradas e complexas pes-

(3) — Conceito estatístico na formação das áreas administrativas, seus limites e superfícies no Município de São Paulo — Rev. do Arq. Municipal XXXI, 107.

quisas, as áreas eqüivalentes. Os municípios se dividiram, se multiplicaram por meio de adições e retalhações e, embora conservassem às vêzes os mesmos nomes, não constituem mais uma base segura para um estudo dinâmico.

Em certos casos êsse obstáculo é realmente insuperável. No estudo do roteiro do café entretanto, podemos contentar-nos com unidades territoriais mais vastas e a solução das zonas, à semelhança dos distritos agrícolas, satisfaz até certo ponto. Não desvirtua, pelo menos, as conclusões.

Tendo em mente o desenvolvimento cronológico da cultura do café em nosso Estado, torna-se possível estabelecer o zoneamento em obediência aos limites geográficos naturais ou às vias de penetração criadas pelo homem. A área permanecendo a mesma, a soma dos dados dos componentes torna-se comparável com a soma análoga de épocas anteriores.

Paralelamente procuramos reconstituir, dentro de cada zona, as menores unidades territoriais comparáveis, para análise mais intima do fenômeno econômico-demográfico do café. Um mapa dos resultados a que chegamos acompanha êste estudo.

A divisão do Estado, na parte de interêsse para a pesquisa atual, se efetuou em obediência à delimitação de sete regiões, como segue:

1 — a chamada zona norte do Estado, inclusive o litoral, com os seguintes municípios (4): Aparecida, Areias, Bananal, Buquira, Caçapava, Cachoeira, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Jataí, Lagoinha, Lorena, Mogí das Cruzes, Natividade, Paraíbuna, Pindamonhangaba, Pinheiros, Piquete, Queluz, Redenção, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, São Bento, São José dos Campos, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé, Ubatuba e Vila Bela;

2 — a zona a que demos a denominação de zona central, mais arbitràriamente traçada, abrangendo tôda a área incluída dentro do polígono: Capital, Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade, Una, Capital. Na ordem cronológica da invasão do café, foi a segunda realmente a ser cultivada, pouco antes de iniciar-se o avanço pela Mogiana. Compreende esta zona os municípios de: Angatuba, Anhembí, Araçariguama, Atibaia, Bo-

(4) — Os municípios enumerados na formação das zonas são os que constam do mapa do Estado, de 1929. Êste foi grandemente modificado em datas mais recentes e, para uma atualização da nomenclatura, sem grande interêsse de resto, fôra necessário proceder a novas correções. Permanecendo idênticas as áreas estudadas, a nomenclatura passa para um plano secundário.

fete, Bragança, Cabreúva, Campinas, Campo Largo, Conchas, Capivarí, Cotia, Guareí, Indaiatuba, Itapetininga, Itatiba, Itú, Joanópolis, Jundiaí, Juquerí, Laranjal, Monte Mor, Nazaré, Parnaíba, Pereiras, Piedade, Piracaia, Piracicaba, Porangaba, Pôrto Feliz, Rio das Pedras, Salto, Santa Bárbara, São Pedro, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Una e Vila Americana.

Não foi naturalmente incluído o Município da Capital, pois viria a sua inclusão modificar de todo em todo quaisquer considerações sôbre o desenvolvimento da região. Demogràficamente, como se verifica de vários estudos publicados pela *Revista do Arquivo* (5), a Capital constitue uma zona à parte, independente e diferente do resto do Estado. Na análise das correlações entre os fenômenos em aprêço neste trabalho, ela carece de importância, o que não se daria se fôsse nosso intuito abordar o problema da influência das correntes imigratórias ou da industrialização de São Paulo;

3 — a zona englobando os municípios tributários da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a partir de Campinas: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodowski, Caconde, Cajurú, Casa Branca, Cravinhos, Esp. Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogí-Mirim, Mogí-guassú, Mococa, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Santa Rosa, Serra Azul, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande;

4 — a zona dos municípios tributários da Estrada de Ferro Paulista, à exceção dos da Alta Paulista, que foram adidos à zona da Noroeste, por se ligarem, pela cronologia, mais nitidamente à expansão desta. Compreende os seguintes municípios: Anápolis, Araras, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Descalvado, Guaíra, Guariba, Jaboticabal, Leme, Limeira, Monte Azul, Olímpia, Palmeiras, Pirassununga, Pitangueiras, Pôrto Ferreira, Rio Claro, São Carlos, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro e Viradouro;

5 — a zona que denominamos Araraquarense, e à qual se juntaram, para evitar-se a formação de uma nova unidade, encaixada entre esta e as zonas da Paulista e da Sorocabana, os municípios

---

(5) — Samuel H. Lowrie — Origem da População da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais — Rev. do Arquivo Municipal — XLIII — 197. Ensaio de um método de estudo de distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares da cidade de S. Paulo — Sub-Div. de Doc. Social e Est. Municipais — Rev. do Arq. XXV — 197.

dos ramais que servem Barirí e Baurú, até êste exclusive. Esta zona abranga os seguintes municípios: Ariranha, Barra Bonita, Barirí, Bica de Pedra, Boa Esperança, Borborema, Brotas, Catanduva, Cedral, Dourado, Dois Corregos, Ibirá, Ibitinga, Itápolis, Inácio Uchoa, Jaú, José Bonifácio, Matão, Mineiros, Mirassol, Monte Alto, Monte Aprazível, Mundo Novo, Nova Granada, Novo Horizonte, Pederneiras, Pindorama, Potirendaba, Ribeirão Bonito, Rio Preto, São João da Bocaina, Santa Adélia, Tabapuã, Tabatinga, Tanabí, Taquaritinga e Torrinha;

6 — a zona dos municípios tributários das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Alta Paulista: Araçatuba, Avaí, Avanhandava, Baurú, Cafelândia, Biriguí, Coroados, Duartina, Gália, Garça, Glicério, Iacanga, Lins, Marília, Penápolis, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves e Promissão;

7 — a zona comprendendo os seguintes municípios da Sorocabana, a partir de Botucatú: Agudos, Assis, Avaré, Bernardino de Campos, Bocaiúva, Botucatú, Campos Novos, Cândido Mota, Cerqueira Cesar, Chavantes, Conceição do Monte Alegre, Espírito Santo do Turvo, Fartura, Ipaussú, Itatinga, Lençóis, Maracaí, Óleo, Ourinho, Palmital, Paraguassú, Pirajú, Platina, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Salto Grande, Sta. Bárbara do Rio Pardo, Sta. Cruz do Rio Pardo, São Manuel, São Pedro do Turvo e Santo Anastácio.

Não foram estudadas, por não interessarem à análise do roteiro do café, as zonas da baixa Sorocabana e do Litoral sul.

Não escapará aos mais leigos o arbítrio do zoneamento estabelecido. Êsse arbítrio, porém, corrigem-no os estudos parciais a que procedemos e os quadros pormenorizados que acompanham a análise de cada uma das zonas.

II

A SITUAÇÃO EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX

A situação econômica de São Paulo em fins do século XVIII é conhecida. O sonho do ouro transformara-se, já então, em pesadelos. As lavras esgotadas não atraíam mais os aventureiros paulistas. A emigração para as minas cessara por volta de 1780 e aos poucos o bandeirante desiludido voltava-se para a agricultura, num esfôrço lento e difícil de readaptação. De café não se cogitava ainda. Apenas a cultura da cana de açúcar conseguia dar certa estabilidade a uma população irrequieta por índole e avêssa ao trabalho sedentário da terra. O comércio exterior da capitania era insignificante. Um quadro de Balbi, referente a 1796 e reproduzido por Roberto Simonsen, na sua História Econômica do Brasil, consigna, para o valor da exportação pelo pôrto de Santos, a importância de Rs. 55:641$458, isto é, apenas 2 1/2% do total indicado para a colônia! (6) Pelos inúmeros mapas de carga de vapores saídos dêsse mesmo pôrto, publicados na coleção dos Documentos Interessantes, verifica-se que o café não passava de amostra. Assim, em 1798, no bergantim *Nossa Senhora do Carmo Leão*, ao lado de uma carga de açúcar calculada em cêrca de Rs.: 20:000$000, encontram-se *sete sacas de café* avaliadas em 100$200.

(6) — Roberto Simonsen — História Econômica do Brasil — Cia. Editora Nacional de São Paulo — 1937 — 2 vols. — II, 226.

No navio *Nossa Senhora da Cana Verde,* que zarpara no ano anterior, ditas cargas tinham sido consignadas respectivamente por 58:000$000 e 166$000! (7)

Justificava-se ainda aquêle pessimismo das cartas de D. Luiz Antônio de Souza à Sua Majestade, quando, ao tomar posse do govêrno, afirmava que observara as povoações e as achara tôdas pequenas "ainda as de maior nome, falhas de gente e sem nenhum modo de ganhar a vida, os campos incultos, tudo coberto de mata brava, a lavourá em mau método; só se planta em mato virgem, pelo pouco que custa e pela repugnância que têm de se sujeitarem ao maior trabalho de cultivarem os campos como nesse reino. Apenas colhe cada um para seu sustento próprio, muito pouco sobeja para vender ao público. Ninguém trata de aproveitar os efeitos do país, por cuja causa se acha o povo reduzido à mais lastimosa pobreza" (8).

Sem índio para caçar, sem ouro para explorar, o paulista entregava-se à mais desanimadora ociosidade. Tornava-se urgente a contribuição de um sangue novo, não contaminado pelo micróbio da aventura. Daí o começarem com o século dezenove as tentativas de incremento à imigração. Por influência do Marquês de Alegrete, que continuava no caso a política de França e Horta, o Príncipe Regente resolveu em 1813 outorgar grandes favores aos imigrantes destinados a São Paulo (9); terras para plantar, sementes e instrumentos, gado e casa e até "mesadas para a sua sustentação nos primeiros anos". Além do mais ficavam os imigrantes isentos do serviço militar, tanto nos regimentos de linha como nos corpos de milicianos. A-pesar-de tantas facilidades, só em 1827, segundo o Brigadeiro Machado (10), se conseguiu introduzir em São Paulo uma primeira leva importante de imigrantes. Trezentos e trinta e seis alemães foram então localizados no município da capital.

E' preciso notar que essas tentativas obedeciam a intuitos diversos dos que nortearíam mais tarde a introdução em larga escala do imigrante estranjeiro. Não era apenas o braço para uma lavoura nascente que se procurava; era a própria colonização do país o fim visado. Tentava-se a formação de uma classe de pequenos proprietários. O trabalho mais rude nos grandes latifúndios ainda se baseava no escravo negro. Mas o capital insuficiente, o sistema de crédito rudimentar, não podiam deixar de prejudicar as boas intenções e levar a emprêsa à falência. Essa ausência de capitais e de

---

(7) — Docs. Int. XXXI, 156, 157.
(8) — Docs. Int. XXXI. 253.
(9) — Docs. Int. LX — 97 — Doc. 84.
(10) — Brig. Machado de Oliveira — Quadro Histórico, p. 388.

crédito, unida à carência de vias de comunicação e de bons mercados consumidores, não dava azo a resultados satisfatórios. Por outro lado a pobreza da província não atraía ninguém. Aos viajantes do início do século XIX, São Paulo interessa por motivos bem alheios à economia. São quase todos êles sábios, cientistas preocupados com botânica, zoologia, mineralogia, etnografia. Os seus lindos albuns de viagem, tão pitorescos por vêzes, bem o demonstram. À exceção da fauna e da flora da região, apenas lhe feriam o olhar observador os costumes e os hábitos e a composição étnica do povo. São Paulo era dentro do Brasil do Norte, opulento e mesclado, uma terra inesperadamente branca, de homens austeros e rudes, de aventureiros indomáveis a exigirem uma explicação. O próprio clima, diferente, merecia considerações especiais. Saint Hilaire, talvez o mais afeito aos problemas demográficos e econômicos, observa a influência da escravidão sôbre os casamentos e a prole e comenta o estado da agricultura em São Paulo. Com certa perspicácia prevê o futuro do algodão e da fruticultura, mas erra em relação ao café, cuja importância lhe escapou. Êste no entanto já penetrara a zona fronteiriça ao atual Estado do Rio de Janeiro e começara a ser cultivado sèriamente.

Taunay, abordando em longo estudo a história da introdução do café em São Paulo, hesita em localizar a primeira plantação. O assunto carece na verdade de importância. Por onde quer tenha penetrado, assenhoreou-se a cultura cafeeira inicialmente da chamada zona Norte. Isso parece pelo menos indiscutível. De resto, num livrinho curioso, embora de documentação pouco visível, Gustavo Koenigswald afirma que os primeiros municípios produtores foram os de Ubatuba, Bananal e São Luiz do Paraitinga (11). Os dados e documentos que possuímos são posteriores ao recenseamento de Muller; não esclarecem por conseguinte o problema (12).

Vejamos agora como se verificou o incremento da produção do café e as influências que teve sôbre as condições demográficas.

---

(11) — Gustavo Koenigswald — São Paulo — s/editor — 1895 — p. 19.

(12) — Caio Prado Junior é mais ou menos da mesma opinião. Em artigo publicado na revista "Geografia" e reproduzido pela Rev. do Arquivo Municipal, XIX, 234, consigna o início da cultura do café nos municípios do litoral norte, donde teria galgado a serra para alcançar o vale do Paraíba. O contrário parece mais lógico, entretanto.

III

O CAMINHO PERCORRIDO

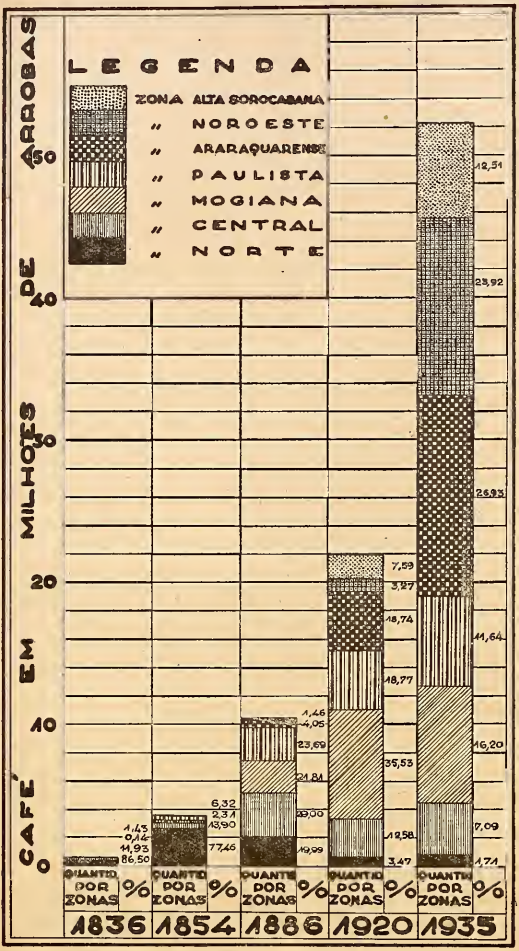
Já dissemos mais de uma vez quantas dificuldades decorrem, para o pesquisador conciencioso, da carência de dados exatos e de recenseamentos dignos de fé. As falhas de nossas estatísticas são indiscutíveis e não parecem dever sanar-se com o correr dos anos. Ao contrário, muito mais aceitáveis, porquê mais honestas, são, sem dúvida alguma, as raras existentes da colônia e do Império. Com a República introduziu-se também o famigerado *olhômetro*, pelo qual o *meufanismo* romântico enxergou desde então tôdas as realidades brasileiras (13).

Diante de tantas falhas e erros, confusões e ignorâncias, quaisquer considerações têm que participar forçosamente do domínio das puras hipóteses. Entretanto, mesmo assim, em linhas gerais, os resultados nos indicam, grosseiramente, tendências apreciáveis e até certo ponto justificadas pela observação curial.

Com relação ao caminho percorrido pelo café, cinco quadros interessantes se apresentam ao nosso estudo, estabelecidos de acôrdo com os dados colhidos nos recenseamentos oficiais de 1836 e 1920, nos relatórios provinciais de 1854 e 1886 e no Boletim da Secretaria da Agricultura de 1935, únicas fontes em que nos foi possível encontrá-los por municípios, de modo a formar as zonas traçadas.

---

(13) — Tais falhas vêm sendo observadas desde os tempos coloniais. Nunca foram sanadas porém. Ainda em 1870 o "Relatório do Ministério dos Negócios do Império" a elas se refere à pag. 106. — "Êste mapa aproxima-se apenas da verdade numérica". E mais, à p. 161 — "Tôda a nossa estatística demográfica é meramente conjetural".


CAFÉ EM MILHÕES DE ARROBAS
0
10
20
30
40
50
LEGENDA
ZONA ALTA SOROCABANA
" NOROESTE
" ARARAQUARENSE
" PAULISTA
" MOGIANA
" CENTRAL
" NORTE
1,43
0,14
14,93
86,50
6,32
2,31
13,90
77,46
1,46
4,05
23,69
21,81
29,00
19,99
7,59
3,27
18,74
18,77
35,53
12,58
3,47
12,51
23,92
23,93
11,64
16,20
7,09
1,71
QUANTO POR ZONAS
%
1836
1854
1886
1920
1935

1836 — PRODUÇÃO DE CAFÉ E POPULAÇÃO

Zona	População	Porcentagem s/ a população total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total
Norte . . .	105.679	45,65	510.406	86,50
Central . . .	102.733	44,30	70.378	11,93
Mogiana . . .	20.341	8,79	821	0,14
Paulista . . .	2.764	1,26	8.461	1,43
Araraquarense .	—	—	—	—
Noroeste . . .	—	—	—	—
Alta Sorocabana	—	—	—	—
Total	231.517	100,00	590.066	100,00

1854

Zona	População	Porcentagem s/ a população total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total
Norte	146.055	38,00	2.737.639	77,46
Central . . .	126.429	39,27	491.397	13,91
Mogiana . . .	51.265	15,92	81.750	2,31
Paulista . . .	21.889	6,81	223.470	6,32
Araraquarense .	—	—	—	—
Noroeste . . .	—	—	—	—
Alta Sorocabana	—	—	—	—
Total	321.918	100,00	3.534.256	100,00

1886

Zona	População	Porcentagem s/ a população total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total
Norte	338.533	32,66	2.074.267	19,99
Central . . .	299.216	28,86	3.008.350	29,00
Mogiana . . .	163.831	15,80	2.262.599	21,81
Paulista . . .	133.697	12,90	2.458.134	23,69
Araraquarense .	43.358	4,18	420.000	4,05
Noroeste . . .	—	—	—	—
Alta Sorocabana	58.004	5,60	151.000	1,46
Total	1.036.639	100,00	10.374.350	100,00

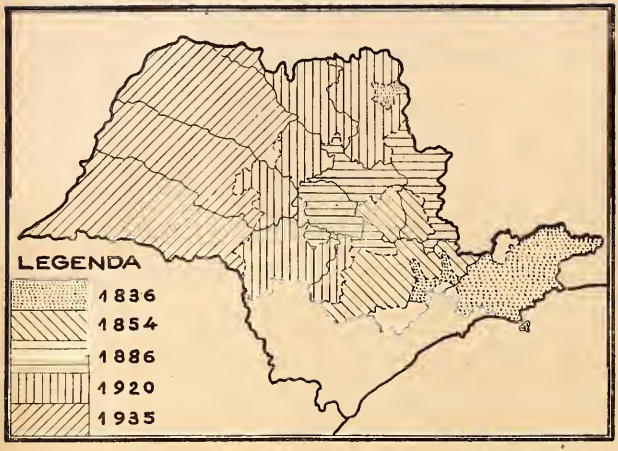
1920

Zona	População	Porcentagem s/ a produção total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total
Norte	490.660	13,43	767.069	3,47
Central . . .	769.802	21,07	2.780.525	12,58
Mogiana . . .	811.974	22,23	7.852.020	35,53
Paulista . . .	537.237	14,71	4.148.462	18,77
Araraquarense .	579.653	15,87	4.152.438	18,79
Noroeste . . .	136.454	3,74	722.119	3,27
Alta Sorocabana	326.994	8,95	1.676.228	7,59
Total	3.652.774	100,00	22.098.861	100,00

1935

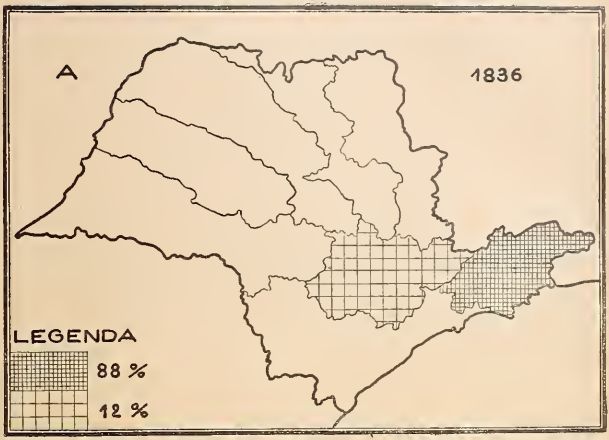
Zona	População	Porcentagem s/ a produção total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total
Norte	483.834	9,79	898.332	1,71
Central . . .	877.077	17,74	3.716.021	7,09
Mogiana . . .	845.442	17,10	8.521.076	16,20
Paulista . . .	661.920	13,39	6.110.213	11,64
Araraquarense .	890.095	18,01	14.126.113	26,93
Noroeste . . .	608.027	12,30	12.544.045	23,92
Alta Sorocabana	576.812	11,67	6.524.410	12,51
Total	4.943.207	100,00	52.440.210	100,00

Por êsses quadros e pelos mapas correspondentes pode-se idear um mapa geral do Estado, suscetível de mostrar num golpe de vista o esquema da ordem cronológica da invasão do café. É desde logo uma primeira conclusão se há de impôr insofismàvelmente. A de que o avanço se processou em obediência a duas determinantes principais: evitar a linha do trópico, abaixo da qual o clima não o favorecia e demandar as grandes florestas de terra virgem e milionária. O oeste é o ponto cardial do agricultor, o horizonte para o qual êle se dirige e que recua sempre e sempre até perder-se no norte do Paraná, onde, desde alguns anos, se vêm instalando as primeiras fazendas ainda tributárias das estradas de ferro paulistas.



Esquema da invasão cronológica do café

Atrás do café e por vêzes à sua frente penetram as ferrovias. Com elas os colonos estranjeiros e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rápidas, sem tempo suficiente para tomar pé, sem raízes bastante fortes para resistir desde logo às vicissitudes da marcha vertiginosa e fatigante. De 1797 a 1836 anda-se ainda devagar. Acompanha-se o caminho do burro, a trilha; procura-se o núcleo já habitado, para as experiências. Mesmo assim oito lustros bastam para abarrotar de cafeeiros todo o vale do Paraíba e parte das terras mais férteis das regiões próximas da capital, colonizadas pelo açúcar. 582.066 arrobas são colhidas nesse último ano, sendo mais de 4/5 na zona norte e o restante na zona central. Passados 19 anos o panorama novo nos apresenta aspectos de pleno dinamismo. 2.737.639 arrobas de café enriquecem a zona norte, cuja população aumenta concomitantemente de 40 %. Ao mesmo tempo a produção da zona central triplica e se inicia o desbravamento da Mogiana e da Paulista, cujas produções respectivas se elevam então a 81.750 e 223.470 arrobas.

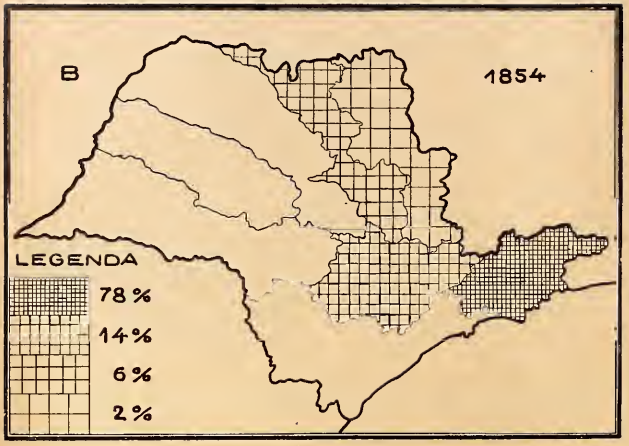


Situação do café em 1836

Nova geração ascende e temos diante de nós um quadro inteiramente diverso. A prosperidade da zona norte se mantém. Mas a terra dá sinais de cansaço, e a produção decresce um pouco. A população porém ainda beneficia das condições econômicas favoráveis e aumenta de mais 60%. Inúmeras cidades consolidam seu destino: Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Mogí das Cruzes. A zona Central na mesma época alcança o máximo de sua produção — 3.008.350 arrobas! (14).

E já a Mogiana e a Paulista se unem para com ela rivalizar num surto rápido de desenvolvimento. A abolição, decretada em 1888, provoca o incremento da imigração, que já vinha sendo sàbiamente incentivada, e os resultados da nova política repercutem na demografia paulista. A Araraquarense invadida promete exce-

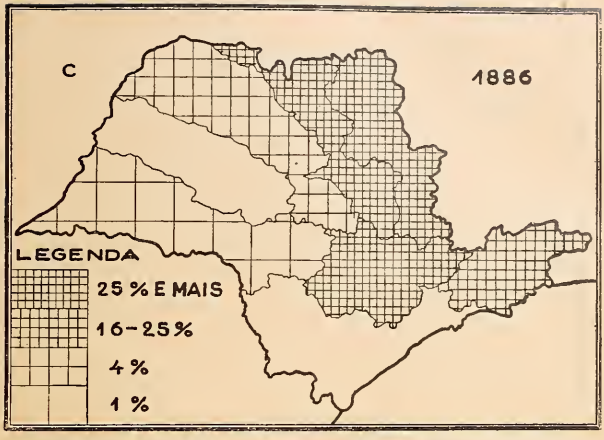
(14) — O "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo, pela comissão Central de Estatística" de 1888, consigna, para Indaiatuba trinta milhões de quilos, ou sejam 2 milhões de arrobas. Há um engano evidente. Mesmo se tratando de safra excepcional devem ser três milhões de quilos ou duzentas mil arrobas. O total aqui é o que daria a zona com esta correção. O Almanaque para o Estado de São Paulo, de 1896, refere-se, de resto a 80.000 arrobas. 200.000 constituem, portanto, uma cifra francamente otimista.



Situação do café em 1854

lentes resultados e tímidos ensaios se tentam para as bandas da Alta Sorocabana. Os lucros da lavoura cafeeira levam ao abandono das outras fontes de riqueza, à fome dos cereais, ao encarecimento dos gêneros todos. Na zona central o próprio açúcar se despreza. De 538 mil arrobas, em 1854, a produção desce, em 86 a 218.504, nível em que se vai fixar desde então. A legislação posterior, proibitiva, impedirá um novo surto a partir de 1930, como fôra de esperar após a grande crise cafeeira de 1929. Teremos porém o milagre do algodão...

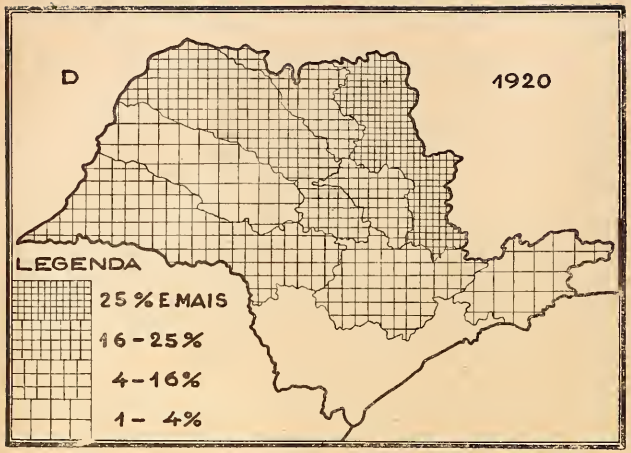
Morre o século XIX. A exportação de S. Paulo passa a ocupar o primeiro lugar no rol das exportações nacionais. A província aos poucos substitue, na liderança do país, as regiões antes mais prósperas. Os estadistas baianos e fluminenses, que "dirigiram britânicamente o Império", caem com a proclamação da República para ceder lugar aos paulistas enriquecidos, donos da economia nacional. Vai soar a hora do freguês do café, do Norte Americano, de quem copiaremos sôfregamente até a própria indumentária política.



Situação do café em 1886

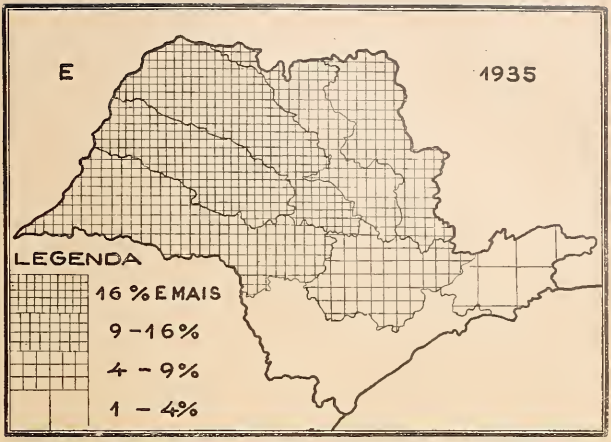
A produção, no entanto, cresce demasiado e ocorrem as primeiras crises. Amparam a lavoura os governos estadual e federal e o "rush" continua. São do Sr. Armando de Salles Oliveira estas palavras esclarecedoras: "A expansão do meio circulante, conseqüente à política monetária de Ouro Preto e lavada a extremo pelo primeiro govêrno republicano, estimulou no Rio de Janeiro, um aumento artificial de negócios em que tudo, ou quase tudo, afinal se perdeu. Em São Paulo, ao contrário, a inflação imprimia à cultura cafeeira o impulso extraordinário de que nasceu mais tarde, a par de uma grande riqueza permanente, a super-produção com que temos lutado e estamos lutando" (15). As intervenções se sucedem com resultados felizes até 1921. O recenseamento do ano anterior mostra-nos, a par do desbravamento inicial da Noroeste e dos primeiros resultados colhidos na Alta Sorocabana (1.676.228 arrobas), o fantástico progresso da Araraquarense cuja produção passa de 420.000 arrobas em 1888 a 4.152.438. A população aumenta aí num paralelismo impressionante, elevando-

(15) — Armando de Salles Oliveira — Discursos — José Olympio, ed. 1936 — p. 85.



Situação do café em 1920

se de 43.358 a 579.683 h. Progridem também, embora num ritmo menos rápido, as zonas da Paulista e da Mogiana. Nesta última a produção atinge pouco menos de 8.000.000 de arrobas a naquela pouco mais de 4 milhões. Infelizmente na zona norte o mesmo não acontece. A produção recua assustadoramente. De 2 milhões de arrobas em 1855 passa a 767.069. Entretanto a queda não repercute ainda no crescimento da população, que acusa aumento de 40%. A invasão da Noroeste, a que aludimos, patenteia-se pela produção de 720.119 arrobas, dando trabalho e bem estar a uma população de 136.454 habitantes. A extraordinária fertilidade das novas terras e os meios de comunicação logo introduzidos, unindo-se ao êxito das operações de defesa dos preços do produto, vão modificar mais uma vez o panorama econômico do Estado. O quadro de 1935 vem revelar-nos, sòmente 15 anos mais tarde, o deslocamento violento da zona cafeeira para as novas regiões. Vemos então colherem-se na Araraquarense e na Noroeste respectivamente 26,99 e 23,97% da produção total do Estado. Juntando-se às duas zonas novas a zona da Alta Sorocabana reúne-se uma porcentagem de 63,43%! Tantas possibilidades de



Situação do café em 1935

enriquecimento vão atrair para os sertões recém desbravados todos os elementos disponíveis da população indígena e mais boa parte dos melhores imigrantes. Não é de estranhar portanto que o número de habitantes se eleve, na Noroeste, de 136.454, em 1920, a 608.027, em 1935.

Na Araraquarense observa-se maior estabilidade. O progresso vem de mais longe e com maior lentidão, pois já em 1886 a zona se desbravava promissoramente. Enquanto isso, estaciona a produção da Mogiana e da Paulista, zonas em que se abandonam os cafezais mais antigos em benefício das lavouras menos afetadas pela crise. O algodão se desenvolve e em certas regiões a citricultura. O café vai abandoná-las, como abandonou as zonas do Norte e Central, para continuar resolutamente a sua marcha em direção ao Oeste. Um rápido olhar sôbre o quadro de 1935: 1,71% da produção na zona Norte; 7,09% na zona Central; 16,20% na Mogiana e apenas 11,64% na Paulista! O café caminha para o oeste, para o norte do Paraná, sempre e cada vez mais à cata da terra virgem, do rendimento milionário que compense os preços baixos.

IV

GRANDEZA E DECADÊNCIA DO CAFÉ

Essa imensa riqueza do café, mais fabulosa que a das minas nos séculos dezessete e dezoito, não souberam os governos preservá-la. A política dos interêsses pessoais e imediatos preparou o terreno para a super-produção e o rebaixamento da qualidade. As crises de consumo fizeram o resto. Mais de uma vez se apresentou a oportunidade da salvação e a cegueira dos interessados a deixou passar. Tudo isso porém vem sendo demasiado discutido para que ainda nos demoremos numa análise inútil. Relembremos apenas, para melhor entendimento de nossos mapas e gráficos, que, embora o quinto ato da tragédia do café principie com a crise de 1929, os resultados felizes das intervenções anteriores provocaram uma intensificação sempre maior das plantações, até o desvario do último quinquênio que precedeu a Revolução de 1930. Boa parte da lavoura nova só iria produzir, entretanto, bem mais tarde. As estatísticas de 1935 ainda se ressentem da pletora e talvez não exprimam com clareza os efeitos desastrosos da crise nem o deslocamento da cultura para as zonas do oeste, de produção remuneradora, com prejuízo evidente da Mogiana e Paulista (16). O estudo, porém, do incremento das outras culturas e a aná-

(16) — Só agora, em 1939, se fazem sentir com violência os efeitos reais da crise na Mogiana e na Paulista. Certas reportagens publicadas em vários números de Agôsto no "Estado de S. Paulo" são, a propósito, claramente elucidativas. Os dados de 1937, publicados pela Secretaria da Agricultura, não comportam maior elucidação. Já se percebem os efeitos da crise na estagnação das zonas Paulista e Mogiana mas nada se pode dizer ainda das demais, que não esteja em evidência nos gráficos e tabelas dêste trabalho.

lise dos nossos mapas de exportação logo evidenciam o desaparecimento paulatino do exclusivismo do café. Nas zonas mais antigas a observação se precisa em algarismos indiscutíveis. Assim na zona Central colhem-se, em 1925, 4.269.237 arrobas de algodão; na Mogiana 1.213.862 e na Paulista pouco mais de 2 milhões. O milagre do algodão estanca a emigração para as zonas novas, fixa o habitante ao seu torrão, consolida o comércio e o progresso das cidades, ameaçados pela queda do café. Sòmente a zona Norte, abandonada há mais tempo, não consegue acompanhar o movimento ascendente. Sua população principia de decair e certas regiões se esvaziam a olhos vistos. Nem mesmo a citricultura e o açúcar, de elevados rendimentos, podem sustar o declínio. 1 milhão e 500 mil caixas de laranjas colhidas e 415.935 arrobas de açúcar não bastam para rejuvenescer o Norte acabrunhado. Certas regiões, como as de Areias, Silveiras, Bananal, outrora berços de magnatas, apresentam-se em ruinas aos olhos do viajante. As restrições impostas à imigração, em 1934, ainda tornam mais difícil o aproveitamento das zonas rurais de terras fracas. A Capital atrai para as fábricas, em constante progresso, o proletariado das fazendas mortas.

Um quadro dos principais centros industriais, em 1935 (17), logo faz ressaltar a importância do fator sôbre a formação dos centros de concentração demográfica:

PRINCIPAIS CENTROS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Municípios	N.º de Fábricas	Operários	Produção
Capital	3.966	120.773	1.796.077:733$000
São Bernardo . . .	140	11.637	395.682:230$000
Sorocaba	88	11.659	85.434:555$000
Jundiaí	102	7.614	71.163:946$000
Campinas	134	4.989	48.119:134$000
	4.430	156.672	2.396.477:598$000

(17) — A partir de 1936 o levantamento das indústrias obedeceu a outro critério e o agrupamento por municípios tornou-se dificílimo.

Êsse proletariado se forma não só dos egressos da agricultura, mas ainda dos desviados dela. Com efeito, o nível de vida inferior do nosso hinterland não constitue nenhum chamariz e raros são os imigrantes que, destinando-se embora às fazendas, não se deixem ficar pela cidade na esperança de resultados menos lamentáveis.

Tais repercussões demográficas da grandeza e decadência do café melhor se verificariam ainda numa análise da situação que pudesse ser feita por unidades menores. Um golpe de vista sôbre o resumo do recenseamento demográfico, escolar e agrícola-zootécnico de 1934, publicado pela Comissão de Recenseamento (18) estabelece de modo insofismável o vulto das migrações internas, principalmente em relação à região fronteira ao Estado do Rio de Janeiro e à de Campinas. Para a primeira o despovoamento foi a morte, pois não sobrevieram circunstâncias atenuantes dignas de registo. Para a segunda a qualidade superior das terras e as facilidades extraordinárias de comunicação limitaram o desastre a um simples arrefecimento do progresso.

A grande imigração, que se iniciou em fins do século XIX e se intensificou aceleradamente após a abolição, se decorre do próprio alastramento da cultura cafeeira e altera com rapidez a fisionomia demográfica das zonas onde penetra o café, atenua por outro lado os malefícios do *rush* para o oeste. Com efeito as fazendas de fraca produção, largadas pelos proprietários à cata de terras mais rendosas, subdividem-se logo em pequenos sítios. A monocultura cede lugar à policultura e o imigrante, que soube ou pôde economizar, se instala. Se tais benefícios não ocorreram na zona norte isso se deve à qualidade inferior das terras e às maiores possibilidades de outras regiões. Assim mesmo, nos pontos mais próximos dos centros consumidores, como Mogí das Cruzes ou Jacareí, o fenômeno se verificou. A imigração japonesa veio torná-lo ainda mais pronunciado. E' conhecida mesmo a expressão "terra pra japonês", qualificativa de zona ruim, de terra exigente de adubação e trabalho.

Essa fragmentação do latifúndio se não provoca os surtos vertiginosos da implantação da lavoura cafeeira, tem pelo menos a

---

(18) — Recenseamento demográfico escolar e agrícola-zootécnico do Estado de São Paulo — Imprensa Oficial do Estado — São Paulo, 1936.

vantagem de trazer uma certa estabilidade, de comportar um coeficiente de fixação apreciável. Onde ela se dá a região se salva. Onde as comunicações difíceis a impedem a zona periclita e morre.

Alguns dados publicados pelo Boletim da Secretaria da Agricultura em 1935, nos mostram que em Mogí das Cruzes, de 3.782 propriedades agrícolas registadas nesse ano, apenas 51 são de mais de 50 alqueires. 3.609 são de menos de 25! Em Sorocaba, num total de 4.466 propriedades, 4.154 têm menos de 25 alqueires. Idênticas proporções se observam em outras regiões, como se vê do quadro seguinte:

DISTRIBUÍÇÃO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS, PELAS SUAS ÁREAS, EM ALQUEIRES PAULISTAS (19)

Municípios	Até 10 Alqueires	Até 25 Alqueires	Até 50 Alqueires	Mais de 50 Alqueires	Totais
Araçatuba . . .	5.257	1.598	606	455	7.916
Campinas . . .	1.064	345	138	164	1.711
Jundiaí	1.099	316	132	116	1.663
Marília	3.023	764	221	196	4.204
Mogí das Cruzes	3.237	372	122	51	3.782
Piracicaba . . .	1.640	639	206	172	2.657
Sorocaba	3.648	506	191	121	4.466

Observem-se os casos excepcionais de Araçatuba e Marília. Aí o desenvolvimento econômico da região foi de tal ordem que o café deu para todos: grandes e pequenos.

Com Marília surge à nossa apreciação outro fenômeno interessante. O da urbanização do Estado, fruto da invasão cafeeira e freio moderador dos efeitos perniciosos do abandono das regiões esgotadas. Essa urbanização, tão lenta, foi observada por mais

(19) — Veja-se a respeito da sub-divisão da propriedade no Estado de São Paulo o nosso estudo incluído neste volume.

de um estudioso. Ainda há pouco o prof. Samuel H. Lowrie a estudava num trabalho sôbre os efeitos da imigração entre nós e anotava a carência de grandes centros na área imensa do nosso hinterland (20). Cidades cogumelos, já se apelidaram êsses aglomerados surgindo do dia para a noite na bôca do sertão desbravado pelo cafezal. Onde entretanto as rodovias e ferrovias passaram, onde as circunstâncias geográficas se mostraram favoráveis, essas cidades criaram raízes e catalizaram fortemente o movimento imigratório. De centros distribuidores de mercadorias, passaram não raro a centros produtores. Há na sua sobrevivência à onda cafeeira uma espécie de ponto de equilíbrio que precisa ser atingido antes da derrocada. Assim Taubaté, Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Sorocaba, Baurú, se firmam; Areias, Ubatuba, São Luiz do Paraitinga, Parnaíba, desapareceram pràticamente; outras se imobilizam.

Influência do café? indiscutivelmente. Grandezas e decadências que se ligam de um modo direto à grandeza e decadência do café. Progresso e miséria, povoamento e despovoamento que se prendem a êle e que só agora outras culturas parecem querer modificar. Problemas tão intimamente associados quanto outros menos discutidos, como o do desflorestamento, o das comunicações, da escolaridade, das finanças municipais, etc.

Se a fisionomia paulista do século XVI se caracteriza pelas entradas contra o gentio e a do século seguinte pelas bandeiras do ouro, a do século XIX se desenha nas linhas paralelas dos cafezais.

Na vida econômica mais complexa de hoje, outros fatores se entrelaçam para atenuar os caracteres marcantes da penetração cafeeira. E' preciso não olvidá-los, embora não se possa ainda considerar fechado o ciclo da nossa principal fonte de riqueza. Mas isso quase que escapa ao nosso intuito de simplesmente compreender e delinear as conseqüências demográficas da grande trajetória do café.

---

(20) — Samuel H. Lowrie — Imigração e crescimento da população — Estudos Paulistas n.º 2 — Ed. Escola Livre de Sociologia e Política — S. Paulo, 1938.

A ZONA NORTE

Um simples quadro do desenvolvimento cronológico da zona Norte, indicará, melhor do que quaisquer considerações, os aspectos essenciais da passagem do café.

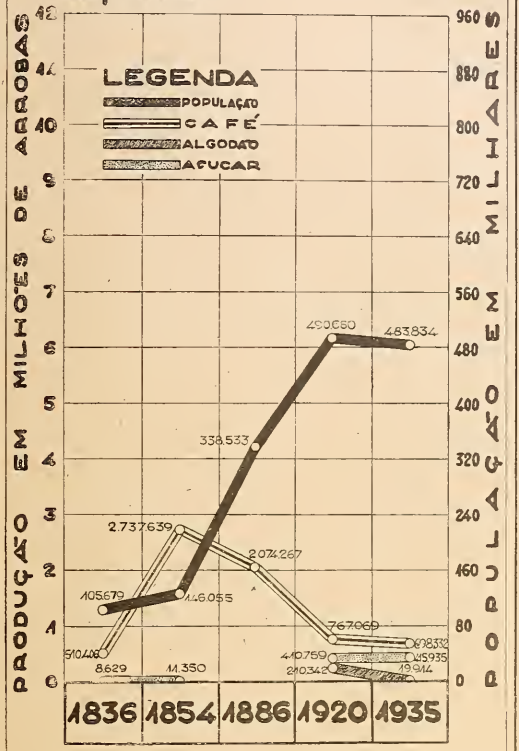
Ano	População	Produção de café em arrobas	Açúcar em arrobas	Algodão em arrobas
1836	105.679	510.406	8.629	—
1854	146.055	2.737.639	11.350	—
1886	338.533	2.074.267	—	—
1920	490.660	767.069	410.759	210.342
1935	483.834	898.332	415.935	19.140
Total	—	6.987.713	846.673	230.256

O ponto culminente do progresso parece desde logo dever situar-se entre 1854 e 1886. Os dados dêste último ano são bastante falhos. Infelizmente o recenseamento de 1890, não é mais preciso e, por outro lado, não se fêz por Município com o detalhe desejável. Em muitos pontos procuramos estabelecer um têrmo de comporação com o "Almanaqre para 1896 — Estado de São Paulo". Mas já então vai a zona em franca decadência.

Tão falhos são os dados de 1886 que à primeira vista se observam as lacunas graves. Assim é que não encontramos nenhuma informação sôbre a produção de açúcar, a qual não podia visìvelmente cair a zero, após um passado de elevada rendabilidade e pouco antes do apogeu da plantação da cana. Como que seja certas tendências se firmam através das aproximações aceitáveis das cifras. E duas curvas curiosas podem ser traçadas num gráfico falante: a da população e a da produção cafeeira.

O paralelo se impõe e as deduções. Enquanto a produção se incrementa devagar, cresce a população normalmente. Em 1854 uma previsão, baseada no aumento aritmético, fixaria, para 1886, a cifra de 300.000 habitantes, mais ou menos. Mas o surto rápido do café, cuja produção atinge quase três milhões de arrobas em 1854, vai atrair a imigração de outros Estados, Rio de Janeiro, principalmente, onde já se iniciou a decadência pela dificuldade da aquisição do escravo, e em vez de 300.000 são quase 350.000 que alcançamos na aurora da libertação. Estamos, senão no período áureo da lavoura cafeeira do vale do Paraíba, pelo menos numa época de excelente produção. 2 milhões de arrobas ainda representam uma riqueza digna de atrair gente nova e ambiciosa. O crescimento da população mais uma vez ilude as previsões e em lugar de 440.000 são 480.000 habitantes que regista o recenseamento de 1920. Mas os primeiros anos do século XX revelam-se nefastos à zona Norte. A abolição, as crises repetidas, a abertura de novas zonas mais férteis, provocam o abandono rápido dos cafezais e a queda da produção abaixo de 800.000 arrobas. Concomitantemente decresce a população. Um cálculo que se fizesse no apogeu do progresso da zona teria oferecido uma previsão de cêrca de 500.000 h. para 1935. Entretanto a população alcança apenas, nesse ano, 483.834 h., o que eqùivale a uma perda liqùida de quase sete mil indivíduos em relação aos dados de 1920, quando a população alcançou o máximo de 490.660 h. Exclusivamente tomada pelo café, nenhum outro fator econômico vem atenuar-lhe a derrocada. Certas regiões mais bem aquinhoadas pela natureza, terras férteis, proximidade dos grandes centros, entroncamentos de caminhos, resistem à depressão e chegam até a reatar

ZONA NORTE: POPULAÇÃO E PRODUÇÃO DE CAFÉ, ALGODÃO E AÇUCAR.



o ciclo do progresso. Assim Taubaté, após ligeiro colapso, em 1920 e a grande depressão de 1930, volta à prosperidade com a cultura da laranja, do algodão, da cana e a indústria pastoril. A própria urbanização da cidade se acelera, algumas fábricas se instalam. O período de decadência de Taubaté, que se processa entre 1900 e 1930, não pode ser julgado com segurança pelos dados relativos ao município. Não só os pontos de referência são por demais afastados para uma observação minuciosa, mas ainda é necessário ter em vista o desdobramento da região. Para uma comparação útil fôra preciso adicionar os dados dos municípios novos saídos da mesma área. Tornamos a cair na investigação puramente histórica, complicada e nem sempre realizável para o fim que temos em vista.

Mogí das Cruzes constitue, dentro da decadência da zona Norte, outra exceção interessante. Pela proximidade de São Paulo, pelas comunicações fáceis, o seu desenvolvimento se processou ininterruptamente, a-pesar-do desaparecimento do café já bem antes de 1886 e dos desdobramentos que sofreu com a formação dos municípios de Salesópolis, em 1857, e Guararema, em 1898. Em 1854 o Município de Mogí das Cruzes produziu 100.000 arrobas de café. Em 1886 o recenseamento não lhe menciona produção alguma e daí por diante ela aparece com dados insignificantes.

A passagem foi portanto rápida e violenta, atingindo a produção seu apogeu nas imediações de 1854. O crescimento da população foi entretanto contínuo e absolutamente normal, passando de 10.490 h. em 1836 a 42.783 em 1935. A policultura implantou-se desde cedo nas suas terras mais cansadas e o sitiante livre se instalou no lugar do escravo enviado para mais longe, para o sertão, o latifúndio, a grande plantação. Nenhuma lavoura de exportação substituiu o café; nem o lagodão, nem o açúcar. Apenas a laranja, mas isso já muito recentemetne, pode pesar na balança com 130.000 caixas em 1935. Dentro do quadro tão irregular do progresso paulista, feito de altos e baixos, sujeito aos efeitos imediatos das crises, processando-se por saltos bruscos, que repercutem na urbanização e na demografia de um modo violento, Mogí das Cruzes apresenta um aspecto sui generis, peculiar às zonas antigas de pequena lavoura, aos países velhos. Nem o rápido surto cafeeiro do principio do século XIX lhe modificou o ritmo lento. Uma análise de dados anuais talvez nos esclarecesse melhor sôbre certos fenômenos de migração que devem ter influído então para o equilíbrio que se verifica. Em linhas gerais porém a nossa tese se evidencia.

Bem diferente é o caso de Areias. Em 1836 Areias produz 102.000 arrobas de café e acusa uma população de 9.369 h. Com o desdobramento do Município, em 1842, e a formação do de Queluz, encontramos para a mesma área, reünindo os dados dos dois Municípios, 386.000 arrobas, sendo 200.000 para a nova unidade. A produção continua a aumentar, pois é preciso acrescentar aos dados de 1886 os dos Municípios de S. José do Barreiro e Pinheiros, desmembrados do de Queluz respectivamente em 1859 e 1881. Temos então, para a mesma área, 480.000 arrobas, produção máxima que vai se tornar insignificante em 1920 e quase desaparecer em 1935, com o total abandono da região esgotada. Paralelamente a população evolue da seguinte maneira:

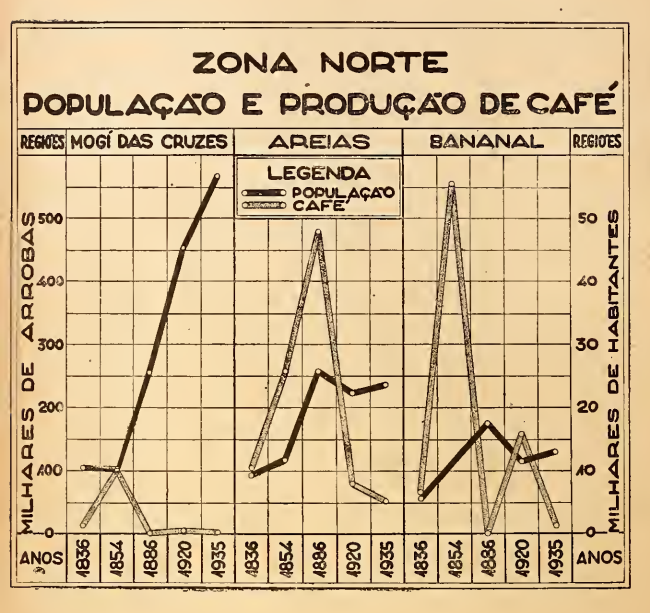
1836	1854	1886	1920	1935
9.369	11.663	25.661	22.147	23.635

Nesta zona exclusivamente de progresso cafeeiro, que nenhuma cultura nova veio salvar, cujas comunicações com os grandes centros são difíceis, melhor ressaltam as relações entre a economia e a demografia. Estamos em cheio na zona morta, que o café desbravou, povoou, enriqueceu e abandonou antes que criasse raízes o progresso.

Mais característico ainda parece-nos porém o caso de Bananal. Não tendo sofrido nenhum desmembramento, desde 1836, as comparações se fazem mais fálantes. Aí a produção passa de.... 64.822 arrobas em 1836 a 554.600 em 1854, para cair violentamente, depois, até 13.650 em 1935! Ao mesmo tempo a população que passara de 6.000 h. em 1836 a 17.604 em 1886, cai na casa dos 12.000 em 1935.

Um quadro organizado na base das menores unidades estatísticas comparáveis possíveis apresenta copiosa série de informações interessantes. E' o que vemos do seguinte onde não se obede-

ceu a nenhuma consideração de ordem geográfica, porém às possibilidades do estudo comparativo de áreas idênticas em épocas diversas. Por isso mesmo, ao lado de unidades que são os próprios municípios, outras figuram que se constituem da reunião de diferentes municípios cujo conjunto forma a menor unidade estatística comparável na zona analisada. Assim se estabelece evidentemente um limite à localização dos dados, o que é inevitável, mas se permite o estudo, de zonas ainda suficientemente reduzidas, em seus menores detalhes.



ZONA NORTE — POPULAÇÃO

MUNICIPIOS	1836	1854		1886		1920		1936	
AREIAS	9.369	—		6.788		6.100		5.770	
Queluz	—	4.998	11.663	6.455	25.661	6.793	22.147	5.894	23.635
S. José do Barreiro	—	3.916		7.070		4.879		7.445	
Pinheiros	—	2.749		5.348		4.375		4.526	
BANANAL	6.599	—		17.654		11.507		12.932	
CUNHA	3.403	—		10.856		20.171		21.869	
GUARATINGUETÁ	7.658	11 482	13.714	25.632		43.101		30.953	38.838
Aparecida	—	2.232		—		—		7.885	
JACAREÍ	8.227	6.109	9.861	10.545	16.565	18.135	25.363	24.022	31.300
Santa Branca	—	3.752		6.020		7.228		7.278	
LORENA	9.384	6.479		10.333		15.645		15.826	
Silveiras	—	—		24.590		7.398		7.552	
Jataí	—	—	10.306	—	40.344	2.300	52.079	2.181	57.689
Cruzeiro	—	—		3.421		12.676		18.280	
Cachoeira	—	3.827		—		9.691		8.400	
Piquete	—	—		—		4.369		5.450	
MOGI DAS CRUZES	10.490	10.154		19.454		29.158		42.783	
Salesopolis	—	—		6.195	25.649	7.426	45.250	6.447	56.808
Guararema	—	—		—		8.666		7.578	
SANTA IZABEL	2.860	6.448		6.441		8.540		7.974	
Igarata	—	—		4.889	11.330	4.796	13.336	4.331	12.305
PARAIBUNA	3.179	7.261		11.159		19.435		16.141	
Natividade	—	—		6.524	17.683	12.781	32.216	10.642	26.783
PINDAMONHANGABA	7.915	14.645		17.811		26.493		26.164	
S. Bento	—	—		17.273	25.084	16.690	43.183	14.120	40.284
S. LUIZ PARAITINGA	6.296	8.161		12.348		17.870		15.129	
Lagoinha	—	—		5.020	17.968	7.296	25.116	5.238	20.367
S. JOSÉ DOS CAMPOS	3.909	6.935		17.906		30.681		31.606	
S. SEBASTIÃO	4.290	4.101	5.717	5.132	7.083	6.340	9.257	6.727	10.957
Caraguatatuba	—	1.616		1.951		2.917		4.230	
VILA BELA	4.235	10.769		6.833		8.052		6.215	
TAUBATÉ	11.833	17.700		19.501		45.445		36.567	
Caçapava	—	4.607		11.613		18.099		15.782	
Jambeiro	—	—	22.307	4.714	40.624	5.517	85.433	4.844	68.040
Buquira	—	—		4.796		7.877		4.534	
Tremembé	—	—		—		8.495		6.316	
UBATUBA	6.032	—		7.803		10.179		7.593	

PRODUÇÃO DE CAFÉ — ZONA NORTE

UNIDADES ESTATISTICAS	1836	1854		1886		1920		1935	
AREIAS	102.797	186.094		100.000		21.920		18.521	
Queluz	—	200.000	386.094	120.000	480.000	26.273	79.900	25.970	52.335
S. José do Barreiro	—	—		173.333		7.800		7.844	
Pinheiros	—	—		86.667		23.827		—	
BANANAL	64.822	554.600		—		13.847		13.650	
CUNHA	50	—		—		—		350	
GUARATINGUETÁ	22.442	100.885		350.000		97.687		55.740	
Aparecida	—	—		—		—		7.885	63.625
JACAREI	54.004	240.010		56.000		16.727		33.310	
Santa Branca	—	—		30.000	86.000	5.153	21.880	6.230	39.540
LORENA	33.649	125.000		50.000		45.213		17.950	
Silveiras	—	—		66.667		21.607		32.760	
Jaipi	—	—		—		2.467		—	
Cruzeiro	—	—		60.000	176.667	41.087	130.961	37.090	107.040
Cachoeira	—	—		—		11.927		14.500	
Piquete	—	—		—		8.660		4.740	
MOGI DAS CRUZES	11 237	100.000		—		2.520		559	
Salesopoles	—	—		—		687	4.907	—	1.803
Guararema	—	—		—		1.700		1.244	
SANTA IZABEL	2.499	45.000		2.000		393	3.186	5.885	
Igaratá	—	—		—		2.793		—	
PARAIBUNA	23.322	118.320		—		8.807	11 747	61.420	
Natividade	—	—		10.000		2 940		7.305	68.725
PINDAMONHANGABA	62.628	350.000		200.000		82.047	84.520	40.149	
S Bento	—	—		—		2.473		10.960	51.109
S LUIZ PARAITINGA	16.200	41.000		30.000		8.967	9.567	3.875	
Lagoinha	—	—		—		600		—	
S JOSE DOS CAMPOS	9.015	60.000		250.000		51.173		134.254	
S. SEBASTIÃO	42.845	86.000		600		—		1.060	
Caraguatatuba	—	—		—				153	1.213
VILA BELA	10.289	112.500		4.000		3.020		10.338	
TAUBATÉ	23.607	354.730		300.000		78.980		167.636	
Caçapava	—	—		—		65.813		89.275	
Jambeiro	—	—		60.000	360.000	39.527	222.147	36.968	324.293
Buquira	—	—		—		21.327		—	
Tremembé	—	—		—		16.500		10.414	
UBATUBA	31.000	99.500		5.000		153		2.132	

VI

A ZONA CENTRAL

Por muitos aspectos é a zona central comparável à zona norte. Em ambas a produção do café se desenvolve por volta de 1836, embora com menor intensidade na primeira; em ambas vai alcançar o seu máximo em fins do século XIX, em ambas se localizam de início as plantações em tôrno dos núcleos existentes, à margem das poucas vias de comunicações. Dois grandes rios constituem-lhes as respectivas colunas vertebrais — o Paraíba e o Tietê. Ambas são zonas históricas, semeadas de pousos de bandeiras, já povoadas e em plena crise de mineração na aurora da invasão cafeeira. De todo o Estado, são, com o litoral, as únicas zonas em que as unidades estatísticas comparáveis já se podem delinear de acôrdo com o recenseamento de 1836, a não ser na parte sul, para as bandas de Itapetininga, onde para chegar-se a um zoneamento significativo faz-se aconselhável desprezar os dados anteriores ao recenseamento de 1854. A Mogiana e a Paulista só em 1886 apresentam informes ponderáveis e as zonas novas em 1920.

Mas a zona central leva sôbre a do norte a vantagem da qualidade das terras e beneficia do incremento da imigração numa medida bem maior. No seu apogeu, em 1886-890, a imigração já se fazia em larga escala. Com a abolição da escravatura, a região pouco sofreu e por pouco tempo. E a população mais sedentária, que lhe coube pela fixação do colono, influíu, quando da abertura das novas zonas, no sentido de um desenvolvimento

notável em outros campos de atividade. O açúcar a princípio, e depois o algodão, conservaram-lhe um nível elevado de progresso e, com exceção das regiões vizinhas da capital, cujas terras nunca valeram grande coisa, não se verificou nela o fenômeno das cidades mortas. Por outro lado a abertura das novas zonas sertanejas da Mogiana e Paulista fizeram de Campinas e Piracicaba bôcas de sertão providencialmente próximas do centro paulistano, que consolidaram suas raízes com a transferência para elas do comércio, das escolas, da justiça destinada a reger a vida do hinterland. O quadro geral comparativo é curioso:

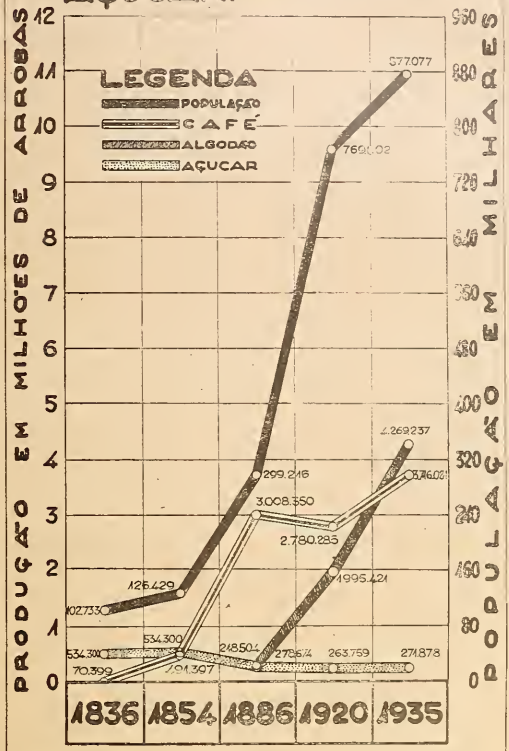
Ano	População	Café em arrobas	Algodão em arrobas	Açúcar em arrobas
1836	102.733	70.378	—	354.300
1854	126.429	491.397	—	538.535
1886	299.216	3.008.350	272.674	218.504
1920	769.802	2.780.525	1.995.421	263.759
1935	877.077	3.716.021	4.269.237	271.878

Que a zona já era povoada e cultivada quando o café a invadiu é o que podemos verificar pelos dados de 1836. Temos então 102.733 habitantes e uma produção de mais de 350.000 arrobas de açúcar, localizada principalmente nas regiões de Capivarí, Itú, Jundiaí, Piracicaba e Pôrto Feliz.

Para onde se dirige o café, na mesma época? Para as terras excepcionalmente boas de Itú e Jundiaí. Observe-se a tentativa inicialmente feliz de Parnaíba.

O café, excessivamente lucrativo, progride. Em 1854, vemo-lo instalado em quase tôda a região central, com pontos de concentração maior em Campinas, Bragança, Itú e Jundiaí. Paralelamente, a produção do açúcar aumenta, ultrapassando 100.000

ZONA CENTRAL: POPULAÇÃO E PRODUÇÃO DE CAFÉ, ALGODÃO E AÇUCAR.



arrobas em Itú, Piracicaba e Capivarí. Um rápido olhar, sôbre o quadro detalhado da população, logo põe em relêvo o desenvolvimento das mesmas localidades em prejuízo de outras menos felizes. A população de Campinas, dobra, ao passo que a de Parnaíba estaciona. Nenhuma tendência precisa se patenteia ainda, entretanto, As produções se compensam até certo ponto e só em 1886 é que se vão notar indícios mais curiosos. Nesse momento estamos no período de pleno desenvolvimento do café. 3.000.000 de arrobas é a produção da zona. O açúcar decai, diminue de metade. Em compensação o algodão principia a ser cultivado e sua importância aparece nas produções de Pòrto Feliz, Itú e Tatuí. O interêsse desta zona reside, a partir de então, na harmonia de seu progresso. Em 1920 encontramo-la com quase 3.000.000 de arrobas de café, produção em verdade decadente, mas com uma colheita de algodão de cêrca de 2 milhões de arrobas e uma produção de açúcar estacionária. A essa riqueza, tão sòlidamente plantada, corresponde um crescimento rapidíssimo da população, que passa de 300 a 769.000 habitantes. Campinas ainda é o primeiro centro produtor, tanto do café como do algodão e do açúcar. Sua situação privilegiada, a excelência de suas terras, vão mantê-la num regime de estabilidade que a própria crise e a abertura do sertão não conseguirão abalar. 1935 alcança-a em pleno progresso, com uma população de 133.000 habitantes, nova capital, "princesa do oeste" reinando sôbre o vasto hinterland da Mogiana, Paulista e Araraquarense. A pequena propriedade se instala, com a emigração dos latifúndios para as terras virgens, e novas culturas lhe vêm aumentar a riqueza. Assim é que a fruticultura se desenvolve e a produção da laranja atinje nesse ano 1.026.000 caixas. O mesmo vai ocorrer com Sorocaba. Aí também a citricultura progride (1.809.000 caixas em 1935), a vinha, os cereais e a cebola se cultivam em larga escala. Grandes fábricas se localizam na cidade, o comércio cresce para dar ao seu vasto hinterland tudo o de que êle necessita. O mesmo acontece também com Piracicaba, região de desenvolvimento econômico-demográfico harmonioso, onde se unem, num mesmo índice ascendente de produção, o café e o açúcar, a policultura e a pequena indústria.

Ocupando as chaves tôdas das comunicações, como se pode ver do mapa incluso, a zona Central tinha que participar de todos os surtos econômicos do Estado e principalmente do surto do café. Foi realmente o que se deu e de sua situação geográfica decorre em grande parte o seu progresso ininterrupto. Para a sua expansão muito contribuíu ainda a enorme corrente imigratória de fins do século XIX. Ainda se valeu do braço escravo entretanto e

ESTRADAS DE FERRO.
LOCALIZAÇÃO DA ZONA CENTRAL.
SÃO PAULO
LEGENDA
ESTRADA DE FERRO CONSTRUIDA
" " " EM CONSTRUÇÃO
ZONA CENTRAL
ESCALA=1:5.000.000

não é, por isso, a região de menor porcentagem de elementos negros. Êstes aparecem mais acentuadamente nas zonas norte e oeste, de progresso econômico anterior à imigração, ou nas zonas excessivamente novas, posteriores à mesma e para as quais se encaminha, na falta do agricultor europeu, o proletariado agrícola da Baía e do norte do país.

A apresentação dos quadros organizados por unidades estatísticas comparáveis mostra melhor o desenvolvimento particular de cada uma das regiões:

POPULAÇÃO — ZONA CENTRAL

UNIDADES ESTATISTICAS	1836	1854		1886		1920		1935	
ITAPETININGA	11.510	19.839	21.759	11.362	20.208	25.987	54.812	29.041	66.618
Angatuba	—	—		—		14.077		13.108	
Anhembi	—	—		—		4.317		5.874	
Bofete	—	—		—		—		7.015	
Guarei	—	—		3.346		6.975		7.294	
Sarapuí	—	1.920		5.500		3.456		4.286	
TATUI	—	8.016		24.936		28.125	33.690	24.569	40.599
Pereiras	—	—		—		5.565		5.283	
Porangaba	—	—		—		—		10.747	
PARNAIBA	4.196	2.603	4.000	4.931	7.406	7.981	12.291	13.152	16.932
Araçariguama	—	1.397		2.465		4.310		3.780	
SÃO ROQUE	5.417	4.621	8.927	5.448	13.557	17.294	28.254	16.810	29.540
Una	—	4.306		8.109		10.960		12.730	
ATIBAIA	10.110	4.238	8.541	9.034	23.878	24.674	61.930	22.361	55.914
Piracaia	—	—		8.134		14.798		12.454	
Nazaré	—	4.303		6.710		11.805		11.109	
Joanopolis	—	—		—		10.653		9.900	
PORTO FELIZ	11.293	4.437		5.781	18.753	17.392	62.079	22.693	66.743
Tietê	—	—		12.972		25.125		24.240	
Conchas	—	—		—		9.785		9.307	
Laranjal	—	—		—		9.777		10.503	
BRAGANÇA	11.618	7.666		16.214		55.719		54.695	
ITÚ	11.146	—		15.840	28.457	30.392	66.212	30.796	72.746
Cabreúva	—	—		3.306		5.884		5.904	
Indaiatuba	—	3.014		4.653		9.944		11.020	
Monte Mór	—	—		4.656		10.038		12.712	
Salto	—	—		—		9.934		12.314	
CAMPINAS	6.689	14.201		41.253		115.602		133.819	146.181
Vila Americana	—	—		—		—		12.362	
SOROCABA	11.133	10.926	19.127	20.166	33.609	43.323	65.781	66.918	91.202
Campo Largo	—	4.275		6.375		9.937		12.019	
Piedade	—	3.926		7.068		12.521		12.265	
CAPIVARI	3.437	8.632		10.494		25.591		28.830	
JUNDIAI	5.893	5.606		10.254	20.089	44.437	67.424	55.898	75.168
Itatiba	—	—		9.835		22.992		19.270	
PIRACICABA	10.291	5.095		22.150		67.732		73.425	
Santa Barbara	1.133	—		5.110	33.055	9.621	101.974	11.227	106.491
São Pedro	—	—		5.795		14.257		12.563	
Rio das Pedras	—	—		—		10.364		9.276	

PRODUÇÃO DE CAFÉ — ZONA CENTRAL

UNIDADES ESTATISTICAS	1836	1854	1886		1920		1935	
ITAPETININGA	30	2.240	28.833		9.587		11.493	
Angatuba	—	—	—		23.647		14.914	
Anhembi	—	—	—		400	37.341	—	61.000
Bofete	—	—	—		—		34.593	
Guarei	—	—	—		3.707		—	
Sarapuí	—	—	—		—		—	
TATUÍ	—	950	—		50.747		41.465	
Pereiras	—	—	—		2.007	52.754	2.736	52.807
Porangaba	—	—	—		—		8.586	
PARNAÍBA	35.000	—	1.000	20.184	133		1.230	
Araçariguama	—	—	19.184		—		—	
SÃO ROQUE	30	6.000	5.000		6.260		10.984	21.968
Una	—	—	—		—		10.984	
ATIBAIA	320	6.100	—		139.887		197.800	
Piraçaia	—	—	—		82.874	310.188	116.900	440.310
Nazaré	—	—	18.667		8.460		25.980	
Joanopolis	—	—	—		78.967		99.630	
PORTO FELIZ	990	6.350	10.000		10.753		56.424	
Tietê	—	—	—		55.980	124.700	202.743	377.399
Conchas	—	—	—		2.467		7.614	
Laranjal	—	—	—		55.500		110.618	
BRAGANÇA	2.400	36.755	250.000		182.000		506.740	
ITÚ	1.052	16.702	46.667		141.907		397.770	
Cabreúva	—	—	—		56.800		105.150	
Indaiatuba	—	—	200.000	274.667	87.673	335.720	83.256	625.874
Monte Mór	—	—	28.000		46.060		26.408	
Salto	—	—	—		3.280		13.290	
CAMPINAS	8.021	335.550	1.500.000		795.680		454.069	473.372
Vila Americana	—	—	—		—		19.303	
SOROCABA	770	12.750	—		494		1.783	
Campo Largo	—	—	—		1.834	2.328	—	2.133
Piedade	—	—	1.000		—		350	
CAPIVARI	310	8.000	93.333		91.253		96.301	
JUNDIAÍ	1.276	60.000	133.333	506.666	199.300	441.347	317.900	615.826
Itatiba		—	373.333		242.047		297.926	
PIRACICABA	—	—	300.000		170.300		233.625	
Santa Barbara	—	—	—		3.247		7.647	
Rio das Pedras	—	—	—		116.567	486.761	94.889	439.861
São Pedro	—	—	—		109.647		103.700	

VII

A MOGIANA E A PAULISTA

Embora separadas na análise geral da marcha do café, as zonas Paulista e Mogiana apresentam tantas analogias que o estudo mais detalhado de seu desenvolvimento está a exigir-lhes a reünião num só conjunto.

De 1836 a 1854 tôda essa vasta região constituía o sertão para o qual se abriam as portas de Campinas, Bragança, Piracicaba. A cultura do café invade ao mesmo tempo ambas as zonas e progride nelas num ritmo idêntico, talvez com leve atraso para a Paulista, logo compensado de resto pelo rápido avanço de 1854-1886. Do quadro abaixo se induzem certas conclusões:

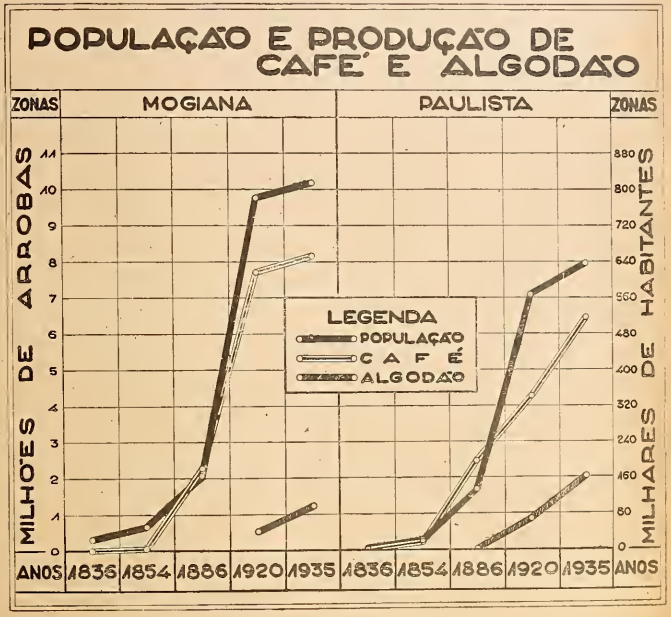
Ano	População		Café em arrobas		Algodão em arrobas	
	Mogiana	Paulista	Mogiana	Paulista	Mogiana	Paulista
1836	20.341	2.764	821	8.461	——	——
1854	51.265	21.889	84.750	223.470	——	——
1886	163.831	133.697	2.262.599	2.458.134	——	4.667
1920	811.974	537.237	7.852.020	4.148.462	500.214	891.513
1935	845.442	661.920	8.521.076	6.110.213	1.213.862	2.028.633

Ao realizar-se o recenseamento de 1836, apenas se consignavam dados, assim mesmo insignificantes, para poucos municípios: Mogí Mirim e Franca, na Mogiana; Araraquara, na Paulista. O

caso de Franca, constituindo uma visível penetração mineira e o de Araraquara uma exceção aventurosa, vê-se pela produção de Mogi Mirim e sua população, respectivamente 610 arrobas e 9.677 habitantes, que a invasão do sertão apenas se iniciava. Mesmo mais tarde, em 1854, ainda carecem as zonas de importância. Só depois da chegada das primeiras levas de imigrantes se desenvolvem elas plenamente para, num ritmo acelerado, atingirem seu apogeu por volta de 1920. O recenseamento de 1886 já nos revela alguns pontos de concentração importantes, de onde se irradiará, a seguir, a cultura cafeeira. E' preciso não esquecer que nessas zonas, ao contrário do que ocorreu nas mais antigas, o café precedeu os meios de transporte. São células que se formam às vêzes em pleno sertão e se subdividem depois em obediência à expansão cafeeira. A estrada de ferro vai atrás, a serviço dos fazendeiros instalados. Casa Branca já possue 7.000 h. em 1854 e a Mogiana só alcança o município em 75. Ribeirão Preto tem mais de 10.000 habitantes quando é atingido por seu turno, em 1886. Idêntico fenômeno ocorre na Paulista, onde Araraquara e Limeira bem antes do início da construção da ferrovia vêm produzindo grandes safras de café. Aquí a estrada se inicia em 1870 e segue acompanhando o rápido progresso de tôda a zona. 1935 para ambas as zonas é o ano de maior produção. Respectivamente 8.521.076 e 6.110.213 arrobas. A-pesar-disso já se podem observar alguns sinais de decadência. Desde 1920 vem se dando o deslocamento da produção para as zonas novas e o ritmo afrouxa. Os gráficos que reproduzimos dão bem essa impressão de saturação. E uma análise mais detalhada a realça de modo indiscutível. Araras vê sua produção diminuída de 500.000 arrobas, em 1886, para 292.000 em 1935. Ao mesmo tempo a população cai de 25.613 para..... 24.234 habitantes. Em Palmeiras, São Carlos, Santa Rita, o mesmo se verifica. A população emigra com o empobrecimento da região: ou para os municípios recém-abertos à cultura cafeeira, ou para a Araraquarense, Noroeste, Alta Sorocabana. Assim é que tôda a região de Jaboticabal, incluindo os municípios de Bebedouro, Monte Azul, Pitangueira, Guariba e Viradouro, continuam a progredir. Aquí o progresso começa em 1886 (40.000 arrobas, 2.885 h.) e vai num crescendo contínuo, que se comprova pelas inúmeras subdivisões da área primitiva, até alcançar, em 1935, respectivamente 1.877.115 arrobas e 147.087 h. — Na Mogiana idênticos aspectos se encontram. Ao declínio das regiões de Amparo, S. João da Boa Vista, S. José do Rio Pardo, Casa Branca, opõe-se o de desenvolvimento das de Ribeirão Preto e Batatais, por exemplo. Em Amparo, para citar uma só delas, a produção passa de 722.273 arrobas em 1920 a 379.706 arrobas em 1935,

descendo a população, no mesmo período de 53.185 h. a 44.266. Um exemplo característico da tendência oposta se encontra na análise da região de Batatais, compreendendo, para efeito de comparação dos dados, os municípios de Altinópolis, Brodowsky e Jardinópolis. As cifras são aquí as seguintes: Produção: 1920 — 508.533 arrobas — 1935: 811.514 — População: 1920 — 58.526 h.; 1935 — 63.581 h.

Em ambas as zonas, Mogiana e Paulista, a decadência do café teve por conseqüência não o abandono das terras, como na zona do norte, mas o ensaio de outras culturas substitutivas. A rêde



de estradas de ferro e de rodagem, que se abriu atrás da invasão cafeeira, constituíra raízes bastante profundas para uma permanência do progresso, as facilidades de comunicação compensando os rendimentos mais fracos. A citricultura e o algodão se instalaram. Em 1935 a Paulista produz 2 milhões de arrobas de algodão e a Mogiana 1.200.000. A citricultura concentra-se em Limeira, Araras, Araraquara e Rio Claro. Só Limeira entrega ao consumo 1.000.000 de caixas de laranjas! Quanto ao algodão a concentração se realiza nos municípios de Araraquara (612.000 arrobas), S. José do Rio Pardo (243.000 arrobas), Sertãozinho (206.000 arrobas), Limeira (193.000), Rio Claro (148.000), Mogí Mirim (147.000), Olímpia (136.000), Jaboticabal (130.000), Ribeirão Preto (124.000), São Carlos (119.000 — cifras de 1935) (21). A indústria também vai aos poucos penetrando os centros mais favoráveis ao seu desenvolvimento e o fenômeno da redistribuição das terras vai operar-se em breve com a venda em lotes dos grandes latifúndios que o café não sustenta mais.

Em seus pormenores os quadros das zonas, de acôrdo com as unidades estatísticas comparáveis, mostram melhor do que novas considerações o valor dessas nossas afirmativas. A estagnação, se não o retrocesso, é indiscutível, mas as raízes já deram à árvore do progresso seiva suficiente para uma existência ainda duradoura. As comunicações fáceis compensam as despesas de adubação da terra que o café esgotou e os vastos hinterlands de Goiaz e Minas são mercados em formação para o seu comércio. O crescimento apoia-se por outro lado na contribuição das indústrias (Rio Claro, Barretos). De como tais fatores podem modificar as condições do abandono cafeeiro, vê-se pelo aumento contínuo da população de Rio Claro em oposição à decadência da produção de café.

As zonas em questão foram as que melhor aproveitaram a mão de obra imigrante. Ao começar a imigração iniciava-se o seu desbravamento. E ao terminar êste, embora outras regiões já se abrissem ao forasteiro, as conveniências da civilização instalada atraíram sempre o colono. Daí o fenômeno curioso observado pelo prof. Lowrie de uma formação étnica de porcentagens à primeira vista contraditórias: 25% de estranjeiros e 20% de negros, o que significa grande número de imigrantes e grande afluência do proletariado nacional de outros Estados mais escuros (22).

---

(21) — A atualização dêsses números mostraria concentração bem maior. A tendência firmou-se com o êxito continuado das exportações.

(22) — A composição atual da população revela uma situação diferente com referência à porcentagem de estranjeiros. Em verdade o estudo do prof. Lowrie versa a ascendência da população e não a sua estrutura "legal".

MOGIANA

UNIDADES ESTATÍSTICAS	CAFÉ 1836	CAFÉ 1854	CAFÉ 1886	CAFÉ 1920	CAFÉ 1935	POPULAÇÃO 1836	POPULAÇÃO 1854	POPULAÇÃO 1886	POPULAÇÃO 1920	POPULAÇÃO 1935
AMPARO	—	—	933.333	690.580	345.867	—	2.840	17.325	47.713	39.962
Pedreira	—	—	—	31.693	30.839	—	—	—	5.472	4.304
				722.273	379.706				53.185	44.266
SOCORRO	—	—	40.000	138.533	132.432	—	3.050	8.895	26.545	25.661
MOGI MIRIM	610	80.000	—	229.517	219.968	9.677	12.636	14.938	37.700	42.442
ITAPIRA	—	—	—	381.560	271.366	—	—	—	26.594	29.624
E. SANTO DO PINHAL	—	—	150.600	406.427	448.549	—	—	10.515	30.639	31.927
MOGI GUASSU	—	—	—	61.935	69.774	—	4.931	4.768	12.902	14.981
S. J. DA BOA VISTA	—	—	150.000	477.267	293.704	—	3.460	9.555	51.993	41.406
Vargem Grande	—	—	—	—	53.921	—	—	—	—	8.974
					347.625					50.380
CASA BRANCA	—	1.750	300.000	211.140	155.330	—	7.014	7.748	26.397	26.701
Tambaú	—	—	—	109.000	88.952	—	—	—	10.711	10.814
				320.140	244.282				37.108	37.515
S. JOSÉ DO RIO PARDO	—	—	200.000	850.753	294.240	—	—	4.255	48.152	30.958
Orama	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CACONDE	—	—	—	218.980	221.386	—	5.140	9.177	24.791	21.721
Tapiratiba	—	—	—	—	94.055	—	—	—	—	8.849
					315.441					30.570
MOCOCA	—	—	93.333	342.667	263.755	—	—	—	26.157	26.610
SÃO SIMÃO	—	—	—	442.800	280.377	—	4.550	6.367	29.455	24.906
Santa Rosa	—	—	—	76.553	19.815	—	—	—	10.620	8.092
Serra Azul	—	—	—	—	68.208	—	—	—	—	6.248
				519.253	368.400				40.075	39.246
CAJURÚ	—	—	133.333	118.883	113.367	—	3.682	6.497	19.294	19.277
Sto. Antonio Alegria	—	—	2.050	35.307	40.062	—	—	—	6.673	6.668
			135.333	144.100	153.429				25.967	25.915
RIBEIRÃO PRETO	—	—	—	741.050	1.052.419	—	—	—	68.838	81.565
Cravinhos	—	—	—	277.429	416.885	—	—	—	26.551	19.789
Serrãozinho	—	—	—	130.847	364.613	—	—	—	30.522	31.030
				1.149.347	1.834.017				125.911	132.584
BATATAIS	—	—	—	102.206	271.614	—	—	19.915	21.816	24.772
Altinopolis	—	—	—	79.840	140.780	—	—	—	8.823	11.047
Brodowski	—	—	—	98.227	124.883	—	—	—	9.188	9.169
Jardinopolis	—	—	—	228.286	274.237	—	—	—	18.699	18.593
				508.553	811.514				58.526	63.581
FRANCA	211	—	60.000	430.827	674.384	10.664	2.964	10.040	44.208	60.237
Itú	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PATROCINIO DO SAPUCAÍ	—	—	—	53.600	106.427	—	—	2.248	9.321	12.636
ITUVERAVA	—	—	—	121.700	259.056	—	—	4.585	33.552	26.535
Guará	—	—	—	—	104.183	—	—	—	—	8.324
					363.239					34.859
IGARAPAVA	—	—	—	202.673	116.044	—	—	7.638	32.678	28.268
Pedregulho	—	—	—	—	237.169	—	—	—	—	18.382
					353.213					46.650
NUPORANGA	—	—	—	—	91.450	—	—	—	—	7.925
Orlândia	—	—	—	346.280	269.460	—	—	—	43.760	16.998
S. Joaquim	—	—	—	95.667	236.000	—	—	—	9.130	19.643
				441.947	587.890				52.890	44.566
SERRA NEGRA	—	—	200.000	299.820	230.995	—	—	9.118	* 22.960	20.401

PAULISTA

UNIDADES ESTATISTICAS	CAFÉ 1836	CAFÉ 1854	CAFÉ 1886	CAFÉ 1920	CAFÉ 1935	POPULAÇÃO 1836	POPULAÇÃO 1854	POPULAÇÃO 1886	POPULAÇÃO 1920	POPULAÇÃO 1935
RIO CLARO	—	99.670	600.000	312.127	155.982	—	6.564	20.133	50.416	55.708
Anapolis	—	—	—	116.140	78.854	—	—	—	7.393	6.344
				428.267	244.836				57.809	62.050
ARARAS	—	—	500.000	241.107	262.083	—	—	9.579	25.613	24.234
ARARAQUARA	440	2.060	140.000	410.320	839.125	2.764	4.965	9.559	48.119	88.916
BARRETOS	—	—	—	88.947	188.142	—	—	—	39.782	30.243
Cajobi	—	—	—	—	231.354	—	—	—	—	10.820
Olimpia	—	—	—	310.227	524.060	—	—	—	45.046	48.449
Colina	—	—	—	—	381.835	—	—	—	—	24.422
Guaira	—	—	—	—	39.685	—	—	—	—	7.990
				399.174	1.365.736				84.828	121.924
JABOTICABAL	—	—	40.000	306.787	525.438	—	2.885	26.224	51.941	62.962
Bebedouro	—	—	—	256.726	470.360	—	—	—	28.503	31.576
Monte Azul	—	—	—	123.440	139.603	—	—	—	19.910	11.789
Pitangueiras	—	—	—	162.860	239.842	—	—	—	13.350	13.899
Guariba	—	—	—	103.220	208.420	—	—	—	8.801	9.685
Viradouro	—	—	—	73.973	293.452	—	—	—	15.351	17.266
				1.026.000	1.877.115				138.756	147.087
DESCALVADO	—	—	416.667	267.727	238.833	—	2.450	8.257	22.035	19.182
Porto Ferreira	—	—	—	54.940	16.525	—	—	—	5.521	5.012
Pirassununga	—	—	—	112.047	187.730	—	—	15.913	19.692	25.191
Leme	—	—	—	46.187	87.597	—	—	—	9.153	9.798
Sta Cruz da Conceição	—	—	—	72.367	—	—	—	—	5.965	—
				553.268	530.685			24.170	62.366	59.183
LIMEIRA	—	121.809	200.000	167.240	229.577	—	5.045	15.879	32.550	40.723
PALMEIRAS	—	—	244.800	155.860	145.162	—	—	5.650	12.784	9.858
SÃO CARLOS	—	—	66.667	698.193	469.684	—	—	16.104	54.225	51.620
SANTA RITA	—	—	250.000	238.100	109.331	—	—	6.495	20.207	16.247

VIII

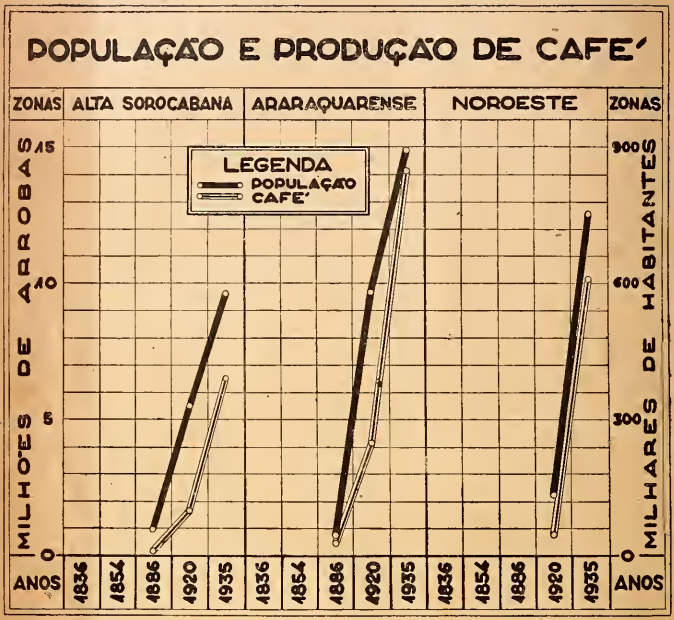
AS ZONAS NOVAS

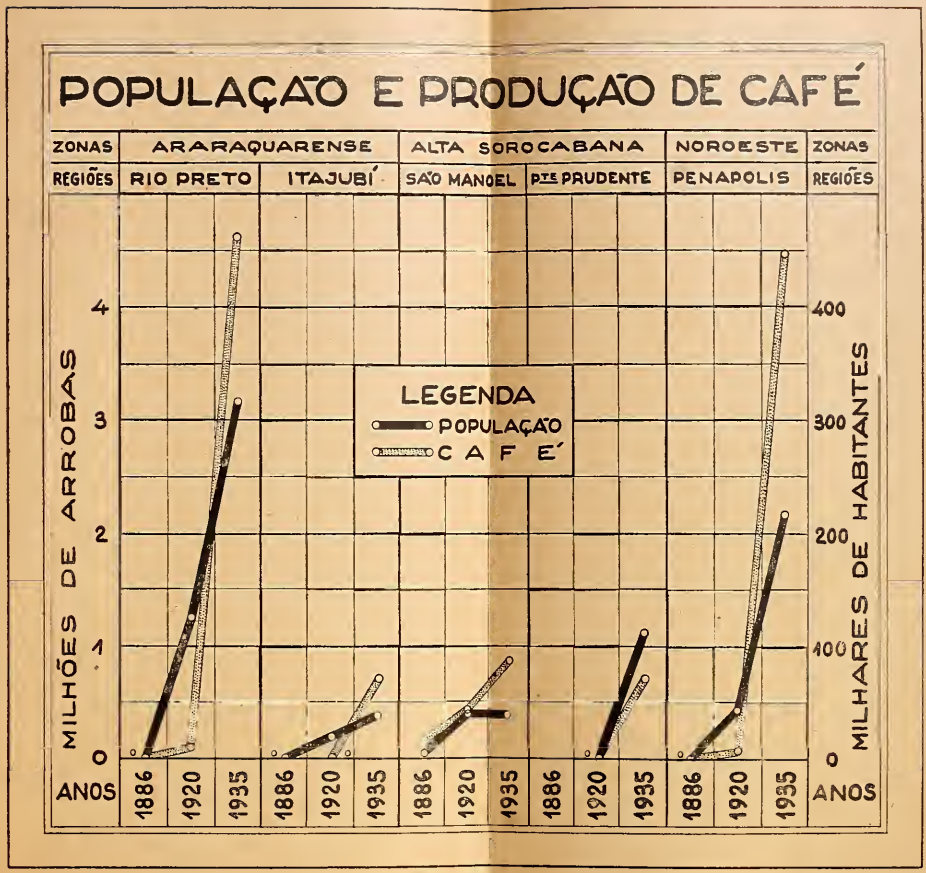
Assim como nos pareceu indispensável analisar as zonas da Mogiana e da Paulista em conjunto, assim também em relação às zonas novas é necessário encará-las num todo. Com efeito, em tôdas essas zonas, o café principia a ser cultivado em fins do século XIX. O seu desbravamento, ao contrário do que se deu com a Mogiana ou a Paulista, acompanha a estrada de ferro, não a precede, e atinge seu maior vulto de produção em 1935, em plena crise portanto. Os altos preços de 1928 é que lhe provocam o "rush" agrícola e o impulso então tomado se mantém com a decadência do resto do Estado. A elevada produção por mil pés torna o lucro possível durante muito tempo ainda, quando já na Mogiana ou na zona Central as cotações arruinam os fazendeiros e os obrigam a mudar de lavoura.

Nas zonas novas, até 1935, apenas existe o café. Nesse ano a safra alcança na alta Sorocabana 6.500.000 arrobas, na Noroeste 12.500.000, e na Araraquarense 14.100.000! Os dados referentes ao algodão são então insignificantes. Não há açúcar e os próprios cereais se abandonam, por causa da margem pequena de lucro.

Da rapidez do incremento do café nesse sertão aberto com o nosso século, dá-nos uma idéia bem nítida o quadro abaixo:

Ano	POPULAÇÃO			CAFÉ		
	Araraquarense	Alta Sorocabana	Noroeste	Araraquarense	Alta Sorocabana	Noroeste
1836	43.358	—	—	—	—	—
1854	579.653	—	—	—	—	—
1886	890.095	58.004	—	420.000	151.000	—
1920	—	326.994	136.454	4.152.228	1.676.228	722.119
1935	—	576.812	608.027	14.126.113	6.542.410	12.544.045


POPULAÇÃO E PRODUÇÃO DE CAFE'
ZONAS
ALTA SOROCABANA
ARARAQUARENSE
NOROESTE
ZONAS
MILHÕES DE ARROBAS
15
10
5
0
LEGENDA
POPULAÇÃO
CAFE'
900
600
300
0
MILHARES DE HABITANTES
ANOS
1836
1854
1886
1920
1935
1836
1854
1886
1920
1935
1836
1854
1886
1920
1935
ANOS


POPULAÇÃO E PRODUÇÃO DE CAFÉ
ZONAS
ARARAQUARENSE
ALTA SOROCABANA
NOROESTE
ZONAS
REGIÕES
RIO PRETO
ITAJUBÍ
SÃO MANOEL
Pte PRUDENTE
PENAPOLIS
REGIÕES
MILHÕES DE ARROBAS
0
1
2
3
4
MILHARES DE HABITANTES
0
100
200
300
400
LEGENDA
POPULAÇÃO
CAFÉ
ANOS
1886
1920
1935
1886
1920
1935
1886
1920
1935
1886
1920
1935
1886
1920
1935
ANOS

ARARAQUARENSE

UNIDADES ESTATISTICAS	PRODUÇÃO 1886	PRODUÇÃO 1920	PRODUÇÃO 1935		POPULAÇÃO 1886	POPULAÇÃO 1920	POPULAÇÃO 1935	
MONTE ALTO	—	441.774	462.331		—	37.524	36.893	
ARIRANHA	—	39.473	180.473		—	11.083	9.399	
TABAPUAN	—	56.387	341.651		—	14.538	29.417	
JAÚ	350.000	600.914	885.005		18.341	42.556	53.779	
BARRA BONITA	—	206.327	167.138		—	9.315	7.854	
BICA DE PEDRA	—	125.667	263.952		—	12.054	12.316	
BARIRÍ	—	240.814	492.196		—	23.530	25.398	
BOA ESPERANÇA	—	143.740	180.680		—	12.702	11.092	
BROTAS	50.000	236.054	217.456	310.008	6.546	—	14.865	
Tiririba	—	—	92.552		—	—	—	
CATANDUVA	—	18.373	606.686		—	16.009	31.666	
RIO PRETO	—	99.680	772.982	4.622.053	—	126.726	62.090	316.235
Cedral	—	—	158.739		—	—	11.806	
Mirassol	—	—	806.770		—	—	55.676	
Monte Aprazivel	—	—	1.390.604		—	—	58.984	
Tanabi	—	—	232.927		—	—	28.618	
Nova Granada	—	—	204.694		—	—	32.537	
Potirendaba	—	—	274.911		—	—	13.304	
Inacio Uchôa	—	—	281.398		—	—	15.179	
José Bonifacio	—	—	227.903		—	—	20.783	
Ibirá	—	—	207.125		—	—	17.656	
DOURADO	—	57.113	129.267		—	8.827	8.453	
DOIS CORREGOS	—	211.427	300.863		8.264	19.590	17.577	
MINEIROS	—	119.327	96.450		—	7.923	6.409	
PEDERNEIRAS	—	76.040	331.386		—	28.188	23.312	
IBITINGA	—	33.620	280.199	523.971	—	25.977	21.056	36.982
Tabatinga	—	—	243.772		—	—	15.926	
Nova Europa	—	—	—		—	—	—	
MATÃO	—	335.413	936.146		—	22.320	31.821	
SANTA ADÉLIA	—	145.893	280.358	425.400	—	17.424	17.085	27.687
Pindorama	—	—	145.042		—	—	10.602	
RIBEIRÃO BONITO	—	223.393	217.875		—	13.569	14.460	
BOCAINA	20.000	279.027	279.763		4.412	14.889	11.344	
TAQUARITINGA	—	242.607	551.369		—	40.045	41.488	
ITAPOLIS	—	108.393	487.033	593.025	—	29.420	29.782	43.748
Borborema	—	—	110.992		—	—	13.966	
NOVO HORIZONTE	—	927	458.712		—	13.813	33.070	
ITAJOBI	—	308	417.934	711.626	—	18.653	28.443	37.388
Mundo Novo	—	—	293.692		—	—	11.955	

ALTA SOROCABANA

UNIDADES ESTATISTICAS	PRODUÇÃO 1886	PRODUÇÃO 1920	PRODUÇÃO 1936		POPULAÇÃO 1886	POPULAÇÃO 1920	POPULAÇÃO 1936	
PRES. PRUDENTE	—	—	367.850	718.183	—	—	87.442	112.224
Sto. Anastacio	—	—	248.554		—	—	19.070	
Pres. Venceslau	—	—	101.779		—	—	5.712	
S. MANUEL	150.000	412.553	859.310		5.328	39.427	37.685	
AGUDOS	—	—	199.813		—	15.702	23.509	
ASSIS	—	953	123.218	216.314	—	13.047	18.169	29.651
Candido Mota	—	—	93.096		—	—	11.482	
AVARE	—	127.400	202.425		—	23.221	29.524	
ESP. S. TURVO	—	2.307	66.857	862.750	1.796	4.421	—	50.751
S. C. Rio Pardo	—	68.320	318.140		9.655	32.458	29.628	
Bern. Campos	—	—	92.914		—	—	8.056	
Chavantes	—	—	284.809		—	—	13.267	
LENÇOIS	1.000	68.420	189.520	398.150	10.111	20.294	14.489	22.567
Bocaiuva	—	—	208.630		—	—	8.078	
BOTUCATU	—	228.320	405.500		15.985	33.405	38.447	
CAMPOS NOVOS	—	3.760	283.710		3.295	12.811	24.258	
CERQUEIRA CESAR	—	44.547	66.230		—	9.202	10.294	
CON. MONTE ALEGRE	—	173	—	464.888	—	16.160	20.203	94.484
Marracaí	—	—	21.098		—	—	12.940	
Paraguaçú	—	—	209.870		—	—	9.668	
Quatá	—	—	233.138		—	—	21.933	
FARTURA	—	42.053	79.569		—	13.156	11.495	
IPAUSSU	—	97.947	327.847		—	7.681	9.919	
ITATINGA	—	151.233	126.210		—	10.017	7.633	
OLEO	—	25.787	93.599		—	4.591	5.632	
OURINHOS	—	1.107	43.170		—	4.273	7.724	
PALMITAL	—	4.147	145.022	8.084	—	10.359	22.333	15.100
Platina	—	3.887	—		—	5.816	—	
PIRAJU	—	162.467	487.387		—	29.353	36.922	
SALTO GRANDE	—	1.460	102.400		—	7.224	9.165	
STA. BARBARA DO RIO PARDO	—	127	32.889		3.218	8.192	10.484	
S. PEDRO DO TURVO	—	2.307	66.857		—	6.195	12.221	

De 1886 a 1920 a produção decuplica e torna a decuplicar nos 15 anos seguintes! A população segue idêntica ascenção, como se vê dos gráficos comparativos inclusos. Nem em imaginação seria possível prever mais completo paralelismo, nem mais marcante exemplo da influência da economia sôbre a demografia.

Na Noroeste a evidência é ainda mais completa. Aquí o fenômeno do "rush" se projeta em espaço de tempo mais curto (20 anos mais ou menos). Os dados de 1920 revelam uma cultura cafeeira embrionária a par de uma população apenas significativa. Os de 1935 mostram um país extremamente povoado e de intenso labor.

Passando à análise dos quadros estabelecidos por unidades estatísticas comparáveis, podemos observar melhor o desenvolvimento particular de certas regiões e procurar penetrar-lhes as razões.

Vejamos inicialmente a Araraquarense, que beneficia da proximidade dos centros progressistas da Paulista e de uma maior rêde de comunicações no início de seu desbravamento. Aí o fenômeno mais curioso é sem dúvida alguma o de Rio Preto. Tôda a vasta região circunvizinha, compreendendo em 1920 os municípios atuais de Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabí, Nova Granada, Potirendaba, Inácio Uchoa, José Bonifácio e Ibirá, não passa então de vasto sertão ínvio, produzindo nessa época apenas 99.680 arrobas de café e com uma população global de 126.726 h., 15 anos mais tarde encontramos na mesma área 4.622.000 arrobas ou seja 50 vêzes mais e uma população de 316.235 h., isto é, triplicada! Concomitantemente são criados, por sub-divisão da célula mater 9 municípios.

Idêntico fenômeno ocorre em Catanduva, Novo Horizonte, região de Itajobí. Nestas últimas, para produções respectivas de 927 e 308 arrobas em 1920, temos, em 1935, 458.712 e 711.626! As populações dobram em 15 anos.

Evidentemente um tal ritmo não se pode acelerar a êsse ponto sem prejuízo de outras zonas. E' na Mogiana principalmente e nas zonas Central e Norte que os novos bandeirantes vão buscar a mão de obra e os capitais de que precisam. Mas também a imigração intensiva do período que vai de 1896 a 1926 as beneficia largamente . O elemento de origem estranjeira predomina na região de Rio Preto, prova evidente desta asserção.

Logo de início verificamos que à execção de S. Manuel e da região Lençóis-Bocaiúva, nenhuma referência se encontra sôbre tôda a zona no recenseamento de 1886. O progresso da Alta So-

rocabana é tão recente quanto o da Araraquarense e o mesmo ritmo espantoso de crescimento se observa de um modo geral nas regiões desbravadas por volta de 1920.

A tendência da caminhada para o oeste acentuando-se dia a dia mais, vemos o café transpôr a fronteira do Paraná com a mesma sofreguidão de terra virgem observada alhures. Essas cunhas de penetração, que já verificamos desde o início como um dos caracteres marcantes da *extensão* cafeeira, confirmam-se mais uma vez. Ao mesmo tempo que abre a rota para o Mato Grosso, o café penetra, por Ourinhos, o Norte do Estado sulino. A Estrada de Ferro norte do Paraná, com entroncamento naquela cidade, vai favorecer-lhe o desenvolvimento e criar aí condições de progresso semelhantes às de outras bôcas de sertão. Sua população dobra em 15 anos, passando de 4.000 a 8.000 h. em contraste com uma produção local diminuta. E' zona de passagem, de pouso forçado, constitue o embrião de futura aglomeração urbana sem dúvida com destino talvez semelhante ao de Baurú, Campinas, Sorocaba. Em tôrno dêsse núcleo, os outros municípios (Salto Grande, Chavantes, etc.) apresentam os caracteres das zonas de cultura in-

NOROESTE

	PRODUÇÃO				POPULAÇÃO			
UNIDADES ESTATISTICAS	1886	1920	1935		1886	1920	1935	
LINS	—	25.653	1.620.900		—	12.692	67.039	
IACANGA	—	—	172.560		—	—	16.426	
GARÇA	—	—	652.790		—	—	24.499	
PIRATININGA	—	90.453	424.850		—	—	21.470	
Duartina	—	—	348.560	979.780	—	15.317	17.735	50.198
Galia	—	—	206.370		—	—	10.993	
PIRAJÚ	—	274.147	1.886.220		—	19.042	58.830	
Cafelandia	—	—	1.030.995	3.651.615	—	—	32.556	162.850
Marilia	—	—	734.400		—	—	71.464	
BAURÚ	—	99.833	455.320		—	20.386	45.852	
AVAI	—	164.880	277.000	556.050	—	15.146	11.642	24.891
Pres. Alves	—	—	279.050		—	—	13.249	
PENAPOLIS	—	67.153	768.880		—	43.871	31.091	
Avanhandava	—	—	324.340		—	—	15.086	
Araçatuba	—	—	1.316.550		—	—	75.535	
Glicerio	—	—	201.720	4.455.030	—	—	14.752	216.272
Birigui	—	—	744.120		—	—	41.657	
Coroados	—	—	365.690		—	—	12.828	
Promissão	—	—	713.830		—	—	25.923	

tensa, característica da região do extremo oeste da Sorocabana (Pres. Prudente, Santo Anastácio, Pres. Venceslau), onde, entre 1920 e 1935, a produção passa de 0 a 718.000 arrobas e a população alcança 112.000 h.! O desenvolvimento das partes mais antigas, São Manuel ou Lençóis-Bocaiúva, ao contrário, se processa com maior normalidade. Evidencia-se mesmo, em relação a S. Manuel, um início de decadência demográfica, com perda de cêrca de 2.000 h. em 15 anos.

A-pesar-das crises que se amiúdam, o café nas zonas virgens continua o melhor negócio do Brasil. Por isso mesmo, paralelamente, vai desenvolver-se a Noroeste, onde está a convidá-lo para a nova arrancada a linha estratégica construída através de numerosas matas e de terras excelentes. Desde 1920 certos núcleos se formam em tôrno de Lins, Piratininga, Pirajú, Penápolis, Avaí. Pequena ainda a produção, à exceção da dêste último município, e rala a densidade demográfica. Basta dizer que a enrome área dos atuais municípios de Penápolis, Avanhandava, Araçatuba, Glicério, Birigui, Coroados e Promissão, comporta apenas 43.000 h. Mas o progresso aquí ainda é mais assombroso do que na Sorocabana. 1935 encontra a mesma área com uma produção de 4.455.000 arrobas e uma população de mais de 200.000 h., respectivamente 66 vêzes a produção de 1920 e 5 vêzes a mesma população. O exame do quadro das unidades comparáveis revela a mesma tendência em tôdas elas e o gráfico comparativo, como já dissemos, é excepcionalmente característico.

Sem dúvida a crise de 1928 irá retardar o progresso da zona tôda. Mesmo assim foi fabuloso, a produção incrìvelmente elevada tendo permitido a permanência de uma cultura em pleno traumatismo econômico. Até 1935 não se cuidou, na região, de outra coisa a não ser de café. Posteriormente, o algodão veio compensar a queda dos preços daquele produto e revigorar o impulso progressista, que se via ameaçado de morrer do próprio parto. Marília, por exemplo, após um surto rápido, conhece acentuada decadência que se prolonga até 1935. A saúde da região só se restabelece realmente em 1937 com as magníficas safras algodoeiras e os preços excelentes do produto nos mercados internacionais.

Para o crescimento demográfico da zona contribuíu também a imigração espontânea dos pequenos agricultores, como prova o grande número de sitiantes, consignado no recenseamento.

Do rápido apanhado e dos quadros das unidades comparáveis inclusos, verifica-se a perfeita analogia de crescimento das zonas novas. Ainda é cedo demais para augurar do futuro dêsse

ubérrimo hinterland paulista. Tudo depende de dois fatores essenciais: política geral cafeeira e mercado do algodão. Se o coeficiente elevadíssimo de produção da zona conseguir eliminar da concorrência os outros países produtores, teremos ainda longos anos de rápida prosperidade, suscetíveis sem dúvida de fortalecer as raízes econômicas e demográficas e dar ao oeste a base imprescindível a um desenvolvimento posterior normal e definitivo. Por outro lado a cultura do algodão, que constituiu o milagre salvador da economia paulista, pode também, senão imprimir-lhe o mesmo impulso prógressista, pelo menos criar um ponto de equilíbrio duradouro.

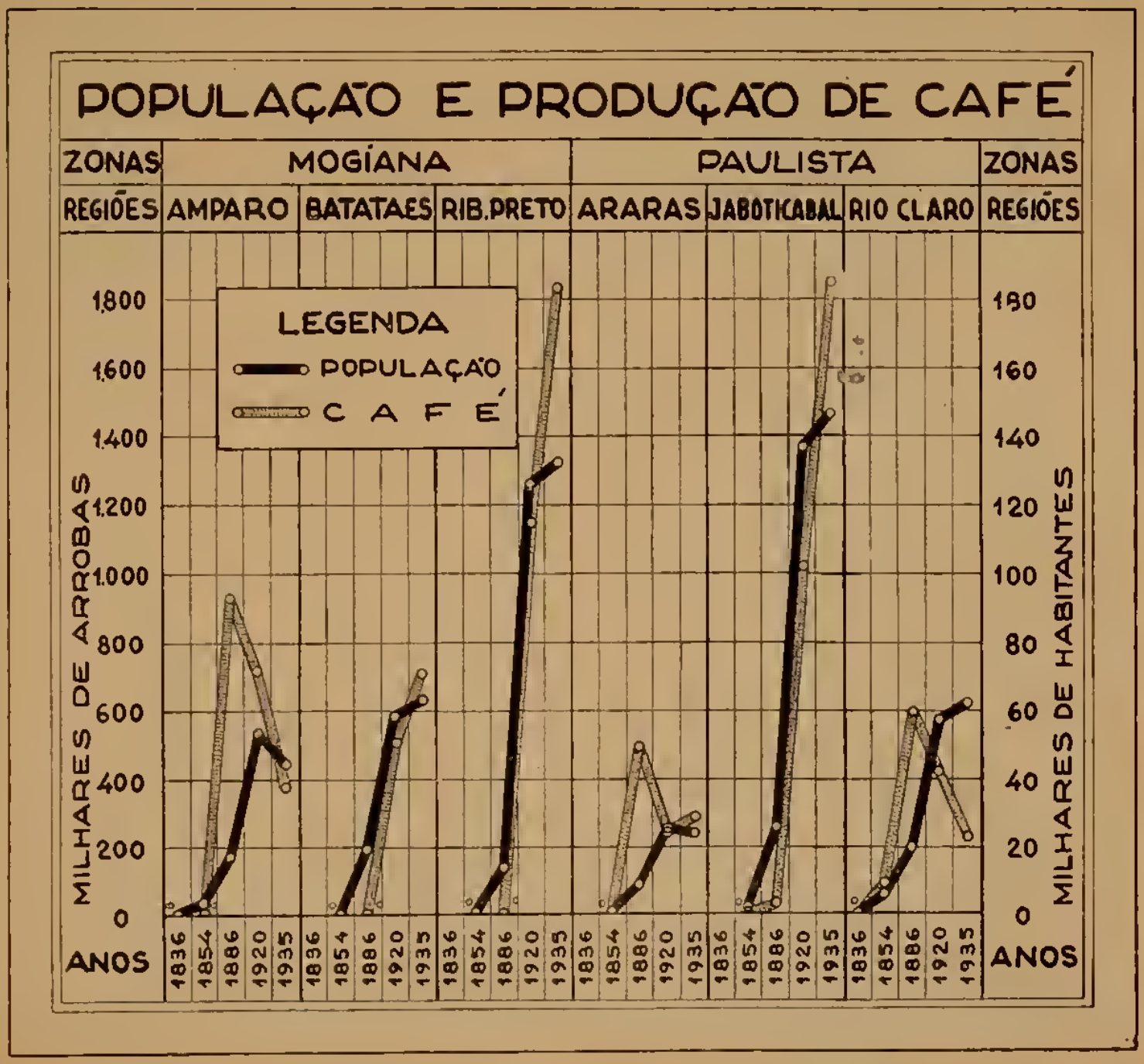
As comunicações difíceis e a carência de mercados consumidores próximos não lhes facilitarão, entretanto, o destino de outras zonas, como o da zona central, onde a tendência para a policultura e para a subdivisão do latifúndio acompanha o aumento da capacidade aquisitiva dos inúmeros centros urbanos e industriais e compensa o empobrecimento das terras (23)

---

(23) — Observadores recentes referem-se à transformação dos campos de cultura em pastagens, como solução econômica mais prática. Essa orientação viria, a confirmar-se, modificar por completo o aspecto demográfico da região. (V. artigos de Pierre Monbeig em "O Estado de S. Paulo" de setembro 1939).

a de
ren-
ades

npa-
pecí-
sta.
om-
des-
s as
anto


POPULAÇÃO E PRODUÇÃO DE CAFÉ
ZONAS
MOGIANA
PAULISTA
ZONAS
REGIÕES
AMPARO
BATATAES
RIB. PRETO
ARARAS
JABOTICABAL
RIO CLARO
REGIÕES
LEGENDA
POPULAÇÃO
CAFÉ
MILHARES DE ARROBAS
MILHARES DE HABITANTES
1.800
1.600
1.400
1.200
1.000
800
600
400
200
0
180
160
140
120
100
80
60
40
20
0
ANOS
1836
1854
1886
1920
1935

IX

CONCLUSÃO

A presente análise limita-se apenas a uma tentativa tímida de estudo de método, em que procuramos assinalar as falhas decorrentes dos sistemas até hoje adotados e sugerir algumas possibilidades de solução.

A necessidade de um mapa das unidades estatísticas comparáveis, patenteia-se assim de um modo indiscutível, e os empecilhos mais sérios ao seu levantamento ressaltam à primeira vista. Inúmeros foram os problemas que tivemos pela frente. Acompanhando-os de perto e esmiuçando-lhes a estrutura íntima descobrirão os entendidos muitos erros. Não importa. Tôdas as críticas tenderão para o acêrto definitivo e contribuirão portanto para alcançar o fim que temos por meta.

Também não nos foi possível abordar todos os aspectos do problema demográfico-econômico do café. Por falta de dados, o mais das vêzes, e ainda pela relativa confiança que podemos depositar nas unidades estabelecidas, não quisemos entrar na análise de vários mais exigentes de precisão. Assim os problemas da natalidade, mobilidade e mortalidade, ficaram de lado, bem como os das migrações inter-zonas. Seria, com efeito, extremamente interessante estudá-las à luz da composição étnica da população e estabelecer algumas correlações entre os resultados encontrados e a situação econômica.

MPARAVEIS
LANDO-SE
E 1836-55,
DA ZONA
PAULISTA

MAPA DAS UNIDADES COMPARAVEIS DE 1836 A 1935, DESPREZANDO-SE OS DADOS IMPONDERAVEIS DE 1836-55, RELATIVOS Á REGIÃO SUL DA ZONA CENTRAL, Á MOGIANA E Á PAULISTA E OS DE 1886, RELATIVOS Á ARARAQUARENSE, NOROÉSTE E ALTA SOROCABANA

DEPARTAMENTO DE CULTURA
DOCUMENTAÇÃO SOCIAL

O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA PROPRIEDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO

(COMUNICAÇÃO FEITA À SOCIEDADE DE SOCIOLOGIA DE SÃO PAULO EM 20-4-39)

I

INTRODUÇÃO

A quem examine superficialmente o aumento contínuo do número de pequenas propriedades no Estado de São Paulo, há de vir ao espírito uma possível relação entre a marcha do café para o oeste, o fracionamento do grande latifúndio e o fenômeno demonstrado, em números absolutos, pelas estatísticas. Inúmeros observadores econômicos têm batido nessa tecla, com maior ou menor felicidade. Parece entretanto que o estudo ecológico do problema não foi ainda tentado e só êsse poderá informar com precisão sôbre isso que, à primeira vista, se diria ressaltar dos próprios números.

A falta de censos precisos limita a nossa pesquisa aos últimos oito anos, posteriores à grande crise cafeeira e sôbre a situação dos quais possuímos as publicações da Secretaria da Agricultura. Procuramos plantar também um marco de referência mais longínquo, de conformidade com os dados do recenseamento federal de 1920. Infelizmente, neste, a classificação das propriedades não obedece ao mesmo critério e nem permite, pela redução dos hectares a alqueires ou vicé-versa, estabelecerem-se classes mais ou menos eqùivalentes. Com efeito, ao passo que o Boletim da Secretaria da Agricultura reùne as propriedades de acôrdo com as classes seguintes: até 5 alqueires; até 25; até 50; até 100; até 250; até 1000; mais de mil, o recenseamento federal de 1920 observa classificação bem diversa: menos de 41 hect.; 41 a 100 — 101 a 200 — 201 a 400 — 401 a 1000 — 1001 a 2000 — 2001 a 5000 — 5001 a 10000 — 10001 a 25000 e 25000 e mais.

A redução a um denominador comum torna-se assim impossível e o abandono dêstes últimos dados inevitável.

Em verdade poderíamos obter outro ponto de referência no Boletim da Secretaria da Agricultura, de 1905. Mas o desbravamento do sertão encontrava-se nos seus primórdios, nessa época. O grande surto cafeeiro, que levaria à invasão do oeste paulista, apenas iniciado, não provocara ainda o abandono sistemático de certas zonas mais antigas. Por outro lado o incremento da indústria começou bem mais tarde, com a conseqüente urbanização.

Mantendo-nos dentro do princípio das unidades estatísticas comparáveis, já exposto em outro trabalho nosso (1), organizamos novos quadros da divisão da propriedade rural, de conformidade com o critério vulgarmente adotado em estudos dessa ordem: o da pequena, média e grande propriedade, também empregado por Caio Prado Junior, em curioso estudo há tempos publicado na revista "Geografia", de São Paulo (2). Introduzimos entretanto pequena modificação; limitamos a grande propriedade a 500 alqueires e criamos uma nova classe, a dos latifúndios, de mais de 500 alqueires.

Justifica-se perfeitamente a inovação. O valor da terra e os métodos de cultura modificam entre nós o critério ocidental e social do tamanho das propriedades. Já o observara Caio Prado Junior ao estabelecer as classes de 1 a 25 alq., de 26 a 100 e de mais de 100. Observara-o em tese apenas, pois a classe da grande propriedade que formou, vasta demais, não pode ser considerada, em São Paulo, senão como uma classe normal de propriedades, que, de modo nenhum, apresentam os caracteres do latifúndio. Estes só se verificam aquí a partir de 500 alqueires, limite mínimo aceitável, embora arbitrário ainda e variável com as circunstâncias.

Assim, divididos em classes mais numerosas e ao mesmo tempo até certo ponto representativas, talvez nos forneçam os números algumas informações curiosas sôbre o desenvolvimento da propriedade rural no Estado de São Paulo e suas possíveis correlações com o surto cafeeiro e imigratório.

Que desejamos saber exatamente?

---

(1) — Sérgio Milliet — Roteiro do Café — Estudos Paulistas 1 — Introdução — (Primeiro ensaio dêste volume).

(2) — Caio Prado Junior — Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo — Geografia I, 52.

1.º — Se a pequena propriedade se formou pela fragmentação do latifúndio; 2.º — Se a pequena propriedade é conseqüência do abandono da propriedade média; 3.º — Se, observando-se a prosperidade de médias e grandes propriedades, a formação da pequena propriedade não terá sido apenas, como as outras, o resultado do desbravamento do sertão; 4.º — Se as zonas abandonadas pelo café são ou não beneficiadas pelo desmembramento dos latifúndios.

Verificamos, logo de início, que, para chegar a uma conclusão na medida do possível objetiva, não bastava o conhecimento da distribuição da propriedade pelas unidades estatísticas comparáveis. Eram estas demasiado pequenas e fazia-se necessário dividir o Estado em zonas maiores, mais características em virtude do seu desbravamento cronológico ou da configuração geográfica que as obrigou a determinados estádios de evolução. As razões dessa divisão já foram apontadas no "Roteiro do café" e não as explicaremos de novo. Apenas nos estenderemos ràpidamente sôbre o critério obedecido na divisão nas regiões do Sul do Estado, que não nos tinham interessado então. Essas regiões foram divididas em três zonas; São Paulo-Santos com três unidades estatísticas formadas pelos municípios atuais da Capital, Itapecerica, Cotia, Juquerí, Guarulhos, São Bernardo, Santos, Guarujá e São Vicente; Baixa Sorocabana, com cinco unidades e os seguintes municípios: Faxina (Itapeva), Barirí, Itaberá, Itararé, Ribeirão Branco, Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Bom Sucesso, Itaí, Itaporanga, Ribeirão Vermelho, Taquarí, Litoral Sul com 6 unidades e os municípios de Itanhaem, Iguape, Jacupiranga, Cananéia, Xiririca, Iporanga, Ribeira, Apiaí, Capoeiras (3).

Estabelecidos, para tôdas as zonas, os quadros respectivos, vejamos como se apresenta o fenômeno e quais as conclusões a que nos é permitido chegar.

---

(3) — As demais zonas são as que se acham pormenorizadas no Roteiro do Café, Introdução: Norte, Central, Paulista, Mogiana, Araraquarense, Alta Sorocabana e Noroeste.

II

ZONA NORTE

Distribuição das propriedades

	1930–31	1931–32	1932–33	(4) 1934–35	1935–36
Pequena . .	15.569	16.506	19.485	22.258	23.216
Média . . .	2.646	3.216	3.077	3.124	3.261
Grande . .	669	751	721	720	692
Latifúndio . .	68	63	72	58	81
Totais . .	18.952	20.536	23.355	26.160	27.250

A simples observação dos números absolutos revela um aumento considerável da pequena propriedade, paralelamente a um crescimento curioso na classe de mais de 500 alqueires. Em contraste, o número de propriedades médias e grandes mantém-se mais ou menos estável através de ligeiras flutuações, algumas das quais sòmente explicáveis pelas falhas das nossas estatísticas. Note-se, por exemplo, a depressão de 1934-35, só atribuível a uma mudança de critério no registro das propriedades.

Como quer que seja, o quadro, embora nos mostre o aumento do número de pequenas propriedades, não evidencia quaisquer tendências bem definidas relativamente a um possível fracionamento das propriedades médias e grandes. O estabelecimento de

(4) — Não existem dados detalhados relativos ao ano de 1933-34, em que se efetuou o recenseamento. Dêste só se publicaram resumos, até agora.

índices para os anos 1930-31 e 1935-36, bem como de porcentagens que indiquem a composição comparada dos conjuntos, nos mesmos anos, já esclarece um pouco mais o assunto.

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	15.569	100	82.15	23.216	149	85.20
Média . .	2.646	100	13.96	3.261	123	11.97
Grande . .	669	100	3.53	692	103	2.54
Latifúndio .	68	100	0.36	81	119	0.30

Se o número de pequenas propriedades aumenta de 49%, a mesma intensidade de ritmo não se verifica nas outras classes. A de propriedades grandes, de 100 a 500 alqueires, aumenta apenas de 3%. A dos latifúndios entretanto acusa um crescimento, à primeira vista estranho, de 19%.

Em relação à composição porcentual, de grande interêsse para o estudo da estratificação social da região, observamos também uma tendência favorável à formação da pequena lavoura, pois o número de propriedades de 1 a 25 alqueires passa a ocupar um lugar cada vez mais preponderante no conjunto. Pelo estudo dessa composição porcentual temos a impressão de que se vem formando a pequena propriedade à custa das propriedades médias e grandes, mas sem grande prejuízo para o latifúndio.

Na zona, muito heterogênea, os números perdem sua significação precisa. Para atingí-la faz-se necessária uma divisão menor.

Voltemos às unidades estatísticas e com elas organizemos dois novos conjuntos, mais homogêneos. Um à proximidade da Capital e outro nas fronteiras do Estado. No primeiro incluiremos Mogí das Cruzes e Jacareí, com os municípios satélites de Salesópolis, Guararema, Santa Branca, Santa Isabel e Igaratá. No segundo colocaremos os municípios de Areias, Bananal, Queluz, São José do Barreiro, Pinheiros, Guaratinguetá, Aparecida, São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão.

Eis os quadros resumidos:

ZONA MOGÍ-JACAREÍ

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	6.732	100	93.84	8.961	133	93.30
Média . .	379	100	5.28	574	151	5.98
Grande . .	59	100	0.82	64	108	0.67
Latifúndio .	4	100	0.06	6	150	0.06

O acentuado desenvolvimento da propriedade pequena e média confirma o que se diz, e se pode observar fàcilmente, da invasão dos municípios vizinhos à capital pelos chacareiros e sitiantes. Quanto ao índice elevadíssimo do latifúndio, é imprescíndivel ponderá-lo, pois o pequeno número de propriedades exagera o crescimento dentro da própria classe. A composição porcentual demonstra uma situação de absoluta estabilidade, muito favorável à pequena lavoura e com tendência manifesta para sua preponderância crescente.

Os quadros da segunda zona são os seguintes:

ZONA FRONTEIRIÇA

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	2.242	100	64.31	3.542	158	71.48
Média . .	890	100	25.53	1.002	113	20.22
Grande . .	323	100	9.27	368	114	7.43
Latifúndio .	31	100	0.89	43	139	0.87

Estamos aquí em plena região abandonada pelo café e, ao contrário do que fôra de esperar, verificamos um aumento marcado do latifúndio e da grande propriedade, cujos índices passam de 100 a 139 e 114, respectivamente. A pequena propriedade cresceu nessa zona pelo retalhamento da propriedade média, como se vê da composição porcentual, o que não constitue um sinal favorável do ponto de vista social. Como se explica entretanto que o abandono da zona pelo café não tenha tido as repercussões que comumente se apontam? E' que não basta o êxodo do grande fazendeiro para que se instale o pequeno agricultor. Outros fatores são imprescindíveis: comunicações fáceis e centros consumidores próximos. E' do que carece, justamente, a zona em questão. Com o café, retiraram-se também os imigrantes e colonos que nunca foram numerosos alí e que as condições da zona não tentavam. E a região, após longo período de decadência, viu-se aproveitada para atividades menos exigentes de comunicações e de centros consumidores próximos. Os cafezais não se transforram em chácaras e sítios de policultura, mas em pastagens para o gado de Minas. E estas, se não são ávidas de terras excelentes, reclamam pelo menos vastos horizontes. Não há criação sem latifúndio e a grande propriedade se reformou ao longo da fronteira de São Paulo com Minas e Rio de Janeiro (5).

---

(5) — A composição da população, por nacionalidade, acusava, em 1934, nesta zona, segundo dados fornecidos pelo Departamento de Estatística, um número insignificante de estranjeiros. A população é brasileira na sua quase totalidade, ao contrário do que acontece na zona de Mogi-Jacarei onde se encontram, conforme os municípios, porcentagens de 5 a 15% de elementos não brasileiros. Veja-se o mapa da distribuição por nacionalidades.

III

ZONA CENTRAL

Passando da zona norte para a zona central, formada pelos mais antigos municípios e apoiada, em seus limites, em Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, organizemos os seguintes quadros, cuja análise vai revelar-nos aspectos já muito diferentes do mesmo problema.

Distribuição das propriedades

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	28.135	31.604	33.919	42.360	41.807
Média . . .	4.584	4.626	4.838	4.586	4.529
Grande . .	965	1.008	977	977	859
Latifúndio . .	116	116	137	142	130
Totais . .	33.800	37.354	39.871	48.065	47.325

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	28.135	100	83.24	41.807	149	88.34
Média . .	4.584	100	13.56	4.529	99	9.57
Grande . .	965	100	2.86	859	89	1.82
Latifúndio .	116	100	0.34	130	112	0.27

Como se depreende dos números, ao aumento marcado da pequena propriedade corrsepondem uma diminuição absoluta da grande e mesmo da média e uma relativa estabilidade do latifúndio. Confirmam estas primeiras impressões os números índices de crescimento. Mas a análise, superficial embora, da composição porcentual ainda parece mais suscetível de uma informação útil. Vemos por ela que à porcentagem de 83,24% com que contribuía, em 1930, a pequena propriedade para o número total de sítios e fazendas, corresponde em 1936 a porcentagem de 88,34%. Paralelamente caem as porcentagens das propriedades médias e grandes e dos latifúndios de 13,56%, 2,86% e 0,34% a, respectivamente 9,57%, 1,82% e 0,27%. A distribuição geral da propriedade evoluiu, portanto, para uma composição francamente característica das preocupações policultúricas da zona. Se tivermos em mente a decadência acentuada do café nessa região e o fato de se ter nela instalado boa parte dos primeiros imigrantes entrados no Estado (6), logo nos veremos induzidos a estabelecer uma certa correlação entre os três fenômenos.

De um modo geral pode-se inferir dos números, tanto absolutos como relativos, que na zona central a pequena propriedade se formou à custa da média e da grande, como possível resultante do abandono do café, e que ao mesmo tempo, ocorreu pequeno in-

(6) — A porcentagem de estranjeiros variava em 1934, entre 5 e 10%, segundo os municípios, alcançando em Campinas e Jundiaí 13 e 12% respectivamente.

ARAÇATUBA	528
ARARAQUARA	254
ARARAS	155
AREIAS	221
ARIRANHA	557
ASSIS	410
ATIBAIA	51
AVAÍ	319
AVANHANDAVA	413
AVARÉ	139
BANANAL	256
BARIRI	279
BARRA BONITA	223
BARRETOS	405
BATATAIS	314
BAURU	291
BEBEDOURO	314
BERTIOGA DE CAMPOS	290
BICA DE PEDRA	269
BIRIGUI	459
BOA ESPERANÇA	273
BOCAIUVA	243
BOFETE	174
BOM SUCESSO	214
BORBOREMA	324
BOTUCATU	200
BRAGANÇA	79
BRODOWSKY	295
BROTAS	207
BUQUIRA	114
BURI	195
CABREUVA	53
CAÇAPAVA	110
CACHOEIRA	198
CACONDE	232
CAFELÂNDIA	373
CAJOBI	375
CAJURU	264
CAMPINAS	85
CAMPO LARGO	104
CAMPOS DE JORDÃO	150
CAMPOS NOVOS	379
CANANEIA	205
CÂNDIDO MOTA	394
CAPÃO BONITO	191
CAPIVARI	111
CAPOEIRAS	124
CARAGUATATUBA	124
CASA BRANCA	209
CATANDUVA	372
CEDRAL	404
CERQUEIRA CEZAR	262
CHAVANTES	327
COLINA	374
CONCHAS	158
CORDEIRÓPOLIS	496
COTIA	51
CRAVINHOS	274
CRUZEIRO	208
CUNHA	181
DESCALVADO	217
DOIS CORREGOS	[illegible]
DOURADO	[illegible]
DUARTINA	317
ESP.TO STO DO PINHAL	154
FARTURA	212
FAXINA	234

„	„	150 „ 199
„	„	200 „ 249
„	„	250 „ 299
„	„	300 „ 349
„	„	350 „ 399
„	„	400 „ 449
„	„	450 „ 499
„	„	500 „ 549
„	„	550 „ 599
„	„	600 „ 649
„	„	650 „ 699

PICUETE	488
PALMEIRAS	202
PALMITAL	370
PARAGUASSU	422
PARAIBUNA	115
PARNAÍBA	33
PATROCÍNIO SAPUCAÍ	326
PEDERNEIRAS	250
PEDREGULHO	381
PEDREIRA	107
PENÁPOLIS	425
PEREIRAS	138
PIEDADE	85
PILAR	118
PINDAMONHANGABA	148
PINDORAMA	354
PINHEIROS	224

PRES. EPITACIO	592
PRESIDENTE VENCESLAU	402
PROMISSÃO	457
QUATA	230
QUELUZ	118
REDENÇÃO	270
RIBEIRA	135
RIB. BONITO	227
RIB. BRANCO	256
RIO CLARO	172
RIO DAS PEDRAS	132
RIO PRETO	424
RIO VERMELHO	278
SALESÓPOLIS	86
SALTO	89
SALTO GRANDE	343
SANTA ADÉLIA	331
SANTA BARBARA	115
STA BARBARA DO RIO PARDO	271
SANTA BRANCA	84
STA CRUZ DO RIO PARDO	311
SANTA IZABEL	54
STA RITA DO PASSA QUATRO	225
SANTA ROSA	244
SANTO ANASTACIO	554
SANTO ANDRÉ DA ALDEIA	80
SANTOS	70
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	147
SÃO BERNARDO	28
SÃO CARLOS	229
S. JOÃO DA BOA VISTA	178
S. JOÃO DA BOCAINA	261
SÃO JOAQUIM	371
SÃO JOÃO DA BARREIRA	231
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	96
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	216
SÃO LUIZ DO PARAITINGA	156
SÃO MANUEL	218
SÃO MIGUEL ARCANJO	149
SÃO PAULO	0
SÃO PEDRO	179
SÃO PEDRO DO TURVO	325
SÃO ROQUE	50
SÃO SEBASTIÃO	120
SÃO SIMÃO	251
SÃO VICENTE	44
SAREZAL	472
SARAPUÍ	112
SERRA AZUL	266
SERRA NEGRA	117
SERTÃOZINHO	308
SILVEIRAS	210
SOCORRO	109
SOROCABA	82
TAPAJUNA	384
TABATINGA	258
TAMBAU	226
TANABI	540
TAPIRATIBA	240
TAQUARI	268
TAQUARITINGA	313
TATUÍ	140
TAUBATÉ	151
TIETÊ	126
TORRINHA	190
TREMEMBÉ	130
UBATUBA	162

" " 150 " 199
" " 200 " 249
" " 250 " 299
" " 300 " 349
" " 350 " 399
" " 400 " 449
" " 450 " 499
" " 500 " 549
" " 580 " 599
" " 600 " 649
" " 650 " 699
ARAÇATUBA
ARARAS
AREIAS
ASSIS
BARRETOS
BORBOREMA
BURI
CABREUVA
CACAPAVA
CACHOEIRA
CAJURU
CAMPINAS
CANANEIA
CAPIVARI
CARAGUATATUBA
CASA BRANCA
CATANDUVA
CEDRAL
CHAVANTES
COLINA
CONCHAS
CORDEIRO
COTIA
CRAVINHOS
CRUZEIRO
CUNHA
DESCALVADO
DOIS CORREGOS
DOURADO
DUARTINA
GUARULHOS
IACANGA
IBIRA
IBITING
IGARAPAVA
IGARATA
IGUAPE
INACIO MONTEIRO
INDAIATUBA
ITAPETININGA
ITAPIRA
ITAPOLIS
ITAPORANGA
ITARARE
TATIBA
TATINGA
ITU
ITUVERAVA
JACAREZINHO
JUQUIA
LINS
LORENA
MARILIA
MATAO
MIRANDOPOLIS
MONTE ALTO
MONTE AZUL
MONTE MOR
MORRO AGUDO
MUNDO NOVO
NATIVIDADE
NAZARETH
PIRAJUI
PALMEIRAS
PARANAPANEMA
PARNAIBA
PATROCINIO PAULISTA
PEDERNEIRAS
PEDREGULHO
PEDREIRA
PENAPOLIS
PIEDADE
PIRAJU
PINDAMONHANGABA
PIRACICABA
PIRASSUNUNGA
QUIRIRA
RIBEIRA
RIBEIRÃO PRETO
SALTO GRANDE
SANTA BARBARA
SANTA CRUZ
SANTA FE
SANTA RITA
SANTA ROSA
SANTO ANTONIO
SAO BERNARDO
SAO CARLOS
SAO JOAO DA BOA VISTA
SAO JOAQUIM
SAO JOAO DA BOA VISTA
SAO PAULO
SAO PEDRO DO TURVO
SAO SEBASTIAO
SAO SIMAO
SAO VICENTE
SAO ZAL
ARAPUA
SERRA AZUL
SERRA NEGRA
SILVEIRAS
TABATINGA
TAMBAU
TANABI
TAQUARITUBA
TAUBATE
TIETE
TORRINHA
TREMEMBE
UBERABA
UBERLANDIA
UNIAO DA VITORIA
VALPARAISO
VARGINHA
VOTUPORANGA
ZACARIAS

cremento do latifúndio, ou pela subdivisão de grandes áreas em outras de mais de 500 alqueires ou pela tendência expansionista de certas culturas como a da cana, por exemplo.

Um estudo mais detalhado ainda, por zonas menores, vai fornecer-nos novas hipóteses.

ZÔNA DE ATIBAIA-BRAGANÇA (7)

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	4.659	100	85.14	6.856	147	90.15
Média . .	706	100	12.90	661	94	8.69
Grande . .	101	100	1.85	83	82	1.09
Latifúndio .	6	100	0.11	5	83	0.07

Confirmam-se nêste caso tôdas as nossas observações. Atibaia-Bragança forma hoje uma região abandonada pelo café e invadida pela policultura.

Todos os números coincidem para a explicação do fenômeno do fracionamento da grande propriedade em benefício do aumento da pequena e tudo demonstra a rápida formação de uma classe preponderante de pequenos agricultores.

Idênticas condições se deparam na região de Sorocaba (8) onde o índice de crescimento da pequena propriedade passa de 100 a 179. Ao mesmo tempo o índice da grande propriedade desce de 100 para 62 e o da propriedade média de 100 para 83. Em verdade registra-se um ligeiro aumento no número de latifúndios, de

(7) — Municípios de: Atibaia, Piracaia, Nazaré, Joanópolis, Bragança.

(8) — Observe-se em relação a Sorocaba a porcentagem elevada de estranjeiros, 13%, quase tôda constituída de pequenos proprietários. Os espanhois formam uma maioria esmagadora dentro das colônias alienígenas.

3 para 4. Entretanto, diante da insignificância do montante, em relação ao total das propriedades e mesmo, à área que lhes é consignada no Boletim da Secretaria da Agricultura, podemos abstraí-los no nosso raciocínio. Quem conhece, de resto, o município de Sorocaba bem sabe que se caracteriza pela pequena lavoura (laranja, batata, cebola) e pela industrialização, fatores determinantes na fragmentação da terra.

Outra zona, de informações mais interessantes ainda, parece-nos a de Jundiaí-Campinas. Vejamos o detalhe:

CAMPINAS-JUNDIAÍ (9)

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	2.806	100	80.91	3.768	134	85.08
Média . .	460	100	13.26	491	107	11.09
Grande . .	187	100	5.39	161	86	3.64
Latifúndio .	15	100	0.43	9	60	0.20

Nesta região já o latifúndio constitue francamente uma exceção. E vai desaparecendo com rapidez. Tanto o índice negativo de crescimento (100 para 60) como a porcentagem de sua contribuição para o conjunto, bem o revelam. Paralelamente decai a grande propriedade, ambas em benefício das propriedades pequenas e médias. Não é de estranhar que assim ocorra. Campinas é uma das zonas cafeeiras mais antigas do Estado e também uma das regiões que mais aproveitaram o braço imigrante. A par de terras excelentes para a agricultura, tem ela ainda a vantagem da situação geográfica, como centro importante de comunicações e de comércio intenso. A urbanização que aí se iniciou cêdo, foi

(9) — Municípios de: Campinas, Vila Americana, Jundiaí e Itatiba.

rápida, tendo em dado momento absorvido, mesmo, parte da seiva que alimentara até então a Capital. Os poucos latifúndios existentes justificam-se pela cultura da cana, que se desenvolve às portas da cidade.

Por outro lado, dentro da mesma região, Jundiaí é hoje um centro industrial importante e, do ponto de vista agrícola, zona fruticultora por excelência. A região apresenta portanto todos os caracteres favoráveis ao desenvolvimento da pequena propriedade: boas terras, comunicações fáceis, centros consumidores próximos, ausência de culturas extensivas.

O panorama de Piracicaba, (10) mostra quase idênticas tendências, havendo entretanto a registrar-se, nos últimos anos, o crescimento do latifúndio. Para um índice de 100, em 1930, temos, em 1936, um índice de 111. Em números absolutos, de 28 propriedades de mais de 500 alqueires, passa-se a 31. Ao que dizem informadores dignos de fé a cultura da cana estaria provocando alí a formação de grandes glebas. A constituição de terras de reserva parece ser o fim visado pelos proprietários dos canaviais e usinas de açúcar. Mesmo assim, ainda em 1936, a distribuição da propriedade permanece harmoniosa:

1935-1936

COMPOSIÇÃO PORCENTUAL

Pequena . .	80.74%
Média . . .	14.61%
Grande . . .	3.85%
Latifúndio . .	0.81%

Muito menos característica mostra-se a região de Itú (11), embora nela se observe também o aumento considerável da pequena propriedade. Há porém maior resistência nas outras classes, de extraordinária estabilidade. Tanto a grande propriedade como

(10) — Municípios de: Piracicaba, São Pedro, Santa Bárbara, Rio das Pedras.
(11) — Municípios de Itú, Cabreúva, Indaiatuba, Monte Mor e Salto.

o latifúndio se mantém, pelos números absolutos, mais ou menos no mesmo nível. Em relação às porcentagens, verificamos ligeira elevação na classe da pequena propriedade, contrabalançada pela depressão das outras, mais acentuada na da propriedade média. O café sendo ainda o esteio econômico da região explica-se o fenômeno. Por outro lado a introdução da cultura intensiva do algodão deve ter contribuido para sustar o abandono das grandes propriedades. As médias, entretanto, de menor resistência econômica, não puderam refazer-se do mesmo modo depois da crise de 1929.

Eis o quadro da composição porcentual

	1930–31	1935–36
Pequena . .	77.54%	82,86%
Média . . .	17.81%	12.98%
Grande . . .	4.36%	2.89%
Latifúndio . .	0.28%	0.27%

Na aventura do café, que levou tanta gente sensata e de parcos recursos a tentar fortuna na agricultura, sofreram mais os grandes sitiantes, os homens que presumiram demasiado de suas fôrças, compraram caríssimo, e a prazo, terras de terceira e não tiveram sequer o recurso do sacrifício parcial para salvar o restante. Tão pouco lhes foi possível apegar-se à terra, como os pequenos proprietários, amanhá-la para outras culturas e viver de seus produtos. A carência repentina de crédito destruíu sem remissão os seus sonhos de enriquecimento e os devolveu ao comércio, à indústria e ao funcionalismo.

IV

PAULISTA E MOGIANA

A constituição da propriedade obedeceu tanto na Paulista como na Mogiana aos mesmos imperativos econômicos e se efetuou mais ou menos na mesma época. Daí a conveniência de se estudarem as duas zonas em conjunto. Entretanto, a título de informação e para confirmar o critério adotado, estabelecemos os quadros de ambas, separadamente.

Para a Paulista obtivemos o seguinte resultado:

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	8.012	11.038	11.524	11.113	11.395
Média . . .	2.645	2.643	3.367	2.846	2.748
Grande . .	1.246	1.141	1.179	1.192	1.147
Latifúndio .	239	216	211	234	203
Totais . .	12.142	15.038	16.281	15.385	15.493

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	8.012	100	65.99	11.395	142	73.55
Média . .	2.645	100	21.78	2.748	104	17.74
Grande . .	1.246	100	10.26	1.147	92	7.40
Latifúndio .	239	100	1.97	203	85	1.31

Para a Mogiana chegamos aos quadros seguintes:

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	11.041	12.328	13.105	13.751	14.421
Média . . .	3.496	3.673	3.669	3.894	4.021
Grande . .	1.447	1.457	1.464	1.606	1.594
Latifúndio .	228	249	204	218	224
Totais . .	16.212	17.707	18.442	19.679	20.260

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	11.041	100	68.10	14.421	131	71.18
Média . .	3.496	100	21.56	4.021	115	19.85
Grande . .	1.447	100	8.93	1.594	110	7.87
Latifúndio .	228	100	1.41	224	98	1.11

Como se depreende dêstes quadros ocorreu, em ambas as zonas, acentuada diminuição do latifúndio, bem como ligeiro aumento da pequena propriedade. As duas outras classes permanecem mais ou menos estáveis. Em relação à composição porcentual verifica-se também absoluto equilíbrio.

Os números não demonstram nenhuma tendência geral bem marcada. E se alguma conclusão devesse ser tirada dêles, seria a de uma relativa estagnação econômica, mais visível na Paulista. Entretanto, sendo ambas as zonas bastante complexas, de faixas econômicas diferentes e de desbravamentos cronológicos sucessivos, tentamos reagrupar determinadas unidades no estudo de regiões mais características. Assim é que fomos observar isoladamente as regiões de Amparo, de Mogí-Mirim, de Ribeirão Preto, de Barretos, de Limeira, São Carlos, Araras, Rio Claro, de São João da Boa Vista e de Araraquara, tendo em vista as condições especiais de cada uma.

A região de Amparo, que foi no princípio do século uma das mais ricas produtoras de café, está hoje, como sabemos, mais ou menos abandonada, com uma produção por mil pés relativamente baixa. Mas a região, que é de terras muito boas, de colonização italiana intensa e de comunicações bastante fáceis, principalmente com Campinas, pareceu-nos a unidade ideal ao estudo da formação da pequena e média propriedades à custa da grande e do latifúndio. Os prognósticos confirmaram-se. O quadro obtido é o que segue:

REGIÃO DE AMPARO (12)

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	2.954	100	84.14	3.335	113	85.49
Média . .	437	100	12.45	470	108	12.05
Grande . .	111	100	3.16	90	81	2.31
Latifúndio .	9	100	0.26	6	67	0.15

(12) — Municípios de Amparo, Pedreira, Itapira, Serra Negra e Socorro.

Observamos realmente a diminuição acentuada da grande propriedade e do latifúndio em face de um aumento correspondente da propriedade pequena e média, que a policultura, cedo implantada, favoreceu. Quanto à relativa estabilidade da composição porcentual, parece originar-se do fato de se ter iniciado o fracionamento anteriormente a 1930. Por infelicidade não possuimos estatísticas que nos permitam avaliar a rapidez com que se processou.

Outra zona antiga e mais ou menos nas mesmas condições, localizada porém na Paulista, vai mostrar-nos idênticas tendências. Trata-se da área compreendida nos municípios de Limeira, Araras, Rio Claro, Anápolis, São Carlos, Descavaldo, Pôrto Ferreira, Pirassununga, Leme, Santa Rita e Palmeiras.

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	3.358	100	68.10	4.045	120	70.64
Média . .	1.181	100	23.25	1.153	98	20.14
Grande . .	459	100	9.04	456	99	7.96
Latifúndio .	82	100	1.61	72	88	1.26

Aquí entretanto não se registrou o aumento da propriedade média. Mas tanto em relação às outras como em relação à composição porcentual da propriedade, observa-se a existência de um fenômeno análogo ao verificado em Amparo e que pode caracterizar-se pelo lento crescimento da pequena propriedade à custa das propriedades de mais de 100 alqueires. Se analisarmos a situação difícil do café nessas regiões e levarmos em consideração as suas condições geográficas e demográficas, não poderemos deixar de estabelecer uma ligação muito íntima entre o aspecto social da divisão da propriedade e o aspecto econômico da crise cafeeira.

ARAÇATUBA	2
ARARAQUARA	2
ARARAS	15
AREIAS	2
ARIRANHA	38
ASSIS	14
ATIBAIA	5
AVAÍ	3
AVANHANDAVA	4
AVARÉ	3
BANANAL	23
BARIRI	2
BARRA BONITA	3
BARRETOS	4
BATATAIS	3
BAURÚ	2
BEBEDOURO	5
BERTIOGA CAMPOS	2
BICA DE PEDRA	26
BIRIGÜI	4
BOA ESPERANÇA	2
BOCAIUVA	2
BOFETE	17
BOM SUCESSO	2
BORBOREMA	1
BOTUCATU	1
BRAGANÇA	7
BRODOWSKY	2
BROTAS	2
BUQUIRA	11
BURI	17
CABREÚVA	1
CAÇAPAVA	1
CACHOEIRA	10
CACONDE	2
CAFELÂNDIA	3
CAJOBI	3
CAJURU	2
CAMPINAS	8
CAMPO LARGO	10
CAMPOS DE JORDÃO	15
CAMPOS NOVOS	3
CANANEIA	2
CÂNDIDO MOTA	3
CAPÃO BONITO	19
CAPIVARI	1
CAPOEIRAS	2
CARAGUATATUBA	1
CASA BRANCA	2
CATANDUVA	3
CEDRAL	4
CERQUEIRA CÉZAR	26
CHAVANTES	38
COLINA	37
CONCHAS	15
CORDADOS	14
COTIA	7
CRAVINHOS	2
CRUZEIRO	2
CUNHA	13
DESCALVADO	2
DOIS CORREGOS	3
DOURADO	1
DUARTINA	1
ESP.TO SANTO DO PINHAL	15
FARTURA	2
FAXINA	2
FRANCA	3
GALIA	3
GARÇA	2

DE 50 A 54% „ „ „

„ 55 „ 59% „ „ „

„ 60 „ 64% „ „ „

„ 65 „ 69% „ „ „

„ 70 „ 74% „ „ „

„ 75 „ 79% „ „ „

„ 80 „ 84% „ „ „

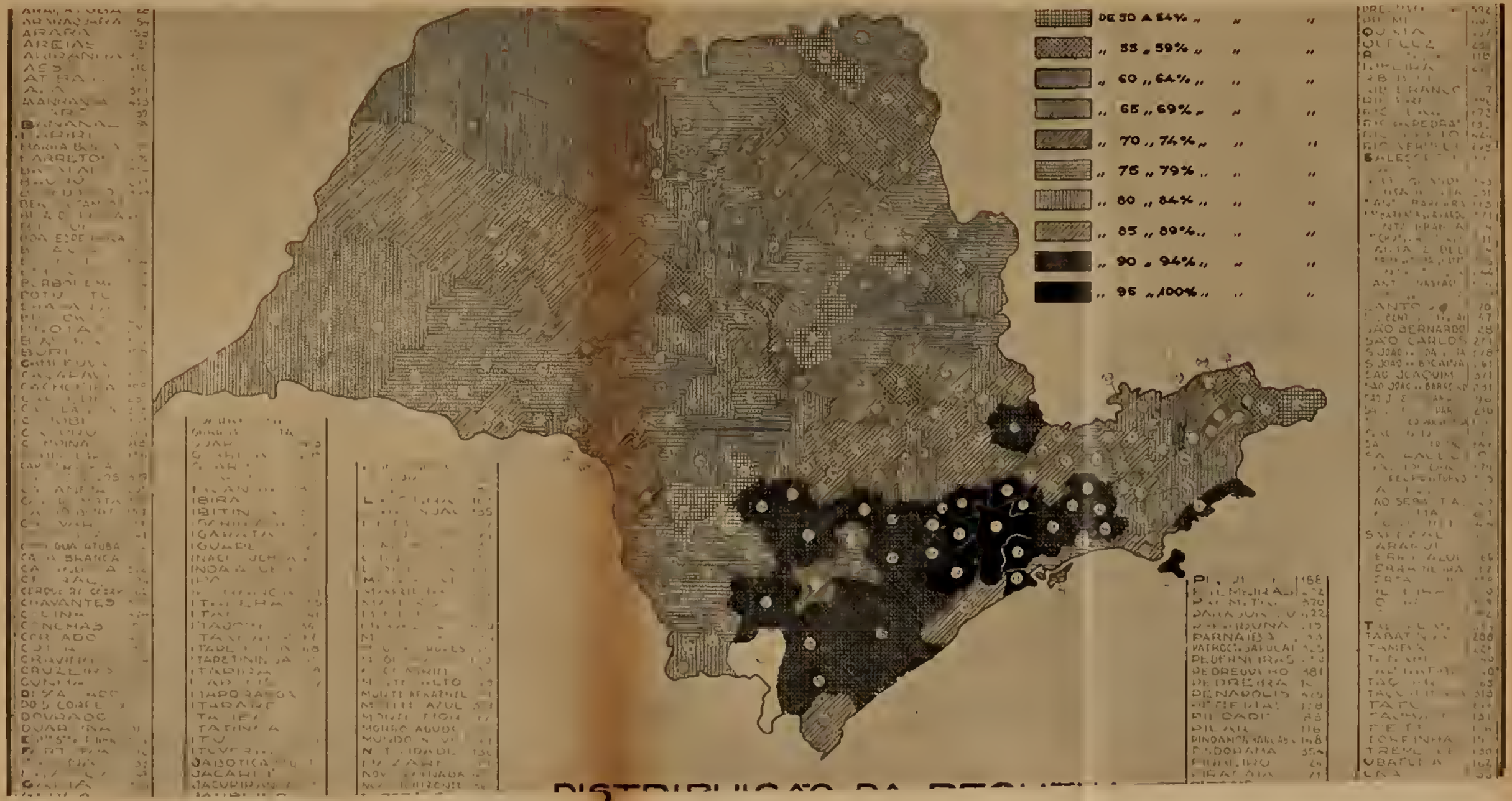
„ 85 „ 89% „ „ „

„ 90 „ 94% „ „ „

„ 95 „ 100% „ „ „

PIÇUETA	168
PALMEIRAS	202
PALMITAL	370
PARAGUASSU	422
PARAIBUNA	115
PARNAÍBA	33
PATROCINIO SAPUCAÍ	325
PEDERNEIRAS	250
PEDREGULHO	381
PEDREIRA	107
PENÁPOLIS	425
PEREIRAS	138
PIEDADE	85
PILAR	116
PINDAMONHANGABA	148
PINDORAMA	354
PINHEIROS	224
PIRACAIA	71

PRESTES VELHO SLAV	592
PRIMO [illegible]	400
QUATA	437
QUELUZ	230
REDENÇÃO	118
RIBEIRA	270
RIB. BONITO	245
RIB. BRANCO	227
RIB. PRETO	286
RIO CLARO	172
RIO DAS PEDRAS	132
RIO PRETO	424
RIO VERMELHO	278
SALESÓPOLIS	86
SALTO	89
SALTO GRANDE	343
SANTA ADELIA	331
SANTA BARBARA	113
S.TA BARBARA DO PARDO	271
SANTA BRANCA	84
S.TA CRUZ DO RIO PARDO	311
SANTA IZABEL	54
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	225
SANTA ROSA	244
SANTO ANASTACIO	554
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	280
SANTOS	70
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	47
SÃO BERNARDO	28
SÃO CARLOS	229
S. JOÃO DA BOA VISTA	178
S. JOÃO DA BOCAINA	261
SÃO JOAQUIM	371
SÃO JOÃO DO BARREIRO	231
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	98
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	216
SÃO LOURENÇO DO PARAITINGA	156
SÃO MANUEL	118
SÃO MIGUEL ARCANJO	149
SÃO PAULO	0
SÃO PEDRO	179
SÃO PEDRO DO TURVO	325
SÃO ROQUE	50
SÃO SEBASTIÃO	120
SÃO SIMÃO	251
SÃO VICENTE	44
SAPEZAL	472
SARAPUÍ	112
SERRA AZUL	266
SERRA NEGRA	117
SERTÃOZINHO	308
SILVEIRAS	210
SOCORRO	109
SOROCABA	82
TABAPUÃ	384
TABATINGA	258
TAMBAU	226
TANABI	540
TAPIRATIBA	240
TAQUARI	268
TAQUARITINGA	318
TATUÍ	140
TAUBATÉ	151
TIETÊ	126
TORRINHA	190
TREMEMBÉ	130
UBATUBA	162
UNA	55


DE 50 A 54% „ „ „
„ 55 „ 59% „ „ „
„ 60 „ 64% „ „ „
„ 65 „ 69% „ „ „
„ 70 „ 74% „ „ „
„ 75 „ 79% „ „ „
„ 80 „ 84% „ „ „
„ 85 „ 89% „ „ „
„ 90 „ 94% „ „ „
„ 95 „ 100% „ „ „
SÃO BERNARDO
SÃO CARLOS
IBIRA
IBITIN
IGARATA
IGUAPE
INDAIATUBA
ITAPETININGA
ITAPIRA
ITAPORANGA
ITARARÉ
TATUÍ
ITU
JABOTICABAL
JACARÉ
PARNAÍBA
PEDREGULHO
PEDREIRA
PENÁPOLIS
PIRAJU
PIRANGUÇU
PIRASSUNUNGA
PORTO FERREIRA
QUEIMADA
RIBEIRÃO PRETO
SALESOPOLIS
SANTOS
TABATINGA
TAMBAÚ
TAQUARITINGA
TAQUARITUBA
TATUÍ
TIETÊ
TORRINHA
TREMEMBÉ
UBATUBA
UNA

A publicação de dados demográficos pormenorizados mostraria sem dúvida a grande influência do imigrante italiano (13) no desenvolvimento da região. O estudo das condições cafeeiras revelaria os estragos devastadores do "stephanoderes". A análise dos meios de comunicação e do valor econômico das terras de cultura indicaria a presença dos fatores necessários ao incremento da pequena propriedade.

Vejamos agora outras zonas antigas em condições diferentes. Araraquara, por exemplo:

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	1.079	100	75.03	1.181	109	78.01
Média . .	240	100	16.69	212	88	14.00
Grande . .	99	100	6.88	100	101	6.61
Latifúndio .	20	100	1.39	21	105	1.39

A falta de grandes centros consumidores e a urbanização embrionária da região parecem ter freiado, na zona de Araraquara, o desenvolvimento das propriedades pequenas e médias. Há uma estagnação completa, com ligeiro aumento das propriedades de mais de 100 alqueires.

Não sendo provável a existência, no município, em 1930, de extensas áreas de terras devolutas por desbravar, e não bastando para explicar o aumento, mesmo relativo, da grande propriedade e do latifúndio, a diminuição do número de propriedades médias, somos levados a considerá-lo uma simples multiplicação das propriedades de mais de cem alqueires em virtude de fracionamentos internos. Expliquemo-nos melhor com um exemplo

(13) — 10 a 15% de estranjeiros, em 1934, em que sua grande maioria italianos.

concreto. Uma propriedade de 1.500 alqueires consignada no recenseamento de 1930 como 1 unidade latifundiária, pode, por venda ou doação, não importa, ser desdobrada em duas de quinhentos alqueires, duas de cento e cinquenta e uma de duzentos. Em 1936 teríamos, se assim ocorresse, 5 unidades em lugar de 1; e os índices das duas classes passariam de 100 a 200 e de 100 a 300, respectivamente. A área ocupada pelos proprietários não teria variado; teria aumentado apenas o número de proprietários (14).

Já na zona de Ribeirão Preto (15) os números acusam tendências mais dinâmicas.

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	1.782	100	58.06	2.827	159	67.13
Média . .	750	100	24.44	826	110	19.62
Grande . .	421	100	13.72	461	110	10.95
Latifúndio .	116	100	3.78	97	84	2.30

Os índices de crescimento apresentam nesta região um valor bem mais discutível que os precedentes. Trata-se de zona em parte ainda por desbravar e a elevação do número de propriedades pode corresponder a uma conquista do homem sôbre o sertão. O único índice digno de comentário parece ser aquí o latifúndio, que revela queda notável. A crise cefeeira deve ter influido sèriamente no sentido do fracionamento, senão em beneficio da pequena pro-

(14) — E' digna de observação a porcentagem de estranjeiros verificada em Araraquara em 1934: 17%, pois nesse município não se estabelece a costumeira relação entre a porcentagem elevada e o número maior de pequenas propriedades.

(15) — Municípios de Ribeirão Preto, Cravinhos, Sertãozinho, São Simão, Santa Rosa, Serra Azul, Cajurú, Santo Antônio da Alegria, Batatais, Altinópolis, Brodowsky, Jardinópolis.

priedade, pelo menos da grande de 100 a 500 alqueires. O mesmo se verifica na região de Barretos, onde o grande aumento da pequena propriedade, cujo índice passa de 100 a 437, está a evidenciar a abertura de novas zonas agrícolas (16). Nessa região deparamos um crescimento interessante e paralelo da grande propriedade, explicável pela florescente indústria da carne. A localização de um matadouro em Barretos abriu novas perspectivas para as grandes propriedades que se dedicam à engorda do gado.

Bem mais curioso porém apresenta-se o quadro relativo a Mogi-Mirim (17):

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	997	100	68.48	1.280	128	67.51
Média . .	319	100	21.29	456	147	29.05
Grande . .	130	100	8.93	139	107	7.33
Latifúndio. .	19	100	1.30	21	111	1.11

O maior índice de crescimento refere-se à propriedade média. Concomitantemente aumenta o número de grandes propriedades e de latifúndios, enquanto a pequena propriedade cresce devagar e se torna cada vez menos importante porcentualmente. E' mesmo um dos raros casos em que verificamos o fenômeno, nas diversas regiões do Estado por nós analisadas. Explica-se o fato com facilidade se tivermos em mente a qualidade inferior das terras, campos imensos de barba de bode, apenas utilisáveis em pastagens, sem nenhum atrativo para o pequeno agricultor.

(16) — Observe-se que a grande porcentagem de estranjeiros (cêrca de 15%) é formada principalmente de japoneses e espanhois. Em geral parece que encontramos uma relação visível entre a densidade dêsses elementos e o número de pequenas propriedades. A única exceção de Araraquara já foi mencionada atrás.

(17) — Incluindo Mogi-Guassú.

Resta-nos ver se do quadro da região de São João da Boa Vista (18) alguma informação inportante pode depreender-se.

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	3.314	100	73.16	4.347	131	75.90
Média . .	848	100	18.72	974	115	17.01
Grande . .	337	100	7.44	366	109	6.39
Latifúndio .	31	100	0.68	40	129	0.70

A estagnação, embora menos acentuada do que em Araraquara, é também visível nesta região. A composição porcentual permanece sensìvelmente a mesma. Alguns latifúndios a mais, talvez sem grande significação pois, ao que parece, em face da situação das outras classes, formados por subdivisões internas.

A-pesar-da crise, o café ainda constitue a cultura quase exclusiva da zona. Só de 1936 para cá se vem desenvolvendo a do algodão. Nada justifica portanto alterações profundas na distribuìção das propriedades, tanto mais quando não existe, nas redondezas, nenhum centro consumidor importante e as comunicações deixam muito a desejar.

(18) — Municípios de São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Mocóca, Casa Branca, Grama, Vargem Grande, Tambaú, Caconde.

V

ARARAQUARENSE — ALTA SOROCABANA — NOROESTE

Com a Araraquarense entramos nas zonas pioneiras, desenvolvidas nos últimos anos e ainda em pleno dinamismo. Naturalmente o panorama vai mudar, os índices vão crescer incrìvelmente e se nos lembrarmos de que boa parte das terras ainda pertence ao sertão quase bruto, pouco ou nada poderemos induzir dos dados colhidos.

Em conjunto a zona apresenta o quadro seguinte:

ARARAQUARENSE

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	15.997	17.825	20.569	22.694	24.540
Média . . .	5.348	6.009	6.784	7.217	7.821
Grande . .	1.426	1.116	2.018	2.085	2.169
Latifúndio .	270	292	373	468	481
Totais . .	23.041	25.242	29.744	32.464	35.011

Tudo indica a presença, ainda, da floresta, o desbravamento: aumento enorme do número de propriedades de tôdas as classes, mais acentuado porém nas categorias superiores e sobretudo na dos latifúndios. Composição porcentual mais ou menos igual nos diversos anos. Nem sequer uma hipótese qualquer mais ousada pode ser aventada em relação ao futuro. Enquanto houver terras virgens e nenhuma crise mais grave se anuncie, é provável que o ritmo geral se mantenha acelerado. Uma análise rápida das regiões mais antigas em face das mais novas modifica entretanto o aspecto do quadro geral.

Tomemos como exemplos a zona Jaú-Brotas-Dois Córregos, com os municípios de Mineiros, Torrinha, Ribeirão Bonito, Barra Bonita, Dourado, Bica de Pedra, Barirí, Bocâina, Boa Esperança e a de Rio Preto, com os municípios circunvizinhos.

A primeira é zona antiga, em decadência, de famílias tradicionais, de cultura puramente cafeeira só agora abandonada em parte pelo algodão, resistente à crise. Nem a imigração estranjeira, que aproveitou, nem as comunicações relativamente boas, nem a fertilidade das terras foram elementos capazes de forçar a fragmentação da propriedade. Vejamos o quadro abaixo:

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	2.580	100	64.87	3.020	117	67.43
Média . .	980	100	24.64	1.017	104	22.71
Grande . .	372	100	9.35	389	105	8.68
Latifúndio .	45	100	1.13	53	118	1.18

O maior índice de crescimento é o dos latifúndios e a composição porcentual demonstra uma notável estabilidade. A região é conservadora por excelência, na política como nos costumes. E pouco progressista.

A segunda zona dá-nos o quadro seguinte, fortemente movimentado:

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	6.591	100	69.86	13.114	199	68.00
Média . .	2.127	100	22.54	4.480	211	23.23
Grande . .	543	100	5.76	1.296	239	6.72
Latifúndio .	174	100	1.84	394	226	2.04

Sente-se a abertura do sertão, o "rush" demográfico para o oeste, a atração da terra virgem sôbre pobres e ricos. A tendência, até 1936, parece ter sido a de um desenvolvimento mais rápido da grande propriedade, acusado pelo índice maior e pela composição porcentual, em prejuízo do desenvolvimento da pequena propriedade. Em prejuizo e não à custa dela.

A produção elevada de café por mil pés livrou a região dos desastres econômicos e permitiu-lhe uma continuidade de progresso que só encontramos, alhures, na Noroeste.

Rio Preto beneficiou da imigração em grande escala. A porcentagem de descendentes de estranjeiros é grande na zona, (19), contribuindo para a formação de uma raça ativa, empreendedora, fisicamente forte. Não há entretanto centros consumidores importantes e as comunicações são deficientes. A urbanização muito lenta também dificulta um incremento maior da pequena propriedade. Mesmo assim, com tantos fatores contrários não é das piores a situação dos pequenos lavradores. Salva-os a cultura dos cereais que a pujança da terra remunera convenientemente.

(19) — De 10 a 15% conforme o município.

O quadro geral da Alta Sorocabana, revela mais ou menos as mesmas tendências da Araraquarense. O crescimento foi menos rápido, porém, e as estatísticas são à primeira vista menos dignas de fé.

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . . .	14.143	17.046	19.206	16.136	18.124
Média . . .	4.677	4.885	5.514	4.746	4.672
Grande . .	1.235	1.265	1.454	1.161	1.151
Latifúndio .	177	200	215	171	195
Totais . .	20.232	23.396	26.389	22.214	24.142

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	14.143	100	69.90	18.124	128	75.07
Média . .	4.677	100	23.12	4.672	99	19.35
Grande . .	1.235	100	6.10	1.151	93	4.77
Latifúndio .	177	100	0.87	195	110	0.81

Observa-se, como na zona Norte, já estudada, uma depressão inexplicável em 1934-35, invalidando quaisquer conclusões de ordem geral. Estas, em face dos números, só poderiam ser a verificação de uma decadência injustificável em zona pioneira. Também o êxodo para o Norte do Paraná poderia ser lembrado. Mas faltam-nos dados a respeito. Preferimos porisso proceder à análise das áreas mais restritas, de maior lógica nos números apresentados, de informações mais plausíveis. Assim, a de Botucatú-São Manuel-Lençois:

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	1.395	100	67.55	2.857	205	75.86
Média . .	442	100	21.40	678	153	18.00
Grande . .	193	100	9.35	208	108	5.52
Latifúndio .	35	100	1.69	23	66	0.61

Situadas na base da alta Sorocabana, a região de Botucatú-São Manuel-Lençois é a de desbravamento mais antigo. Nota-se, pelos índices de crescimento, que houve aumento considerável da pequena e média propriedade. Ao mesmo tempo modificou-se a composição porcentual em igual sentido, caminhando a região, ao que parece, para uma composição de caráter econômico-social em que predominam o pequeno agricultor. E' de revelar a proximidade de Sorocaba, centro industrial importante (20).

Já a ponta mais recente de Presidente Prudente-Santo Anastácio-Presidente Venceslau, demonstra o contrário: o aumento

(20) — Em tôda essa região a porcentagem de estranjeiros varia entre 10 e 15%. Predomina o elemento espanhol.

considerável do latifúndio e da grande propriedade em prejuízo da média e sem o crescimento correspondente da pequena propriedade (21).

O quadro é característico:

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	3.404	100	84.49	3.525	104	84.41
Média . .	534	100	13.25	493	92	11.81
Grande . .	68	100	1.69	102	150	2.44
Latifúndio .	23	100	0.57	56	243	1.34

E chegamos assim à zona mais nova e rica do Estado, cujo desenvolvimento assombroso data apenas de 1920. E' o quadro geral, por si, revelador de condições excepcionais:

NOROESTE

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	6.505	20.114	27.186	25.261	28.641
Média . . .	2.136	4.223	5.253	4.349	5.152
Grande . .	593	1.146	1.498	1.044	1.224
Latifúndio .	92	322	340	214	212
Totais . .	9.326	25.805	34.277	30.868	35.229

(21) — Verifica-se nessa ponta, extrema da Alta Sorocabana, uma porcentagem de mais de 20% de estranjeiros, principalmente japoneses. Um estudo da nacionalidade dos proprietários nos mostraria sem dúvida alguma a absoluta maioria de nipônicos na classe das propriedades de menos de 25 alqueires. E' o que a observação curial nos revela aliás e que ousamos afirmar embora não se conheçam ainda os dados do recenseamento de 1934.

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	6.505	100	69.75	28.641	440	81.30
Média . .	2.136	100	22.90	5.152	241	14.30
Grande . .	593	100	6.36	1.224	206	3.47
Latifúndio .	92	100	0.99	212	230	0.60

Não escapa ao olhar mais descuidado o violento impulso recebido pela economia da região. Crescem tôdas as classes à custa do sertão bruto, e mais a pequena propriedade do que tôdas as outras.

Uma ligeira depressão, em 1934-35, e a marcha para o oeste continua. Sítios, fazendolas, fazendas e latifúndios espalham-se com rapidez. E quanto mais longe maior o crescimento, ao contrário ao que fôra de esperar, talvez por se considerarem mais ricas as terras e se encaminhar para essas bandas boa parte da imigração amarela. 50% dos imigrantes localizados em Pirajuí e Penápolis são japoneses e a porcentagem de estranjeiros alcança 23% da população geral.

Não há correlação alguma, aquí, entre a crise e o desenvolvimento da pequena propriedade. Êsse acompanha o surto econômico da região e subsiste após as primeiras depressões do mercado cafeeiro, como que tomado de um movimento ascensional irreprimível. Em verdade a região tôda foi, dentro do Estado inteiro, a que menos sofreu com a derrocada do café. A esplêndida produção por mil pés deixa-lhe margem maior de resistência, margem essa que o quadro da região Araçatuba-Penápolis, com os municípios vizinhos de Birigui, Coroado, Glicério, Avanhandava, Promissão, nos confirma. Os enormes índices do crescimento, revelam aumentos fabulosos em número de anos tão reduzido.

ARAÇATUBA — PENÁPOLIS — BIRIGUÍ — COROADO — GLICÉRIO — AVANHANDAVA — PROMISSÃO.

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	3.788	100	78.33	16.640	439	84.87
Média . .	865	100	17.89	2.392	277	12.20
Grande . .	163	100	3.37	507	311	2.59
Latifúndio .	20	100	0.41	67	335	0.34

O panorama econômico-social de tôda a Noroeste é o mesmo. Quaisquer novos quadros que se estabelecessem comportariam idênticas informações. Infelizmente para o sociólogo elas são apenas susceptíveis de indicarem o magnífico surto dessa região riquíssima do Estado. Dos dados nada se poderá induzir acêrca do fracionamento da propriedade. Nem mesmo das composições porcentuais será permitido tirar conclusões (22).

(22) — Observações pessoais do prof. Pierre Monbeig, publicadas no "Estado de S. Paulo", de setembro de 1939, revelam um envelhecimento rapidíssimo da região. Ao que diz o ilustre professor estaria desaparecendo, nessa zona, a pequena propriedade, pelo abandono da cultura em benefício da formação de pastagens.

VI

OUTRAS ZONAS

Examinadas assim tôdas as zonas cafeeiras, passemos em revista o resto do Estado, para verificar se nas regiões de culturas diferentes, a divisão da propriedade se processou de modo diverso.

Já sabemos, por mais de uma informação, que em redor da Capital o latifúndio pràticamente não existe e que a pequena propriedade se tem desenvolvido com rapidez. Tôda a faixa São Paulo-Santos está hoje prandemente retalhada, o que se explica sem maiores dificuldades pelo abastecimento dos dois centros comerciais e industriais que somam, juntos, quase dois milhões de habitantes. Por outro lado uma intensa imigração japonesa vem se concentrando nos municípios vizinhos de São Paulo, imigração de elementos ativíssimos que não desprezam as terras más das redondezas.

Um simples golpe de vista para o quadro obtido vai pôr em relêvo as condições em apreço. Vejamos:

SÃO PAULO-SANTOS (23)

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	5.728	7.490	7.996	8.268	8.395
Média . . .	432	571	514	420	364
Grande . .	34	67	61	45	29
Latifúndio .	9	10	9	4	1
Totais . .	6.203	8.138	8.580	8.737	8.787

E a composição porcentual, juntamente com os índices, vai confirmar os números absolutos:

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	5.728	100	92.34	8.395	147	95.52
Média . .	432	100	6.96	364	84	4.14
Grande . .	34	100	0.55	29	85	0.33
Latifúndio .	9	100	0.15	1	11	0.01

(23) — Com os municípios de São Paulo, Santos, São Bernardo, Itapecerica, Cotia, Juqueri, Guarulhos, Guarujá, São Vicente.

Extremamente característico, parece-nos êste quadro. Enquanto o índice de crescimento da pequena propriedade passa de 100 a 147, diminuem todos os outros fortemente. O latifúndio desaparece. Ao mesmo tempo a composição porcentual acentua a contribuição cada vez maior da pequena propriedade e a insignificância das outras classes. Estamos em face de uma situação econômica de predominância do elemento operário e pequeno burguês.

E' também visível que nesta zona a pequena propriedade se vem formando pelo desmembramento das maiores, pois já não há terras devolutas donde possa ser tirada.

Na Baixa Sorocabana (24) a situação já não apresenta condições idênticas. Há um grande crescimento da pequena propriedade e uma visível diminuição do latifúndio, mas as duas outras classes também crescem.

Por outro lado, existindo ainda terras por desbravar, não podemos saber se a diminuição do latifúndio se liga ao aumento da pequena propriedade ou ao da média e da grande. A relação é impossível de se estabelecer.

Os quadros seguintes esclarecem as nossas observações:

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	3.576	4.875	6.114	7.896	7.589
Média . . .	1.323	1.147	1.191	1.301	1.361
Grande . .	297	339	357	349	353
Latifúndio .	97	76	78	90	84
Totais . .	5.293	6.437	7.740	9.636	9.087

(24) — Municípios de — Faxina, Barirí, Itaberá, Itararé, Ribeirão Branco, Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Bom Sucesso, Itaí, Itaporanga, Ribeirão Vermelho.

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	3.576	100	67.56	7.589	212	80.85
Média . .	1.323	100	25.00	1.361	103	14.50
Grande .	297	100	5.61	353	119	3.76
Latifúndio .	97	100	1.83	84	87	0.89

E para finalizar vejamos o que nos mostra o quadro do Litoral Sul compreendendo os municípios de Itanhaen, Iguape, Jacupiranga, Cananéia, Xiririca, Iporanga, Ribeira, Apiaí, Capoeiras:

LITORAL SUL

Distribuição das propriedades

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	6.061	7.720	11.233	13.809	14.742
Média . . .	2.346	1.996	2.708	2.212	1.790
Grande . .	283	185	362	343	208
Latifúndio .	42	35	22	37	13
Totais . .	8.732	9.936	14.325	16.401	16.753

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	6.061	100	69.41	14.742	243	88.00
Média . .	2.346	100	26.87	1.790	76	10.68
Grande . .	283	100	3.24	208	73	1.24
Latifúndio .	42	100	0.48	13	31	0.08

E' évidente que, aquí, enorme incremento da pequena propriedade se deve à subdivisão das propriedades maiores. Embora existam inúmeras terras por desbravar, os colonos japoneses que constituem 13% da população e mais de 50% dos proprietários, preferiram as terras com títulos de posse, que adquiriram e dividiram entre si. A zona inexplorada, de terras devolutas, continua mais ou menos intacta. E o fenômeno será ainda mais visível se isolarmos do conjunto um bloco formado pelos municípios de Cananéia, Iguape e Jacupiranga, mais homogêneo, e no qual a colonização japonesa foi mais intensa.

CANANÉIA — IGUAPE

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	2.769	100	64.77	7.227	261	89.79
Média . .	1.368	100	32.00	775	57	9.63
Grande . .	116	100	2.71	45	39	0.56
Latifúndio .	22	100	0.51	2	9	0.02

Nenhuma dúvida subsiste, já agora, sôbre a formação da pequena propriedade à custa das outras maiores.

As condições de salubridade da zona, apenas sofríveis, e as dificuldades de comunicação terão sem dúvida reduzido ao mínimo essa evolução. Ainda assim ela é considerável e mais o seria se as condições geográficas a favorecessem.

VII

CONCLUSÕES

Que conclusões podemos tirar de todos êsses quadros? Antes de nos lançarmos a elas vejamos ainda o quadro geral do Estado:

Distribuição das propriedades

	1930–31	1931–32	1932–33	1934–35	1935–36
Pequena . .	124.128	159.928	185.366	201.423	212.008
Média . . .	30.030	33.518	36.629	35.873	36.399
Grande . .	8.195	8.548	10.091	9.522	9.426
Latifúndio .	1.338	1.579	1.661	1.636	1.624
Totais . .	163.691	203.573	233.747	248.454	259.457

Índices de crescimento e composição porcentual

	1930–31			1935–36		
	Números absolutos	Índice	%	Números absolutos	Índice	%
Pequena . .	124.128	100	75.83	212.008	171	81.71
Média . .	30.030	100	18.35	36.399	121	14.03
Grande . .	8.195	100	5.01	9.426	115	3.63
Latifúndio .	1.338	100	0.82	1.624	121	0.63

E' natural que tenha aumentado o número de propriedades em tôdas as classes e que, tendo em vista a massa de terras ainda disponíveis, por explorar, nenhuma conclusão geral se possa induzir dos dados colhidos. Entretanto, uma primeira observação pode ser feita, a rigor, a de que a pequena propriedade se tem desenvolvido num ritmo de fato promissor, bem mais acentuado que o das outras classes. Por outro lado, o latifúndio cresce mais lentamente e contribue com uma importância cada vez menor para o conjunto das propriedades do Estado.

Uma conclusão mais séria só poderia ser inferida dos dados (que não possuímos) relativos ao valor e à qualidade das propriedades. Os simples números não comportam informações apreciáveis. Nem mesmo são dignas de rigoroso apreço as áreas mencionadas. Uma pesquisa mais aprofundada só poderia fazer-se diante do detalhe de cada classe, com o estabelecimento dos respectivos "modos". A solução das médias aritméticas não traria nenhuma informação complemetar. E' preciso levar-se em conta também o critério seguido na coleta dos dados publicados, que ignoramos.

APIAÍ	26
ARAÇARIGUAMA	[illegible]
ARAÇATUBA	[illegible]
ARARAQUARA	[illegible]
ARARAS	153
AREIAS	22
ARIRANHA	85
ASSIS	410
ATIBAIA	[illegible]
AVAÍ	319
AVANHANDAVA	41
AVARÉ	253
BANANAL	256
BARIRI	[illegible]
BARRA BONITA	[illegible]
BARRETOS	[illegible]
BATATAIS	[illegible]
BAURU	291
BEBEDOURO	54
BERTIOGA DE CAMPOS	29
BICA DE PEDRA	264
BIRIGUI	45
BOA ESPERANÇA	23
BOCAIUVA	64
BOFETE	174
BOM SUCESSO	214
BORBOREMA	82
BOTUCATU	201
BRAGANÇA	79
BRODOWSKY	293
BROTAS	207
BUQUIRA	114
BURI	195
CABREUVA	53
CAÇAPAVA	170
CACHOEIRA	198
CACONDE	232
CAFELÂNDIA	373
CAJOBI	37
CAJURU	264
CAMPINAS	83
CAMPO LARGO	104
CAMPOS DE JORDÃO	150
CAMPOS NOVOS	379
CANANEIA	295
CÂNDIDO MOTA	39
CAPÃO BONITO	19
CAPIVARI	111
CAPOEIRAS	24
CARAGUATATUBA	124
CASA BRANCA	20
CATANDUVA	328
CEDRAL	404
CERQUEIRA CÉZAR	262
CHAVANTES	322
COLINA	37
CONCHAS	159
CORDADOS	44
COTIA	31
CRAVINHOS	57
CRUZEIRO	258
CUNHA	29
DESCALVADO	[illegible]
DOIS CORREGOS	[illegible]
DOURADO	[illegible]
DUARTINA	51
ESPIGÃO DO PINHAL	15
FARTURA	24
FAXINA	63
FRANCA	[illegible]

DE 50 A 54%	
„ 55 „ 59%	
„ 60 „ 64%	
„ 65 „ 69%	
„ 70 „ 74%	
„ 75 „ 79%	
„ 80 „ 84%	
„ 85 „ 89%	
„ 90 „ 94%	
„ 95 „ 100%	

PIÇOLATI	168
PALMEIRAS	202
PALMITAL	370
PARAGUASSÚ	422
PARAIBUNA	115
PARNAÍBA	53
PATROCÍNIO SAPUCAÍ	325
PEDERNEIRAS	250
PEDREGULHO	381
PEDREIRA	127
PENÁPOLIS	425
PEREIRAS	138
PIEDADE	85
PILAR	116
PINDAMONHANGABA	148
PINDORAMA	354
PINHEIROS	24
[illegible]	[illegible]

PRELEVENIDOS	59
PROMISSÃO	207
QUINTA	157
QUELUZ	230
REDENÇÃO	118
RIBEIRA	270
RIB. BONITO	[illegible]
RIB. BRANCO	227
RIB. PRETO	256
RIO CLARO	172
RIO DAS PEDRAS	132
RIO PRETO	424
RIO VERMELHO	278
SALESÓPOLIS	86
SALTO	89
SALTO GRANDE	343
SANTA ADÉLIA	331
SANTA BARBARA	115
SANTA BARBARA DO PARDO	271
SANTA BRANCA	84
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	311
SANTA ISABEL	54
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	225
SANTA ROSA	244
SANTO ANASTACIO	554
SANTA TERESA DA ALEGRIA	380
SANTOS	70
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	47
SÃO BERNARDO	28
SÃO CARLOS	229
S. JOÃO DA BOA VISTA	178
S. JOÃO DA BOCAINA	261
SÃO JOAQUIM	371
SÃO JOÃO DA BARREIRA	231
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	96
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	216
SÃO JOÃO DA PARAUNINGA	156
SÃO MANUEL	216
SÃO MIGUEL ARCANJO	149
SÃO PAULO	0
SÃO PEDRO	179
SÃO PEDRO DO TURVO	525
SÃO ROQUE	50
SÃO SEBASTIÃO	120
SÃO SIMÃO	251
SÃO VICENTE	44
SAPEZAL	474
SARAPUÍ	112
SERRA AZUL	266
SERRA NEGRA	117
SERTÃOZINHO	308
SILVEIRAS	210
SOCORRO	109
[illegible]	82
TABAPUÃ	364
TABATINGA	288
TAMBAÚ	226
TANABI	540
TAQUARITIBA	240
TAQUARIVAÍ	368
TAQUARITINGA	313
TATUÍ	140
TAUBATÉ	131
TIETÊ	126
TORRINHA	190
TREMEMBÉ	130
UBATUBA	162
[illegible]	[illegible]

DE 50 A 54%
55 59%
60 64%
65 69%
70 74%
75 79%
80 84%
85 89%
90 94%
95 100%
SÃO BERNARDO

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTRANGEIROS DE ACORDO COM OS DADOS DO RECENSEAMENTO DE 1934.

ÃO DE DOCUMENTAÇÃO SOCIAL E ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTRANGEIROS DE ACORDO COM OS DADOS DO RECENSEAMENTO DE 1934.

LEGENDA
DADOS IMPONDERAVEIS
DE 1,1 A 5% DE ESTRANGEIROS
" 5,1 " 10% " "
" 10,1 " 15% " "
" 15,1 " 20% " "
MAIS DE 20% " "
SÃO PAULO
SANTOS
TANABI
ARAÇATUBA
MONTE APRAZIVEL
NOVA GRANADA
OLIMPIA
RIO PRETO
MIRASOL
JOSÉ BONIFÁCIO
BIRIGUI
ROMÓPOLIS
LINS
CAFELÂNDIA
PENAPOLIS
VERA CRUZ
GÁLIA
QUATÁ
MARÍLIA
CAMPOS NOVOS
ASSIS
CANDIDO MOTA
SANTA CRUZ
SANTA BARBARA DO RIO PARDO
BOTUCATU
ITAPOLIS
MATÃO
JABOTICABAL
BARRETOS
COLINA
GUARA
FRANÇA
CAJURÚ
BATATAIS
ITAPETININGA
TATUÍ
SOROCABA
PIRACICABA
LIMEIRA
RIBEIRÃO PRETO
BRAGANÇA
JUNDIAÍ
ITAPEVA
PIRAJUI
BAURU
ARARAS
MOGI GUAÇU
CAMPINAS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
TAUBATÉ
CUNHA
SALESOPOLIS
SÃO SEBASTIÃO
VILA BELA
BANANAL
ITAPIRA
IGUAPE
CANANÉIA
ITAPETININGA
PILAR
PIEDADE
ITAPECERICA
ITAPOLIS
ITAPORANGA
ITAPEVA
ITARARÉ
CAPÃO BONITO
RIBEIRÃO BRANCO
APIAÍ
RIBEIRA
IPORANGA
JACUPIRANGA
CARAPITÁ
VIRIRICA
SÃO MIGUEL ARCANJO
SÃO ROQUE
SÃO SEBASTIÃO
SÃO SIMÃO
SÃO CARLOS
SÃO JOÃO DA BOA VISTA
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SÃO PEDRO
SÃO MANUEL
SÃO BERNARDO
SÃO SEBASTIÃO
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SÃO JOSÉ DO CAMPOS
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

RECENSEAMENTOS ANTIGOS

I

Parece constituir um dos caracteres mais preciosos dos censos contemporâneos a simultaneidade das informações. Ninguém ignora que os dados destinados aos recenseamentos se recolhem, hoje, em dia e hora prévia e exatamente fixados. Simultâneamente colhidos e referentes quase sempre à "população presente", refletem, com o máximo de precisão, a situação demográfica de tôda a zona recenseada, fora da influência da mobilidade das populações hodiernas, tão solicitadas, pela barateza e comodidade dos transportes e propagandas de interêsses imigratórios, a se transferirem de um lugar para outro.

Nos recenseamentos antigos a simultaneidade era impossível, ou pelo menos mediante condições de tal ordem complicadas — fixação com grande antecedência da data do censo, por exemplo —, que a sua realização implicava na perda da atualidade. Por outro lado não tinham em mira os governos conhecer a "população presente", mas sim a "população residente". O sedentarismo forçado, resultante das dificuldades de locomoção, a que aludimos, não impunha aos dirigentes a solução dos problemas administrativos nos mesmos moldes de hoje. Não tinham tão pouco os problemas sociais a acuidade que apresentam agora e a organização econômica obedecia a regras mais simples. Os impostos, razão sempre preponderante no interêsse das administrações pelo conhecimento exato do número e qualidade dos habitantes, recaiam, então, quase exclu-

sivamente, sôbre o morador fixo, o homem do lugar, camponês ou proprietário. Escapavam com facilidade à ação do fisco os forasteiros. A não ser, porventura, através de taxas especiais, cobráveis sob forma de direitos de entrada, de passagem, etc., bem regulados por decretos, provisões, ordens régias, estavam êles isentos da interferência fiscal, do serviço militar, da contribuição para as obras públicas. Em relação, porém, ao súdito do país não se dava o mesmo. O cidadão era adstrito a umas tantas obrigações e o registo de sua existência, principalmente quando possuidor de haveres, fazia-se condição primordial de uma boa administração. A legislação sôbre recenseamentos era para isso, severíssima. Previa penas pesadas, que chegavam ao confisco dos bens e à perda de todos os direitos cívicos para os que informassem erradamente ou desviassem as informações. A modesta multa hoje aplicada, em certos lugares, aos transgressores das leis sôbre o assunto, aos sonegadores de dados, em casos mais raros, evidenciam-se bem anódinas e testemunhas da evolução da liberdade individual, tabú moderno às vêzes dos mais nefastos para os governos honestos (1).

Mas que procuravam saber os recenseamentos antigos e que procuram os de hoje? Limitemo-nos ao estudo dos recenseamentos regionais, a cujo respeito não nos faltam os elementos necessários.

Em 1920 estabeleceram-se questionários para três censos distintos: demográfico, agrícola e industrial. Em relação ao primeiro procurou-se saber o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, a profissão, o grau de instrução e as anomalias físicas do recenseado. Com respeito ao censo agrícola, a localização, área cultivada e total da propriedade, valor da mesma, ónus que porventura pesassem sôbre ela, produções de várias espécies pormenorizadamente, nacionalidade do proprietário. Quanto ao censo industrial cogitou o administrador de conhecer o nome do proprietário, o capital empregado na indústria, o maquinismo utilizado, o número de operários e a importância da produção. Mudou a orientação em 1934. Procedeu-se, então, paralelamente aos censos normais, a um recenseamento escolar. Por outro lado, modificou-se o questionário relativo ao censo demográfico, com o acréscimo de mais duas perguntas sôbre a nacionalidade dos pais do recenseado e a sua religião.

---

(1) — O decreto federal 2017, de 9 de janeiro de 1920, estabelece para os infratores, no seu artigo 18, as multas de rs. 50$ a 500$. O decreto estadual n. 6397, de 17 de abril de 1934, prevê um limite máximo de rs. 2:000$, em seu artigo 6.º. Na época colonial a severidade era maior "porquê tôda a desobediência às leis de S. A. deve logo ser severamente punida determina o mesmo senhor (Antônio José da Franca e Horta) que verificada a sua contumácia dê V. Mcê. as ordens precisas para serem presos". Docs. Ints. vol. LVII, doc. CCXXIX.

Visìvelmente os problemas a serem resolvidos já não eram, em 1934, os mesmos de 1920, ou já se tinham por tal modo agravado que principiavam a merecer os cuidados especiais dos governos. O recenseamento escolar originava-se da necessidade, dia a dia mais premente, de atentar para a alfabetização mais rápida do povo, e, sobretudo, mais eficiente, pela melhor distribuição das escolas. As modificações introduzidas no questionário demográfico tinham em vista o problema da nacionalização do imigrante. Era imprescindível conhecer a ascendência imediata da população para julgar do gráu de fusibilidade das diversas raças e da capacidade de assimilação do elemento brasileiro. Em 1934 tomavam vulto maior as preocupações sociais. Maior massa operária forçava o estudo de problemas desconhecidos em 1920. Um inquérito mais sério se tornava desejável. A dolorosa interrogação "quantos somos"? acrescia-se um complemento "e como?"

Tôdas estas questões não existiam na época colonial. Não interessava ao administrador da colônia o futuro social da raça mas tão sòmente o surto econômico imediato do país. Tinha-se por objetivo a renda aproveitável mais do que o progresso étnico, possìvelmente prejudicial aos interêsses da metrópole. Por isso mesmo não entravam os recenseamentos de então na análise de inúmeros fatores hoje de grande importância.

Bastante simples eram os questionários da época colonial. O mais das vêzes restringiam-se os recenceamentos ao tombamento de uma vila e até de uma freguesia. Mui raro se generalizavam. E mesmo quando isso se dava, a diferença de datas na coleta dos dados tornava impossível o levantamento de um mapa geral eficiente.

Em 1803, em carta circular endereçada a todos os capitães mores da capitania, remetia o capitão-general Antônio José da Franca e Horta, instruções acêrca dos dados a serem colhidos e a maneira de enviá-los ao govêrno.

"Cada capitão de companhia dividindo os moradores pelas suas classes e igualmente pelas idades e sexos de cada um (sic) encherá cinco mapas iguais aos primeiros que vão, resumindo afinal, debaixo de um ponto de vista, o número total de seu moradores. Dêsses mapas particulares das companhias, formará V. Mce., pelo mesmo método, o geral do seu distrito, que enviará por duas vias a esta Secretaria. Segue-se outro mapa, em que descreverá (sic) as ocupações dos habitantes, acrescentando-as ou diminuindo-as (?) segundo os empregos em que se ocupar êsse povo. Nos três mapas imediatos se descreverão os casamentos, nascimentos e mortes anualmente acontecidos; e porquê há distritos, que compreendem mais

de uma paróquia, os capitães das primeiras companhias recorrerão aos párocos delas para lhes darem, como lhes é determinado, uma relação exata dos assentos dos seus livros. Estas listas devem ser remetidas a esta Secretaria até fim de janeiro de 1804; o que cumpra. São Paulo, 29 de outubro de 1803 — Luiz Antônio Neves de Carvalho (Secretário)" (2).

Logo depois, em 1805, outra circular do mesmo governador solicitava pormenores de ordem diversa, afim de completar as informações de que necessitava para o êxito de sua administração:

"Sendo indispensàvelmente necessário que na Secretaria do Govêrno existão tôdas as notícias e conhecimentos de quanto há de mais notável nesta capitania, para com tôda a exacção e brevidade satisfazer aos muitos e diferentes objetos que S.A.R. exige ser informada, ordena o ilmo. sr. General que V. Mcê. pela parte que lhe pertence haja de dar a resposta conveniente aos pontos seguintes: 1 — Em que ano foi essa vila fundada, em tempo de que Governador — ou General? 2 — Que freguesia compreende o seu distrito? 3 — Quantas companhias tem de ordenança? 4 — Qual o gênero que o terreno produz em maior abundância e que forma o principal artigo da agricultura de seus habitantes? 5 — Que léguas tem o mesmo distrito, tanto em comprimento como em largura? 6 — Que benefício público precisa fazer-se nêle para melhoramentos de sua agricultura e comércio? O que V. Mce. executará com a maior brevidade que lhe fôr possível, etc. Luiz Antônio Neves de Carvalho" (3).

Estávamos então, em São Paulo, num período de marcada decadência. As bandeiras do ouro e dos escravos haviam despovoado as vilas mais prósperas e a cegueira das centralizações administrativas fizera o resto. Fôssem quais fôssem os motivos, e talvez mesmo primassem os de ordem racial, como sugere Sérgio Buarque de Holanda (4). Vivendo dos "espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes (5), cultivando a ética da aventura, tendo por ideal "colhêr o fruto sem plantar a árvore" (6), o português colonizador não se afeiçoava ao trabalho duro e lento da

---

(2) — Docs. Ints. vol. LV, doc. CCLI.

(3) — Ib. vol. LVIII, doc. CXCV.

(4) — "Na obra da conquista e civilização dos novos mundos coube ao espírito de trabalho (...) um papel muito limitado, quase nulo. A época presdispunha aos gestos e às façanhas audaciosas, galardoando bem os homens de grandes voos. E não foi acaso o fato de se terem encontrado neste continente, empenhados nessa obra, justamente as nações onde o tipo trabalhador (...) encontrou ambiente menos propicio" — Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, José Olímpio, ed. 1936, p. 22.

(5) — Ib. p. 21.

(6) — Ib. p. 21.

terra e dificilmente se fixava, defeito ou qualidade que nos legou (7) e se verifica ainda nos índices elevadíssimos da nossa mobilidade demográfica.

Um tal fenômeno se ampliava na colônia, pobre de recursos financeiros, vasia de mercados consumidores, deserta de meios de comunicação, campo ingrato para os homens de caráter ponderado, mas de ilimitadas perspectivas para os aventureiros de tôda espécie, capazes de enfrentar os perigos e dificuldades da terra virgem na esperança de um enriquecimento milagroso. E o fato preocupava a tal ponto a administração que a todo instante deparamos, na correspondência oficial, com reflexões e comentários mais ou menos desabusados sôbre o assunto: "(...) porquê eu não tenho ordem régia para lhe mandar e além disso em conseqüência de uma representação minha a S.A.R. sôbre a despovoação em que se vai achando esta capitania e que não me era possível fazer novas recrutas para êsse destacamento, me participou o Exmo. Sr. Conde de Linhares, em aviso régio de 30 de dezembro último, que S.A.R., conformando-se com o meu parecer, mandava expedir ordens aos governadores desta capitania e de Santa Catarina para procederem a um recrutamento para êsse destacamento de todos os paulistas que sem serem casados se acharem nas ditas capitanias havendo desertado desta; (...) (8).

O recrutamento constituía um problema tanto mais difícil de resolver quanto sòmente os soldados dos regimentos de linha eram pagos; os cidadãos viam-se obrigados ao serviço militar gratuito nas companhias de ordenanças. Mas com o despovoamento o comércio também perecia e decaíam as arrecadações. Donde o verdadeiro desespêro dos governadores. Atente-se para esta literatura deplorada: "Olhe-se agora para as capitanias subalternas, em cuja classe desgraçadamente entrou São Paulo até aquí, e não se verão senão necessidade e misérias; pobres de população, pobres de cabedais, porquê mendigando de terceiras mãos para a disposição de seus efeitos os vendem pelo que lhe querem pagar e compram o necessário pelos preços que lhes querem pôr" (9).

Em verdade o General conhecia os obstáculos que o meio impunha aos habitantes, mas observava, ao mesmo tempo, êsse aborrecimento ao trabalho a que alude o escritor patrício: "Conheço

(7) — E que não se viu modificado por quaisquer influências contrárias. O índio também era nômade e, no sul, o negro pouco contribuíu para a nossa formação étnica.

(8) — Docs. Ints. vol. LIX, doc. CCXXXVI.

(9) — Ib. vol. LV, doc. CCXLVIII.

muito bem que esta Capitania se acha ainda na infância, pelo que respeita às utilidades que os homens podem tirar do seu terreno; mas a indolência dos seus naturais é um obstáculo invencível para que ela tão cedo prospere. Do aborrecimento ao trabalho nasce a pobreza em que vivem, sempre faltos de meios para tentar qualquer emprêsa vantajosa, não podendo ainda congregados num distrito, pagar a um sacerdote que lhes diga missa e administre os sacramentos necessários. Tais são as circunstâncias em que vive êsse miserável povo, e que eu não posso melhorar de condição, pelas restritas ordens de S.A.R. proibirem absolutamente se façam novas despesas, sem preceder o seu Régio Beneplácito" (10).

Fins mais positivos e imediatos presidiam entretanto ao estabelecimento de censos repetidos. Entre os documentos ainda inéditos do Arquivo do Estado encontramos muitos recenseamentos anotados, evidenciando claramente a preocupação imediata dos recenseadores. Já aludimos à taxação em gêneros ou espécie para a qual era mister o levantamento de relações completas e precisas dos habitantes, suas ocupações e propriedades. Também as obras públicas os justificavam. Com efeito, sem mão de obra e sem dinheiro, avesso o índio ao trabalho e dado o colono às aventuras do enriquecimento rápido, bem difícil se tornava a construção de uma estrada ou de uma ponte, de fortificação, em defesa própria que fôsse, de uma vila. Os recenseamentos permitiam a distribuição discricionária e proveitosa dos serviços e encargos. Às Câmaras se determinavam tais ou quais trabalhos, tais ou quais arrecadações. Mas não raro os vereadores, pessoas gradas do lugar, se opunham passivamente às ordens recebidas, alegavam a impossibilidade da coleta dos dados ou da caça ao contribuinte, falsificavam o número exato dos habitantes, aumentando-o para a obtenção de regalias ou a redução da quota pessoal. Não esmoreciam os capitães generais. Escreviam, aconselhavam, estranhavam, prendiam. Para construir um hospital em São Paulo escrevia o General aos capitães-mores da cidade, de Santo Amaro, Penha, Santana e São Bernardo:

"Ordeno portanto a V. Mcê. que formando uma lista de tôdas as pessoas de seu distrito que têm carro, os chame à sua presença e os persuada a que por bem do Estado venha cada um dêles dar duas carradas de pedra para a dita obra; e só depois de os exortar a que voluntàriamente o façam, se houver alguém que repugne fazê-lo nesse caso lhe ordenará V. Mcê. a que por obrigação o faça ou venha à sala dêste Govêrno dar-me a razão da sua repugnância, sob pena de ser prêso e castigado como me parecer justo" (11).

(10) — Ib. vol. LVI, doc. LII.
(11) — Ib. vol. LVII, doc. CCXIV.

Como se vê não hesitava o Estado em intervir na vida particular sempre que o exigia o interêsse coletivo! Belo princípio de que se esqueceu a democracia liberal. Essa intervenção, aliás manifestava-se amiúde e inúmeras são as ordens de expulsão de vagabundos e mulheres de má conduta, inúmeros os casos de intervenção nos pleitos de grupos ou famílias. Na carência da legislação, agia o Estado e resolvia os problemas sociais empìricamente, sob a égide do bom senso.

Outras vêzes serviam os recenseamentos para estabelecer a contribuìção, per capita, dos habitantes e já a ordem de início da obra se acompanhava de um cálculo sumário, baseado no documento demográfico. Assim, em 1767, para a construção de uma ponte, arrematada por 225$000:

"Cidade de São Paulo	1868	pessoas
Bairro do Parí	21	"
Bairro dos Pinheiros	82	"

Pessoas que devem pagar são 1971.

Bairro de Santana	390	"
Freguesia de Juquerí	413	"
Tudo são	2774	"

Repartidos estes por 225$000 por quê se arrematou a ponte toca a cada pessoa 81 rial (sic) e ficam 306 réis por repartir (12)".

Todos êsses recenseamentos se referem a São Paulo. São tombamentos parciais, regionais, por assim dizer, e de interêsse exclusivo para a administração da capitania. Ignoramos a data do primeiro recenseamento geral do Brasil. Em todo caso em 1817, por ordem régia de 21 de outubro, eram enviadas instruções para a realização do tombamento agrícola (13) de todo país. Será o primeiro? (14).

Mas é fácil de compreender o interêsse que desde então se manifestou pelo assunto. Com a mudança da Côrte para o Rio de Janeiro adquiria a colônia foros de metrópole. A importância do vasto domínio real aumentava concomitantemente. Tornava-se imprecindível conhecer as possibilidades brasileiras e o bom senso de

---

(12) — Doc. Ints. LXII, p. 247.

(13) — Revista do Arquivo Municipal, X, 57 e XII, 77.

(14) — O "Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1870, refere-se à pág. 161 ao recenseamento levantado por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1808. A população foi avaliada nessa época em 4.000.000 de h. Nenhuma outra informação. Todo o relatório parece, de resto, de grande interêsse para a história dos recenseamentos brasileiros.

D. João VI assentava sua política no desenvolvimento agrícola da nova pátria. Passara a grande febre da aventura. A capital transformava-se aos poucos num mercado favorável. Com isso desenvolvia-se o comércio, melhoravam as estradas e o imigrante sedentário principiava a chegar, impelido pela situação européia, de instabilidade política. Não se esquecera Portugal de que as primeiras rendas da colônia tinham provindo dos produtos da terra, açúcar, arroz, madeiras. A agricultura, que já fizera a riqueza da Baía e Pernambuco e mesmo de São Vicente, podia novamente fixar a população na costa e compensá-la da miséria das minas. O recenseamento ia informar sôbre o estado de sub-produção do país e a sua capacidade de tornar-se um dos celeiros do mundo.

Especificam-se na ordem régia os pontos de interêsse para o Govêrno. Eis os seis itens do questionário: 1 — qual o nome da freguesia em que está situada a propriedade? 2 — Qual o nome do proprietário? 3 — Qual o nome da fazenda? 4 — Qual a extensão em testada e profundidade? 5 — Qual o estado das culturas? 6 — Qual o número de escravos?

Esta última pergunta era de importância capital. Até então a importação de braços se fizera em escala reduzida. Mas já se cogitava de incentivá-la sèriamente, como prova esta carta circular do capitão-general Antônio José da Franca e Horta, remetida a várias pessoas gradas da capitania, entre as quais todos os capitães-mores: "Um certo número de pessoas apaixonadas pelo aumento da agricultura e comércio desta capitania se tem associado e disposto a fazer uma negociação para Angola e Benguela, donde a trôco de efeitos venha anualmente uma embarcação com escravos novos em dircitura ao pôrto de Santos. Esta associação patriótica, em que já se acham assinadas as pessoas constantes da lista inclusa, devendo pelo menos preencher o fundo de oitenta ações de 400$000 cada uma, se faz indispensável completá-la com a assinatura dos homens mais distintos e abonados da capitania, a quem pela honra de seus sentimentos se faria sensível não verem o seu nome contemplado na dita lista. E' por tanto que eu convido V. Mcê. para que haja de figurar na dita associação, levado do desejo que tenho de promover no tempo do meu govêrno todos os ramos do comércio que podem utilizar a capitania, e também pela certeza de que a negociação projetada vai ser dirigida com tôda a prudência e segurança que cabem na ordem das cousas humanas, afim de ligar o aumento geral do comércio com o interêsse e bem particular de cada um de seus acionistas, etc. (15).

---

(15) — Docs. Ints. vol. LVI, doc. CCCXXII.

Constituía-se uma sociedade anônima, com o apôio aberto das autoridades, para o fim, aliás legal, de comerciar com escravos. Legal, embora deshumano e repugnante. Mas não nos cabe entrar na análise da moral da época, nem estabelecer um paralelo entre o fato que exprobamos e outros de idêntico calibre, porém melhor mascarados, do comércio e indústria de hoje. Bastaria lembrarmos as negociatas das fábricas de munições e material de guerra, dos homens do petróleo e do algodão... E tão importantes eram tais interêsses, mais ou menos inconfessáveis, que levavam os dirigentes a procurar salvaguardá-los mesmo em detrimento do bem estar coletivo, da saúde pública, por meio de sugestões aparentemente honestas, em que se vislumbra entretanto a imposição secreta de uma vontade governamental. Leia-se e medite-se a carta enviada em 14 de dezembro de 1804 aos cirurgiões e professores de São Paulo e Santos, pelo mesmo capitão-general austero e moralista, que tanto se preocupava com a introdução da vacina em São Paulo e a vida íntima das matronas paulistas: "Sendo-me constante o muito que se faz oneroso aos negociantes de escravatura a rigorosa quarentena que é obrigada a observar na praça de Santos, segundo as disposições determinadas no regimento de Saúde, tanto pela carestia dos víveres preciosos para seu alimento, como da demora que daquí se lhe segue para a venda e disposição dos mesmos escravos; porquê não tenho em vista nas minhas providências senão facilitar os povos desta capitania, e prevenir os lastimosos estragos que resultam aos seus habitantes da epidemia de que vem infectada a mesma escravatura, desejando conciliar quanto possível o interêsse do negociante com a saúde dos povos, hei por bem ordenar a V. Mcê. me informe com o seu parecer sôbre êste objeto, tendo presente as seguintes considerações:

1 — Se passando-se a revista aos escravos novos, logo que êles chegam, e achando-se alguns com sinais decisivos de haverem tido bexigas, podem depois de lavados e vestirem roupa limpa de que não usassem, estando junto com os outros, ser conduzidos sem receio de comunicação de contágio a qualquer lugar para que seus donos os queiram conduzir. 2 — Qual o número de dias que, segundo um prudente cálculo, devam aparecer as bexigas, uma vez que a criatura se acha contaminada do seu princípio. 3 — Se demorando os escravos naquela vila oito dias, sem sinal de febre, podem subir para as vizinhanças desta cidade, destinando-se-lhes um sítio retirado isento de estrada e passagem, onde permaneçam; e

mesmo se logo pode permitir-se o irem para os sítios e fazendas dos compradores, debaixo da condição de os terem separados, até completar os quarenta dias de sua chegada, etc" (16).

Longe de nós a intenção de uma interpretação materialista da história, suscetível de irritar convicções conservadoras. Os fatos citados e os documentos poderiam levar-nos a considerações desabusadas. Mas somos otimistas e queremos acreditar na evolução das sociedades, não carregando de negrumes uma situação já por si das mais lamentáveis.

Os recenseamentos antigos tinham inegàvelmente cunho imediatista. Consolemo-nos com os recentes que comportam outro aspecto menos interesseiro. Nestes se deparam preocupações de ordem social e o desejo de um conhecimento objetivo das situações, o que bastaria para angariarem o aplauso dos homens sensatos. Se os problemas não são os mesmos de antigamente, nem os interêsses, idêntico deve ser o raciocínio construtivo: conhecer para prever.

Nesta matéria, muito mais ainda do que em tôdas as outras, o levantamento geral do que existe se faz indispensável a qualquer tentativa de progresso. A coleta dos dados deve preceder a especulação, se quisermos obedecer ao método indutivo, único compatível com a nossa civilização positiva.

---

(16) — Ib. vol. LVI, doc. CXVII.

II

Entre os inúmeros recenseamentos antigos do Arquivo do Estado, quase todos incompletos, merece estudo especial, já pela cópia de informações, já pela técnica a que obedece, o do ano de 1777, relativo à cidade de São Paulo e seus subúrbios.

Se tivermos em mente o cunho imediatista dos censos coloniais organizados o mais das vêzes para o fim peculiar da taxação dos habitantes, logo estranharemos deparar com êsse, tão distinto dos outros pelo seu critério científico. Desde a coleta dos dados até à análise final, tudo se fêz nêle dentro dos princípios que norteariam, mais tarde, o levantamento dos mapas gerais solicitados pelas ordens régias e pelos ofícios dos capitães-generais no início do século XIX (17). Na correspondência de Martim Lopes Lobo de Saldanha, publicada nos Documentos Interessantes, encontra-se uma cópia das instruções reais de 21 de Maio de 1776, mencionadas em grande parte dos recenseamentos posteriores (18). Tais instruções, extremamente importantes, marcam o nascimento da orientação científica nos censos brasileiros. Por infelicidade limita-se o seu texto a poucos pormenores técnicos e não comporta justificações mais amplas, elucidativas do ponto de vista metropolitano. Mas o estudo das dez classes em que se mandava dividir os habi-

(17) — Docs. Ints. vols. LV e LVIII.
(18) — Id. vol. XLIII, p. 66.

tantes, para o resumo final, revela aos mais leigos o desejo evidente de um conhecimento positivo da situação da colônia e de suas possibilidades. Eis aquí o quadro referente ao recenseamento de 1777:

REZUMO DE TODOS OS INDIVIDUOS INCLUIDOS NESTA LISTA GERAL, E REPARTIDOS EM DEZ CLASSES, EM CUMPRIMENTO DA ORDEM DE S. MAGE.

Classes		N. da gte.
1.ª	Somão todas as crianças té a ide. de 7 anos completos	99
2.ª	Somão os rapazes desde 7 anos té 15 . . .	339
3.ª	Somão os homens de 15 anos té 60	1.134
4.ª	Somão os velhos de 60 anos té 90	110
—	Somão os que passão de 90 anos	4
5.ª	Somão todas as crianças do sexo feminino té 7 anos	314
6.ª	Somão as raparigas de 7 anos té 14	337
7.ª	Somão as mulheres de 14 anos té 40	1.237
8.ª	Somão as mesmas de 40 té 90 anos	419
—	Somão as que passão de 90 anos	11
9.ª	Somão os que nasceram de ambos os sexos . .	114
10.ª	Somão os que morrerão de ambos os sexos . .	91
	Total . . .	4.409

Vários pormenores curiosos merecem desde logo referência. Em primeiro lugar verificamos que se acrescentaram duas classes às dez exigidas, ambas relativas aos indivíduos de mais de 90 anos. Tal informação mostra a existência em São Paulo, no ano de 1777, de 15 macróbios, provável pêso morto para a população, fonte de despesas para a coletividade e fato que constituía sem dúvida problema digno da atenção de Sua Majestade. Observamos, em segundo lugar, que as classes de idades são estabelecidas conforme o sexo, de modo diverso, principalmente em relação à

idade adulta (15 a 60 para os homens, 14 a 40 para as mulheres), o que revela o interêsse da Metrópole pela população ativa, homens aptos para o trabalho e a guerra, mulheres suscetíveis de uma boa prole. Ambas as preocupações nos parecem perfeitamente inteligentes e hoje, como dantes, seriam diretrizes respeitáveis em qualquer país colonizador.

Outro pormenor digno de menção diz respeito aos limites de idades das classes preconizadas. São imprecisos e não estabelecem o ponto de partida exato de cada uma. O êrro foi de resto corrigido a partir do recenseamento de 1797, como se pode ver no resumo publicado no vol. 31 dos Documentos Interessantes, à página 157. Não se diz mais então "de 1 a 7 anos, de 7 e 15 etc." porém, "de 1 a 7, de 8 a 15, de 16 a 60".

Mais um engano se evidencia no recenseamento de 1777, também corrigido em muitos resumos dos anos posteriores. O número de pessoas mortas durante o ano foi computado no total da população, quando ao contrário, devia ser subtraído dêle. Não havia portanto na cidade e seus suburbios 4.409 habitantes, porém 4.227, número que a muitos há de parecer irrisório. Mas as povoações eram realmente pequenas, no século XVIII. D. Luiz Antônio de Souza o afirma em documento de 1767 (19): "Observei as povoações e achei que tôdas são pequenas, ainda as de maior nome, falhas de gente e sem nenhum modo de ganhar a vida, os campos incultos, tudo coberto de mata brava, a lavoura por mau método só se planta em mato virgem pelo pouco que custa (...). A dispersão que se costuma habitar não permite a devida civilidade (...). Ano antes já escrevia, mais ou menos o mesmo, ao Conde de Oieiras (20): "Êste costume de viverem dispersos, metidos pelas roças, tem feito hábito de sorte que só fazem gôsto da solidão e para ela fogem. Se alguém fazendo viagem encontra por acaso um dêstes ou lhe foge ou fica tão assustado e preocupado que nem o chapéu lhe tira, e se lhe dizem a mínima palavra desconfia e mata logo". E quase vinte anos mais tarde observa Francisco da Cunha Menezes, ao remeter o recenseamento de 1782, que não se finalizara mais cedo "pelo logentude das povoações" (21).

---

(19) — Docs. Ints. vol. XXIII, p. 253.
(20) — Id. id. p. 5.
(21) — Id. vol. XXXI, 95, 106 e 157.

Se tôda a capitania tinha então cêrca de 100.000 almas e se os habitantes além de viverem dispersos nas roças, se davam à aventura da caça ao índio e ao ouro, não é de estranhar houvesse na cidade tão pouca gente.

Mas continuemos a análise. Qual o detalhe das informações que serviram de base ao resumo final? Que se procurou ao certo saber? Em primeiro lugar o número de fogos, a seguir o nome completo dos chefes de família, ou dos celibatários isolados, os prenomes dos filhos, dos agregados ou escravos; a profissão de cada um, a idade e o sexo de todos. Noutros recenseamentos a "curiosidade" administrativa vai além e indaga da importância dos cabedais familiares. Deixemos porém de lado, por enquanto, esta última informação, que já há muito a concluir, pelas outras, sôbre a composição demográfica da colônia, sua nupcialidade, natalidade e mortandade.

Desde logo sobressai, por exemplo, o maior número de mulheres, em contradição com o desenvolvimento normal de qualquer população jovem. Nos países velhos da Europa, de idêntico fenômeno observado certos problemas sociais decorrem. Assim a prostituição. Mas no São Paulo colonial, em que pese a alegada devassidão da época, não se registam correlações análogas. A proporção desfavorável do número de homens, que Toledo Piza explicava pela extensão do militarismo na colônia, a sangria das expedições às minas e às guerras (22), prejudicando a nupcialidade acarretava sem dúvida natalidade também diminuta. E' de fato o que ocorre, como veremos adiante. Um exame mais minucioso, em que se estudassem separadamente brancos e negros ou índios, isto é, gente livre e gente escrava, comportaria outras explicações também aceitáveis. Thompson nota com efeito, entre as populações negras dos Estados Unidos, igual desproporção em prejuízo do sexo masculino (23). A análise do recenseamento paulista de 1777 mostraria que o desequilíbrio se observava principalmente entre a po-

---

(22) — Rev. do Inst. Histor. e Geogr. de São Paulo, vol. IV p. 299.
(23) — Thompson — Population Problems, p. 54.

pulação escrava. Mas mesmo entre brancos não parece ter sido muito grande a natalidade, embora a proporção de mulheres fôsse mais favorável. Raros os casais com meia dúzia de filhos.

Os dados referentes às profissões também são bastante elucidativos, a-pesar-de assás incompletos. A maioria da população não tinha profissão declarada. Já existiam alguns artífices brancos, alfaiates, sapateiros, etc., o que confirma os dizeres dos viajantes do início do século seguinte. Mencionam-se também agricultores comerciantes e muitos militares. Não raro a mulher representa o chefe da família, declarando-se então "como marido ausente" ou "com marido no certam". Nestes casos só entra para o rol a pessoa presente, o que não prejudicava a taxação, feita por fogos. Bom número de viúvas parece atestar os malefícios das entradas e das guerras.

Na ausência de dados sôbre os cabedais, a quantidade de escravos pode revelar a situação econômica dos habitantes. Notam-se poucos de grandes recursos. O número de escravos varia de 1 a 5 para cada proprietário. 14 entretanto apresentam listam de mais de 10 e menos de 20, cinco de mais de 20 e menos de 30, 2 de 30, 2 de 31, 1 de 32, 1 de 34 (Cônego Antônio de Toledo Lara), 1 de 51 (Cap. Francisco de Gouvea) e 1 de 104 (José Joaquim Monteiro, sem profissão).

O que maior interêsse apresenta, porém, para o sociólogo é, parece-me, a composição por idade da população. Um crescimento normal deve estabelecer certa proporção de equilíbrio entre os grupos compreendidos entre 0 e 20 anos, e, os incluídos entre 21 e 50. E' o que se verifica, por exemplo, no recenseamento de 1920 dos Estados Unidos: 44,3 e 42,2% respectivamente. Outras proporções indicam logo anomalias merecedoras de reparos. Assim o recenseamento do Brasil, em 1920, que, com 53,7 e 37,3% para os grupos em aprêço, demonstra mortalidade excessiva na idade adulta e o da França, de 1921, que, com 31,6 e 43,2%, revela diminuta natalidade. O recenseamento paulista de 1777 evidencia também um desequilíbrio sensível na composição demográfica, na qual a proporção de 56% de adultos, em oposição a de 34,5% de

menores de 15 anos, bem nos diz da nataldade insuficiente ou dos males que a imigração de homens feitos, aventureiros, soldados, mineradores, exilados politicos ou degredados, acarretava para a coletividade.

Roberto Simonsen anota na "História Econômica do Brasil" (24) as nefastas repercussões econômico-sociais que a expansão dos séculos XV e XVI provocou em Portugal. O mesmo parece ter-se dado com São Paulo nos séculos XVII e XVIII, como resultado das entradas bandeirantes. São Paulo também se viu a braços com o despovoamento, como se depreende dos censos da época, e também chegou a importar os próprios gêneros necessários à sua alimentação. Mas a cegueira e o egoísmo da metrópole mais viva ainda tornaram a sua desgraça.

---

(24) — Roberto Simonsen — "História Econômica do Brasil", vol. I, p. 63.

III

Desde a carta de Nobrega, tantas vêzes citada, o problema colonial de crise de mulheres vem sendo ventilado. Grande cópia de documentos veio à baila e não faltou quem os comentasse com erudição. Ainda hoje, embora desbastados os principais arquivos, surgem a cada instante novas provas em apôio da tese.

Entre as ordens régias inéditas, conservadas pela Câmara de São Paulo, encontrei a que adiante reproduzo, reveladora da permanência do problema na primeira metade do século XVIII e da preocupação metropolitana em resolvê-lo. Constitue ela o documento n. 66 do Livro 628 e reza o que segue.

"Eu El Rei faço saber aos que êste meu alvará virem que sendo-me presentes os motivos por que no Brasil não há mais crescimento de gente em grave prejuízo do aumento e povoação daquele Estado, sendo a principal causa desta falta o grande excesso que há em virem para êste Reino muitas mulheres com o pretêxto de serem religiosas, violentadas por seus pais ou mães constrangendo-lhes as vontades que deviam ter livres para elegerem estado, de que resulta faltarem estas mulheres para os matrimônios que convém aumentar no Brasil, e elas viverem sempre desgostosas com a vida que não queriam tomar; e por êste respeito ser muito do serviço de Deus, e meu, e muito útil ao dito Estado do Brasil proibir as desordens que há em virem dêle mulheres para êste Reino sem primeiro se averiguar se as que vêm para religiosas têm vontade de tomarem estado, e se as mães têm justas causas para a sua vinda; hei por bem ordenar que de todo o Estado do Brasil não

venham mulheres para êste Reino sem licença minha, quando tenham causas para virem se me façam presentes para eu lhes deferir como tiver por conveniente, e para evitar a desigualdade que pode haver em deferir a estes requerimentos, sou servido que nos que se me fizerem para virem as ditas mulheres do Brasil a serem religiosas no Reino informem com seu parecer o Vice-Rei e Governadores do distrito mandando logo com os requerimentos as informações, sem esperarem ordem do meu Conselho Ultramarino, declarando a qualidade das pessoas e as razões que há (para) conceder ou negar esta graça, e ao Arcebispo e Bispos (do distrito) recomendo que, no mesmo tempo me informem seu parecer sem que seja necessário esperar por (ordem do dito Conselho) mandando fazer as perguntas as que... (25)... tôdas as informações necessárias para averiguar se elas têm vocação para serem religiosas, ou se são violentadas, ou induzidas de outrem; e vindas estas infomações e dando-se vistas delas ao Procurador de minha Coroa, com a sua resposta se me fará consulta para resolver o que fôr servido; e sendo o requerimento para virem a êste Reino mulheres do Brasil para outro fim que não seja tomar estado se me fará consulta com informação do Governador sòmente , e de outra sorte se não darão licenças para virem mulheres do Brasil a êste Reino, e o capitão ou mestre do navio que as trouxer sem licença alcançada por esta forma incorrerá na pena de pagar por cada mulher que trouxer dois mil cruzados, pagos de cadeia aonde ficará prêso por tempo de dois mêses e esta pena será para as despesas do meu Conselho Ultramarino, e havendo denunciante haverá a metade da pena pecuniária. Pelo que mando ao presidente e conselheiro do dito meu Conselho Ultramarino executem êste alvará e o façam cumprir e guardar inteiramente como nêle se contém sem dúvida alguma, e ao Vice-Rei e Cap. General do mar e terra do Estado do Brasil, Capitães-Generais, Governadores e Capitães-Mores de minhas conquistas ultramarinas, ordeno também que cada um nos lugares de sua jurisdição mandem publicar êste meu alvará, e registrar nas partes necessárias para vir a notícia de todos, a resolução que fui servido tomar nesta matéria, e valerá como carta sem embargo da ordenação do L. 2 tto. 39 e 40 em contrário. Lisboa ocidental dez de Março de mil setecentos e trinta e(...) Fey, etc".

Não me parece fácil verificar a que ponto êste curioso documento espelha os dados de uma situação positiva. E' possível mesmo que reflita apenas a projeção de uma realidade exageradamente ampliada pela distância, deformada pelas informações ver-

(25) — Palavras ilegíveis.

bais ou pelos relatórios demasiado subjetivos de autoridades apaixonadas, mais ou menos em exílio na colônia e propensas a uma concepção pessimista das coisas brasileiras. A correspondência conhecida dos capitães-generais é quase sempre um repositório de rancores biliosos, de generalizações apressadas e de estatísticas grosseiramente insuficientes. Por outro lado o pequeno número de recenseamentos publicados dificulta o estudo da demografia colonial. O que se conhece não passa de resumos falhos, muito imprecisos, eivados de erros graves, não raro de simples aritmética. E os melhores, como os da cidade de São Paulo no século XVIII, ainda deixam bastante a desejar. Saint-Hilaire ao passar por aquí bem mais tarde, nos primórdios de século XIX, quando os recenseamentos já se faziam com mais cuidado e mais detalhes, observava que estavam no entanto, "loin de mériter notre entière confiance" (26). Eschwege teve, igualmente, a oportunidade de referir aos absurdos e às contradições dêsses documentos e criteriosamente ponderou os dados que lhe vieram às mãos.

Parece certo, entretanto, que a êsses viajantes não foi dado examinar senão os resultados dos recenseamentos: não se lhes facultou evidentemente a pesquisa das informações originais, nem lhes sobrou tempo para demoradas investigações nos arquivos das câmaras onde se guardava a papelada que ia permanecer inédita ainda durante tantos anos. Com efeito, e infelizmente, os recenseamentos locais, únicos dignos de maior confiança e ricos de mil informes, pouco têm interessado aos historiadores, à exceção talvez dos genealogistas que nêles podem colhêr copioso material. Sua publicação metódica só agora se iniciou, com a impressão, pelo Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, das listas gerais de 1765 e 1767. Ora, sem dados originais precisos, confusas se faziam as correlações entre os vários fenômenos demográficos e impossível a percepção de seu dinamismo. E os problemas de demografia histórica não se resolvem na gostosura das divagações, porém na aridez dos números tão sòmente.

A ordem régia acima transcrita visa a solução de um problema agudo em princípios do século XVIII. Para entender-lhe a gravidade, analisar-lhe o alcance e localizá-lo com exatidão faz-se imprecindível pesquisar os recenseamentos da época nos seus mais ínfimos pormenores. Foi o que tentei fazer. Não encontrando porém nenhum, nem mesmo de S. Paulo, anterior à segunda metade do período setencentista, tive que esmiúçar os de 1765 e 1777

(26) — Saint-Hilaire, Voyage dans les Provinces de Saint Paul et Sainte Catherine Vol. I, n. 107.

(êste inédito) para confrontá-los com o das Minas Gerais, de 1776, publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro de 1897 (27). E a análise logo se tornou apaixonante porquê os de S. Paulo evidenciavam exatamente o inverso da situação aludida pela ordem régia: o problema do excesso de mulheres.

Toledo Piza, que foi um estudioso sincero de nossas coisas e teve, como diretor do Arquivo do Estado, a felicidade de manusear o imenso e precioso manancial de documentos, observou carinhosamente o fenômeno e muito bem o comentou no volume IV da Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. "As mulheres, diz êle, em tôdas as povoações da Capitania eram mais numerosas do que os homens, desfalcados como se achavam estes pelas guerras, pelas expedições ao sertão e pêlas doenças oriundas da péssima higiene a que os militares e os mineiros estavam sujeitos". E' realmente a interpretação mais racional, sobretudo se se tiver em mente a provável existência do fenômeno contrário no resto do Brasil. Mas Toledo Piza não se deu ao trabalho de analisar em detalhe os recenseamentos paulistas afim de verificar em que classes da população se dava o desequilíbrio, nem em que idades. Não comparou tão pouco com os de outras capitanias, em situações econômico-sociais diferentes. Nem teve a curiosidade de investigar com mais atenção os dados da própria capitania de S. Paulo e estudar os de Itú, por exemplo, zona da cana, em face dos da sede do govêrno. Se o tivesse feito teria sem dúvida colhido na análise novos argumentos em apôio de sua interpretação e insistido na observação dos malefícios do ciclo do ouro e do grande latifúndio escravocrata.

Excluídos os escravos, os primeiros mil indivíduos da lista geral de 1765 (S. Paulo), fornecem, analisados pormenorizadamente, um quadro assás interessante:

HOMENS E MULHERES

Grupos de idades	0 — 13			14 — 44			45 E MAIS			TOTAL		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Livres. . .	159	159	318	177	246	423	91	88	179	427	493	920
Agreg. . .	5	8	13	15	42	57	2	8	10	22	58	80
Total . . .	164	167	331	192	288	480	93	96	189	449	551	1.000

(27) — Rev. do Arquivo Público Mineiro, ano 2, 1897 p. 511.

Há, como se vê, equilíbrio entre os sexos de 0 a 13 anos, bem como de 45 para cima; e profunda diferença a favor das mulheres nos indivíduos de 14 a 44 anos, idade matrimonial e de vida ativa. Acrescentando-se embora, ao número de homens, mais 18 ausentes no sertão, a diferença permanece enorme, sendo ainda de notar que 6 mulheres também se encontravam fora da cidade e não foram recenseadas.

Não excluí os escravos na análise do recenseamento de 1777, afim de verificar se o mesmo ocorria entre êles. Observa-se entretanto sensível equilíbrio o que parece confirmar a sua diminuta eficiência nas aventuras das bandeiras e das guerras. A diferença de 12 anos da data da colheita dos dados talvez explique também o caso, pois já então entrava em completo declínio a emprêsa fabulosa da mineração. Com referência às classes livres a situação anterior se repete, porém, de maneira edificante. Apenas 10 homens se encontravam no sertão:

HOMENS E MULHERES

Grupos de idades	0 — 13			14 — 44			45 E MAIS			TOTAL		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Livres. . .	82	60	142	70	138	208	50	30	80	202	228	430
Agreg. . .	17	29	46	16	46	62	—	8	8	33	83	116
Escr. . .	45	73	118	141	138	279	35	22	57	221	233	454
Total . . .	144	162	306	227	322	549	85	60	145	456	554	1.000

Comprovado assim fartamente o excesso de mulheres no São Paulo setecentista, e verificado não se tratar de um fenômeno de ordem biológica, porquanto há perfeito equilíbrio entre os grupos de 0 a 13 anos, vejamos se o destino dêsses homens misteriosamente desaparecidos na flor da idade se esclarece com os dados de outras regiões de provável imantação econômica. A hipótese das epidemias deve ser afastada, porquê não se sabe de nenhuma que nessa época haja aberto grandes claros na população e a do clima insalubre não resiste ao argumento da porcentagem razoável de homens idosos.

O recenseamento de Minas Gerais, referente ao ano de 1776, vai trazer-nos algumas luzes e servir de base bastante sólida às hipóteses de Toledo Piza. Naquela capitania, para 41.677 homens brancos livres existiam apenas 28.987 mulheres e para 171.171

eseravos negros sómente 49.824 negras. A população global, inclusive os mulatos e negros, apresentava um total de 199.641 homens para 120.128 mulheres, ou seja uma diferença a favor do sexo masculino de mais de 60 %.

Não devia ser muito diferente a situação nas zonas dos canaviais onde, entre os escravos predominava, como em Minas Gerais, o elemento masculino e entre os brancos a segregação das famílias não favorecia a prole sadia e numerosa, nem a multiplicidade dos casamentos. Saint-Hilaire o confirma, cinqüenta anos mais tarde, ao comparar a porcentagem mínima de matrimônios em Itú, zona da cana, com a da cidade de S. Paulo ou a das vilas de Santa Catarina. Sem mulheres brancas não se casavam os brancos e, sem família legal, não bastava para enraizá-los os frutos das manecbias ocasionais. A ânsia do enriquecimento rápido incitava os aventureiros a mudarem constantemente de região; as capitanias não progrediam e a dissolução de costumes aumentava, justificando tudo, as preocupações da coroa. Assim ocorreu a decadência de Goiaz, assim sobrevieram crises sérias em Minas Gerais, salva do despovoamento pela introdução da indústria pastoril e a proximidade em que se encontravam as zonas auríferas do Rio de Janeiro. O café, mais tarde, veio consolidar-lhe a convalescença.

Era natural que a metrópole visse o problema brasileiro pelo prisma das necessidades das regiões mais ricas, de que tirava suas rendas melhores. O caso de S. Paulo não passava de uma exceção sem maior importância. País pobre, de gente altiva e indisciplinada, boa para a guerra, reservava-lhe El Rei a sangria dos recrutamentos, a injustiça das subdivisões administrativas, talhadas no cerne das terras conquistadas pelos sonhadores rudes de Piratininga. Os cuidados eram para as outras capitanias passíveis de renda imediata. Daí as medidas visando a fixação nelas de uma população mais satisfeita e o seu acréscimo regular.

A carência de mulheres era realmente um dos problemas agudos do Brasil embora não o fôsse de São Paulo.

A FÓRMULA DE MARTIUS

I

A teoria de Martius, do mestiço brasileiro formado pela confusão de três raças, largamente difundida entre nós e literàriamente explorada nestes últimos anos, constitue uma fórmula cômoda para os sociólogos. Como tôdas as fórmulas, porém, comporta um grau de generalização exagerado e precisa ser posta de quarentena, pelo menos em relação ao sul do nosso país. O denominador comum indígena não explica o Brasil, como não o define tão pouco o denominador negro. Por outro lado a fórmula atraente tem para o estudioso a desvantagem de desviar a atenção da realidade complexa para a fantasia simplista. Martius visitou-nos antes da grande imigração e as observações que fêz espelham a situação em dado momento histórico, situação essa que se transformou completamente em pouco mais de cinqùenta anos. O que representava outrora uma esquematização feliz, pouco ou nada exprime hoje em dia.

O complexo racial brasileiro, mais ou menos idêntico de norte a sul, antes da Independência toma feições regionais muito marcadas, à proporção que avançamos para o século XX. E' que datam da segunda metade do oitocentismo as primeiras levas importantes de imigrantes italianos, alemães, espanhóis e outros, sem contar as imigrações mais selecionadas de franceses e inglêses, pequenas pelo número mas de grande influência na etnia das classes dirigentes. A distribuição dêsses imigrantes é que vai modificar consideràvelmente o aspecto social de certas regiões.

De 1872 a esta data entraram pelo pôrto de Santos, com destino ao Estado de São Paulo, ou zonas circundantes, mais de 2 milhões de estranjeiros, latinos em sua grande maioria. No mesmo período algumas centenas de mil alemães foram localizar-se em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e outros tantos poloneses se instalaram no Paraná. Deixamos propositalmente de lado os japoneses, cujo cruzamento com o brasileiro permanece duvidoso. Enquanto isso o norte e o nordeste do país apenas receberam pequenas levas de asiáticos. O resultado dêsses movimentos demográficos já aparece no simples aspecto externo da população, branqueando-lhe a pele à medida que descemos para a fronteira argentina, pois à porcentagem de 85% de brancos em S. Paulo corresponde no sul uma porcentagem de mais de 90%.

Dirão que nem só o sangue faz uma nacionalidade e que outros fatores, culturais e históricos, contribuem para a manutenção de nossa unidade política. Não o discuto. Apenas sustento que, ètnicamente, a tese de Martius perdeu, para certas regiões do Brasil, todo e qualquer valor científico.

Há mais, porém. Um pequeno trabalho do professor Samuel H. Lowrie, da Escola Livre de Sociologia e Política, sôbre a imigração e o crescimento da população no Estado de São Paulo, esclarece melhor o assunto. Dêle aprendemos que, sendo o imigrante, pela idade em que imigra e pelas condições de saúde, mais prolífico que o brasileiro de várias gerações, a massa de estranjeiros tende a substituir pouco a pouco o núcleo primitivo e a formar uma nova raça, com características bem diferentes das anteriores. Por outro lado o padrão de vida dos imigrantes, mais elevado que o dos nacionais, conduz a uma eliminação mais rápida dêstes das atividades mais remuneradoras e ao seu relegamento para as classes mais baixas da sociedade. Uma pesquisa feita, para conhecimento da ascendência das crianças dos grupos escolares, parques infantís e classes dependentes da capital de São Paulo, confirma a asserção. A grande maioria das crianças paulistas tem avós estranjeiros. Pequena é a porcentagem de indivíduos com ascendência de três gerações brasileiras.

De tais pesquisas e estudos objetivos, conclue-se pela diversidade das nossas formações sociais e se verifica quão errôneas se fazem as generalizações étnicas.

Ao observador apressado há de parecer que a unidade nacional se encontra assim diante de um perigo imediato de fraccionamento. Não faltará quem sugira medidas suscetíveis de desen-

quistar São Paulo e, por meio de leis irrefletidas, provoque reações desastrosas para o próprio fim visado. No entanto o perigo, em São Paulo pelo menos, não existe. Se não temos o denominador comum indígena, nada nos impede entretanto de amar e entender a pátria. O que constitue um perigo para a nacionalidade não é a mistura maior ou menor de sangue estranjeiro, nem a proporção mais ínfima de influência amerínda ou negra. E', isso sim, e em larga escala, a anarquia cultural em que vivemos.

Num estudo muito documentado, publicou o "Observador Econômico do Rio de Janeiro, dados e observações valiosos sôbre a infiltração alemã em Santa Catarina. Gostaríamos que os brasileiros lessem, todos, essa reportagem de grande estilo, principalmente os que se têm a haver com os problemas da nossa nacionalização. Nela verão postas em destaque as causas da inassimilação teutônica e em que proporção influe o nível cultural. O meio culto é o melhor assimilador. Mas não basta criar escolas e alfabetizar a população. E' preciso, com habilidade, difundir, pelo livro, pelo cartaz e principalmente pelo exemplo, a idéia da excelência da pátria. A escola primária tem que se acompanhar de um curso secundário de primeira ordem e êste de um curso superior capaz de formar uma elite útil, quadros ativos para o exército imigrante. Às realizações da antiga pátria, com que sonham os desterrados, seus filhos precisam poder opor, com orgulho, as realizações dos homens de sua terra de nascimento (1).

No século XIX tais preocupações não eram familiares aos nossos avós. Compreende-se que, visando apenas substituir o braço escravo, não cogitassem êles das conseqüências futuras do movimento imigratório e tivessem deixado formarem-se minorias de difícil assimilação. Hoje em dia um ponto de vista tão mesquinhamente utilitário seria imperdoável.

E' necessário fazer alguma coisa; muito mesmo pelo Brasil brasileiro. Mas, para isso, há um trabalho preliminar da maior importância: o conhecimento exato da situação, afim de que não se tomem medidas sôbre o joelho, contraproducentes até. Êsse trabalho é demorado, exige pesquisas lentas e de pouco brilho e se opõe tenazmente a qualquer sistema preconcebido, bem como à aplicação a todo o território nacional das observações realizadas em determinadas regiões sujeitas a condições especiais.

---

(1) — Veja-se a propósito o trabalho do Sr. Emílio Willems: "Assimilação e populações marginais no sul do Brasil". Cia. Ed. Nacional, São Paulo 1940. E, no apêndice dêste volume os artigos por mim publicados no "Estado de S. Paulo", a respeito.

Mas voltemos à teoria de Martius. E' possível que a sua fórmula ainda se aplique à população nordestina. A julgar pelos estudos do grupo de sociólogos chefiados pelo sr. Gilberto Freire, a fusão das três raças se processou harmoniosamente naquela região do país. O resultado seria um tipo de mestiço sadio, alto, magro, longilíneo, de pele morena, com qualidades indiscutíveis de inteligência, resistência e coragem. Sôbre êsse tipo de brasileiro extasia-se o sr. Gilberto Freire, como para fazer dêle o modêlo ideal da nacionalidade. Entretanto se se aferisse o homem do Sul pelo espécime descrito, seria êle classificado entre os estranjeiros, já pelos caracteres somáticos, já pelas qualidades intelectuais. As formações sociais diferentes, explicáveis pela influência da imigração, pela diversidade de trabalho, pelo meio fisiográfico, não podem ser padronizados entre nós.

O que o sr. Gilberto Freire fêz para o Nordeste precisa ser feito no Sul, em S. Paulo e em Santa Catarina, no Rio Grande e no Paraná. O conhecimento da realidade é que nos mostrará os remédios para os enquistamentos e os caminhos da nacionalização eficiente do país.

O estudo da formação histórico-social do Sul impõe-se, assim, não mais como simples tese acadêmica, mas como uma necessidade de valor imediato. Desde já, em todo caso, podemos garantir que a fórmula de Martius não se aplicará em S. Paulo.

II

Defendendo a formação étnica regional de nosso país em oposição à tese do sr. Gilberto Freire, de uma miscigenação generalizada dos três elementos, branco, negro e índio com predominância do negro, afirmei que o complexo racial brasileiro, mais ou menos idêntico de norte a sul antes da Independência, toma aspectos locais bem diferentes e marcados, à proporção que avançamos para o século XX. E referí-me à influência da imigração estranjeira, cuja distribuição, mais densa no sul, veio modificar o panorama social desta região.

Em abono de minha opinião que é aliás a de quase todos os estudiosos de tais assuntos no Brasil, citei alguns trabalhos do prof. Samuel H. Lowrie, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e da Universidade do Texas, sumamente objetivos e criteriosos. Agora, um estudo de outro pesquisador americano, dr. Donald Pierson, da Universidade de Chicago, também contratado pela Escola Livre de Sociologia, cujo esfôrço cultural nunca louvaremos demasiado traz novamente à baila essa tese apaixonante. O ensaio do prof. Pierson versa a influência do negro na formação baiana e coincide em suas conclusões, com a opinião de Gilberto Freire.

O grande êrro do sr. Gilberto Freire está em generalizar as conclusões a que concienciosa e brilhantemente chegou em relação ao nordeste. O nosso combate a essa atitude o irrita e na resposta à argumentação de seus adversários tem o ilustre sociólogo pernambucano mais de uma vez se mostrado de uma certa agressividade.

Desta feita o prazer de encontrar mais um companheiro levou-o de novo a cometer uma injustiça. Em primeiro lugar o estudo do prof. Pierson, tendo por campo a Baía, não pode ser oposto ao do sr. Lowrie, que tem por objeto São Paulo. Concedendo-se a ambos os pesquisadores o mesmo grau de objetividade, e não há razão para não fazê-lo; do paralelo só pode resultar a convicção mais firme ainda da diversidade de nossas formações regionais e não a presunção da inferioridade de um dos trabalhos.

Estudando o caso baiano, chegou o prof. Pierson à conclusão de uma extensa e profunda miscigenação com predominância do elemento negro. Logo se extasia o sr. Gilberto Freire e depois de algumas considerações muito acertadas acêrca do deslocamento da distribuição social em obediência ao imperativo econômico, lança uma seta envenenada: "Isto se verifica — segundo me parece — no próprio Estado de São Paulo, que o prof. Lowie ... pretende transformar em meio arianista em contraste com o resto do Brasil". Ora, analisando o caso paulista, afirma o prof. Lowrie que as enormes levas de imigrantes entrados no Estado de São Paulo a partir de 1890 (2) modificaram fortemente o aspecto étnico e social paulista, rejeitando para as camadas mais baixas os elementos de côr e isolando dentro da aristrocacia local os elementos de origem portuguesa e espanhola mais antigos. O proletariado e a classe média, que constituem os nove décimos da população, formados de elementos de origem estranjeira recente, misturaram-se tão sòmente em pequeníssima escala, donde a afirmação possível de que em S. Paulo (como de resto no sul todo) a população apresenta um aspecto bem mais branco do que no norte ou no nordeste do país. Não se trata de arianismo, como insinua irônicamente o sr. Gilberto Freire, divertido com a pretensão paulista de brancura, nem vai na conclusão do prof. Lowrie nenhuma consideração de ordem racial, que êle é o primeiro a julgar falha, "mesmo na América do Norte". "No Brasil, diz êle, qualquer classificação racial é relativa, pois que os indivíduos classificados como brancos, mulatos ou negros, e ocasionalmente como índios, o são ùnicamente pela aparência externa. Um método dessa natureza está sujeito, é óbvio, a um acentuado grau de inexatidão, visto depender da apreciação pessoal dos encarregados da observação do elemento a ser classificado. (...) Nas estatísticas oficiais brasileiras a porcentagem de elemento de côr oscila, em virtude do critério adotado, segundo o interêsse e a objetividade dos classificadores". Essa simples advertência do prof. americano bem demonstra sua atitude criteriosa

(2) — Ver os interessantes quadros publicados recentemente no vol. 2 do Boletim do S. I. C.

e o seu cuidado em não emprestar exagerado valor aos dados de que se serve. Mas há fatos que não podem ser negados: como o da imigração, por exemplo, ou o do índice elevado de natalidade do estranjeiro ao lado do índice muito baixo do brasileiro de S. Paulo. A substituição do elemento antigo, miscigenado, pelo elemento novo, relativamente branco, é que modificou o aspecto de São Paulo e fê-lo divergir do resto do Brasil.

Mas não foi sòmente a grande imigração que contribuiu para dar a S. Paulo uma côr menos escura. A própria formação econômica explica o nosso caso. O assunto já foi tão debatido e a abundante documentação escrita de que dispomos o comprova de tal maneira que parece inútil insistir. Mas vejamos as palavras do próprio sr. Lowrie: "Em comparação com o resto do Brasil, particularmente com o norte, São Paulo, em grande parte de sua história não ofereceu condições que favorecessem a introdução de grande número de negros. Sem considerar o fator constante de um clima menos favorável aos elementos de raça negra que o do centro e norte do Brasil, a extrema pobreza dos primeiros colonos obstaria, e a relativa facilidade de escravização do elemento nativo tornaria desnecessária, a importação de escravos africanos, mais dispendiosa". Antes do ciclo do ouro São Paulo não tinha negros porquê tinha índios, e estes, para a vida de nômades e aventureiros que levavam os paulistas, eram muito mais úteis. Com o ciclo do ouro começaram a entrar escravos em grande número, mas para ser imediatamente encaminhados para as minas, onde ficavam. Os recenseamentos do século dezoito, e há inúmeros publicados, são irrespondíveis. Não quero voltar a êsse assunto que já esmiùcei nos "Ensaios" e no "Roteiro do Café" (3). Com o emporbecimento das minas, a decadência e a pobreza de S. Paulo atingem o auge e servem de comentários à correspondência dos capitães-generais, como se pode ver dos Documentos Interessantes, e passam os paulistas a servir apenas de carne para canhão nas campanhas do Iguatemí. Mais tarde, em princípio do século XIX, Saint-Hilaire observa: "E' incontestável que excetuados Missões, Rio Grande do Sul e Rio Negro, São Paulo é de todo o Brasil a província em que menor número de negros foi introduzido" (4).

Sòmente com o desenvolvimento da cultura do café é que a situação mudou e o negro se tornou sèriamente necessário a São Paulo. A colonização da zona Norte, Central e parte da Paulista

---

(3) — "Ensaios", pgs. 18, 33, 40, 80 — "Roteiro do Café".
(4) — Voyage dans les provinces de St. Paul et Saint Cathérine — Vol. I.

e Mogiana, beneficiou do elemento negro. Principalmente a chamada zona Norte. Aí, desde S. José dos Campos até a fronteira do Estado do Rio o número de estranjeiros é insignificante e a porcentagem de negros elevada, chegando a atingir, em certos lugares 25%. Zona já empobrecida por volta de 1890, não a procurou a imigração e suas condições de progresso se viram com isso muito afetadas. Disse desde S. José dos Campos, porquê é preciso abrir exceções para Mogí das Cruzes e Jacareí procuradas desde logo pelos primeiros colonos abastados e mais tarde intensamente colonizadas pelos japoneses (5).

Com relação à zona central, também antiga, e que recebeu grande número de escravos, já com o desenvolvimento do café, já com a existência nela da cultura da cana, o embranquecimento da população operou-se com certa rapidez graças à localização das primeiras levas de imigrantes. O elemento negro é ainda grande na região e maior nas chamadas zonas mortas, das proximidades da capital, que o colono italiano desprezou e só agora vem sendo atacadas pelo japonês. A Mogiana e a Paulista, bem menor influência negra tiveram porquê o seu desbravamentoo se verificou em grande parte, quando já ia adiantada a imigração. Quanto às demais zonas de progresso paulista, que formam a quase totalidade do Estado, nenhuma influência negra pode ser notada, havendo mesmo regiões inteiras onde a porcentagem de pretos é insignificante. Foi mais ou menos isso que o sr. Lowrie afirmou e não se pode vislumbrar nessa opinião nada que não seja observável até a olho nu. Seu mérito está apenas em tê-lo comprovado através de dados objetivos e de um método de pesquisa até então inédito entre nós.

Contra êsse método, que é o método estatístico, insurge-se também o sr. Gilberto Freire, quando diz: "O prof. Lowrie — aliás excelente pessoa — é uma vítima da obsessão estatística que quando toma conta de um estudioso de coisas sociais ou de problemas humanos, afastándo-o de outros critérios e métodos de indagação e interpretação, é para torná-lo um artífice: e nunca um cientista puro". Seria fácil rebater a alegação da obsessão da estatística, simplesmente com as próprias palavras do sr. Lowrie, na introdução de seu ensaio em que põe de sobreaviso quanto às falhas e insuficiências dos dados objetivos, mesmos nos Estado Unidos. Também no seu curso de sociologia, dado na Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo, chamou êle mais de uma vez a

(5) — Sérgio Milliet — O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de S. Paulo — Ed. Escola Livre de Sociologia e Política, 1938 — e "Roteiro do Café".

atenção para os perigos de uma fé cega na estatística. Acreditamos entretanto, na sua ortodoxia estatística. E' muito possível que num meio americano, que peca pela objetividade exagerada, um espírito liberto dos números, da aridez dos fatos positivos, abra maiores horizontes à ciência, pela especulação de hipóteses ousadas, traçadas com vigor e síntese. Entre nós, porém, ocorre o contrário exatamente. Nossa tendência natural para a generalização, a que não escapa se quer um espírito tão brilhante quanto o do sr. Gilberto Freire, nossa facilidade de expressão formal, nossa propensão para a retórica, nossa avidez de novidade, de modismos, devem fazer-nos desejar o freio das estatísticas, dos dados concretos e insofismáveis, e apreciar em seu justo as influências dessa espécie. Para a sociologia brasileira, em grande parte especulativa, filosófica, a contribuição do prof. Lowrie foi mais do que respeitável: foi preciosa. E de sua permanência entre nós nasceram inúmeros trabalhos de pesquisa excelentes, úteis à coletividade, modestos de pretensões e grandes de ensinamentos.

Insurgindo-se contra a tese das formações sociais regionais, num país como o nosso, de condições de colonização variadas e de economias locais, comete o sr. Gilberto Freire um grave êrro. Mas muito lhe será perdoado porquê muita coisa de primeira ordem produziu e é, sem favor nenhum um dos homens mais cultos de nossa terra.

III

Tem-se escrito amiúde que o negro não resiste tão bem quanto o branco ao clima de S. Paulo. E o mulato, além de se mostrar ainda mais sensível, tem contra si um coeficiente de prolificidade inferior. Se assim fôsse realmente, em não havendo novas introduções de imigrantes negros, deveria a população clarear com certa rapidez. Tanto mais quanto certa porcentagem de mestiços passa anualmente para a classe dos brancos puros.

Essa convicção sempre foi externada pelos sociólogos paulistas, e mesmo pelos estranjeiros que estudaram os nossos problemas demográficos, embora muitos atribuíssem o "deficit" não a causas biológicas mas a causas sociais. Assim Samuel H. Lowrie observa que os pretos pertencem em geral às camadas econômicas mais baixas, o que justifica e explica não só a mortalidade mais elevada mas ainda os coeficientes maiores de criminalidade verificáveis entre os homens de côr.

Os últimos anuários demográficos publicados trazem, sôbre o assunto, excelentes e precisos dados, à margem dos quais alguns comentários podem ser feitos. E' inegável que entre pretos e mulatos a mortalidade supera a natalidade; basta, para comprová-lo, folhear a esmo o boletim do Departamento de Saúde. Mas os dados isolados, absolutos, apenas nos indicam uma situação estática. Nenhuma conclusão nos parece permitida sem obter-se inicialmente um aspecto dinâmico da questão, sem estudar-lhe as "tendências". Estas serão relevadas pela comparação entre os dados de vários anos seguidos, ou o que me parece mais cabível, em um artigo de jornal, pela análise de alguns pontos de referência, de alguns marcos principais suscetíveis de servirem ao levantamento de uma curva.

Tomem-se as cifras referentes aos anos de 1934 e 1938. Para 14.017 nascimentos de pretos e mulatos temos em 1934 17.189 óbitos. Impressiona êsse primeiro deficit de 3.176. Qual será a tendência porém? Em 1938 em contraste com 19.305 nascimentos, ocorrem 20.225 óbitos. O deficit desce portanto a 920. A diferença seria desnorteante se não se viesse acentuando de ano para ano numa curva muito regular. Entretanto não se deve ainda tirar nenhuma conclusão, pois é preciso ponderar êsses números. Em primeiro lugar os números totais desvirtuam as características regionais e uma análise mais minuciosa se impõe. Com efeito, se no conjunto do Estado a situação dos homens de côr melhora pode muito bem acontecer que nas cidades seja o inverso verdadeiro. Como há sempre grande migração de pretos para as cidades, estas poderiam agir como ambientes selecionadores: a diminuição do deficit seria então atribuível à introdução de novas levas de pretos vindas de outros Estados. Mas não é isso o que podemos observar pela análise dos dados referentes às quatro cidades principais de São Paulo; Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto. Neste conjunto, no mesmo período estudado, o deficit desaparece por completo, passando de 614 em 1934 a 5(!) em 1938. Limitemos mais um pouco, porém, a zona estudada. Com Santos e Capital teremos os seguintes resultados:

DEFICITS

	1934	1938
Santos	74	224
Capital	405	645
Totais . . .	479	869

As metrópoles são visìvelmente fatais aos pretos. Na capital sobretudo essa tendência se acentua. Em verdade é preciso ter em vista que boa parte dos óbitos nelas registados ocorreria no interior se aí houvesse essas mesmas facilidades de "morrer gratuìtamente" que se encontram em Santos e S. Paulo. Há sem dúvida nesses algarismos grande porcentagem de indivíduos "imigrados para morrer". As Santas Casas, os asilos, atraem o moribundo. Por outro lado há a notar que as condições de vida, alimentação e habitação, são muito mais duras na capital e em Santos do que no interior, para as classes baixas. Pois as cidades maiores têm isso de paradoxal que ao mesmo tempo que facilitam a vida dos remediados dificultam a dos miseráveis.

Contestam muitos sociólogos o valor dos nossos dados demográficos, alegando que a porcentagem de "fuga", de um para outro colorido, do preto para o pardo e dêste para o branco, modifica de um modo essêncial a realidade. Tais argumentos são de pêso, mas cabe observar que a falha dos registos deve ser, e é mesmo, maior no interior (exatamente onde se verifica certo equilíbrio); quanto às passagens de uma para outra classe, não será de importância capital em relação aos pretos, porquê sempre os iremos pescar entre os pardos, sendo-nos possível portanto, pelo menos quanto a êles, ter resultados aceitáveis.

Quaisquer que sejam as falhas da estatística demográfica, os algarismos impressionam. Na melhor das hipóteses chegaríamos com as devidas correções, a uma situação de estabilidade, isto é, de estagnação. Em conseqüência do que a porcentagem de côr iria sempre diminuindo, tanto mais quanto, em sentido contrário, as cifras relativas aos brancos acusam saldos de ano para ano mais favoráveis.

Em um mapa da distribuição dos pretos na zona urbana da capital, executado pela sub-divisão de documentação social do Departamento de Cultura, vê-se que a sua maior concentração se dá nos bairros de Barra Funda e Bexiga. São zonas de cortiços, de condições higiênicas péssimas. O grande número de nati-mortos de côr indica também sérias deficiências de saúde dos pais. Mas tudo isso são fatores econômicos, fatores sociais, portanto, que aliás poderiam ser melhorados pela ação inteligente da administração, e que vêm sendo melhorados de alguns anos a esta data. Sociais ou biológicos, tais fatores confirmam mais uma vez a tese a que tanto tenho aludido da insuficiência da fórmula de Martius para explicar a formação da população paulista. A situação presente não atenua os fatos históricos. Em virtude de sua vida nômade e aventurosa, São Paulo prescindiu do negro na época colonial e, quando êle podia tornar-se necessário, a imigração estranjeira o eliminou. Em nosso Estado a população branca vem não só substituindo a mestiça e a negra, mas ainda esmagando-as pela prolificidade mais elevada e pelo relegamento delas para a mais baixa, a mais miserável camada da sociedade. E' sabido de resto, que se em outros lugares do Brasil o mulato alcançou cargos de destaque e, em geral, escalou com relativa desenvoltura a pirâmide social, em São Paulo isso só aconteceu ocasionalmente e sòmente em função de grandes dotes de audácia e inteligência dos vencedores.

Tudo isso porém não basta para mostrar a verdadeira situação dos negros em São Paulo. Sendo São Paulo o mais rico Estado brasileiro, e o que maiores oportunidades oferece, é natural que para êle se encaminhem os desherdados de outras regiões. Há uma grande imigração de pretos e mestiços para o falaz El Dorado paulista. Vêm na esperança de melhorar a vida, mas aquí os espera uma rigorosa seleção social bem mais terrível do que todos os males de suas terras de origem. O peneiramento destrói os mais fracos e empurra os que ainda conseguem resistir cada vez mais para baixo até estraçalhá-los por seu turno.

E' evidente que não pretendo resolver um problema, mas apenas colocá-lo diante dos interessados que porventura ainda não se tenham lembrado dêle. Nem mesmo os dados de que dispomos são suficientemente pormenorizados para sugerir tal ou qual explicação mais séria do fenômeno. Uma coisa tão sòmente se afirma, indiscutível: a situação demográfica dos negros e mulatos é, em S. Paulo, muito pouco brilhante.

SÃO PAULO EM 1886

O "Código de Posturas do Município de São Paulo", de 6 de Outubro de 1886, é uma pequena brochura muito rara (1). Procuram-na os bibliófilos e ela bem merece sua atenção carinhosa, pelas informações que nos proporciona sôbre o São Paulo dos primórdios do café e da imigração, de que algumas tentativas já tinham sido feitas nessa época.

A julgar pelo mapa oficial de 1877, levantado por Jules Martin e Francisco de Albuquerque e do qual existe um belo exemplar no Departamento de Cultura, a cidade localizava-se dentro de um retângulo formado pelo Largo dos Guaianases, Jardim da Luz, Tamanduateí até o Largo do Hospício (hoje Quartel do III B. do 5.o R. I.), Largo da Liberdade, Piques e Largo Sete de Abril (Praça da República). Essa a área urbana pròpriamente dita. Em verdade São Paulo já projetava seus tentáculos pelos campos do Braz e colinas que a rodeam até os núcleos circunvizinhos da Penha, São Miguel, Sant'Ana, Nossa Senhora do O', Pinheiros e Santo Amaro, atualmente incorporado à capital.

Para essa cidade modesta, de 47.000 habitantes, que crescia no entanto com rapidez, pois em 1872 sua população não ultrapassava 26.000 almas, estabeleceu a Câmara o código de posturas em aprêço, que nos esclarece sôbre os múltiplos problemas da nossa edilidade, as preocupações administrativas e os usos e costumes de nossos avós.

O código é longo. Comporta vinte e um títulos com 318 artigos, a que se seguem algumas instruções sôbre o padrão municipal para o calçamento, a abertura de ruas particulares, as construções e reformas, os cortiços e casas operárias.

O título I trata da abertura de ruas e dos alinhamentos, sendo de observar, desde logo, a indiscutível visão urbanística dos le-

(1) — Recentemente reeditado pelo Departamento de Cultura.

gisladores. A-pesar-do movimento insignificante e do reduzidíssimo número de veículos, determina o código (artigo 1.º) tenham as ruas 16 metros de largura e obedeçam a alinhamento reto. Prevê-se até uma multa séria (artigo 5.o) para os proprietários que construam em "rua torta". Mas a previsão, em matéria de construções, revela-se bem menor, como é de ver pelo título II, cujo artigo 11.º regula a altura dos pavimentos e dos prédios. Três o máximo de andares e 17 metros a altura total permitida, o que implica na existência de pavimentos de 5 metros! Com efeito é essa a medida exigida, pelo menos para o primeiro andar, podendo o segundo ter 4m.,80 e o 3.º 4,50, alturas mínimas. Outros dispositivos do mesmo título são mais clarividentes. Assim o que consta do artigo 16, pelo qual se obriga aos proprietários passarem os canos de escoamento de águas pluviais "por baixo das calçadas até às sargetas". A essa postura inteligente nem sempre se obedeceu, posteriormente, e o resultado, nos dias de chuvas, pode ser verificado ainda em inúmeras ruas de São Paulo de hoje, onde o transeúnte nem de galochas escapa à enxurrada que dos telhados desce sôbre a calçada.

O título III trata da concessão de datas de terras. O IV dos edifícios ruinosos, escavações e precipícios. Ambos são de pequeno interêsse para as preocupações hodiernas e, também, excessivamente técnicos. Ainda dentro do mesmo espírito se desenvolve o título V, sôbre a "desobstrução das ruas e das praças, conservação das calçadas, etc", "em benefício dos habitantes e do aformoseamento da cidade". E' "em benefício dos habitantes" que se proíbe, no artigo 51, "correr a cavalo pelas ruas da cidade". Já se andava às voltas com o "excesso de velocidade"... Uma exceção se previa para "os soldados de cavalaria quando em serviço público e urgente". Hoje em dia as exceções se multiplicaram, substituindo-se ainda, em "prejuízo do habitante", o barulho dos cascos ferrados pelo das sereias infernais.

Do mesmo título se infere a existência de um incipiente problema do trânsito. O artigo 64 proíbe, com efeito, a marcha de "carros ou qualquer outro veículo de modo que embarace a passagem de bondes". O privilégio não podia ser do agrado da população. E' o que se deduz da segunda parte do mesmo artigo, em que se determina multa de 5$000 para quem colocar nos trilhos "objetos que impeçam o trânsito", dispositivo que não fôra necessário se o fato não se fizesse corriqueiro.

Nestes e no título seguinte deparamos mais de uma provisão sôbre o desflorestamento e a necessidade da defesa das árvores. Assim o art. 66 refere-se aos danos às árvores plantadas nas ruas da cidade e estabelece pena de 8 dias de prisão, aos que se abalançarem a crime de tal ordem. O art. 67 dispõe sôbre o corte de lenha "junto dos mananciais de águas de uso público e nos montes que rodeiam a cidade". Do assunto cuidava a Câmara com muito carinho, em luta contra o desamor à mata que modificou a nossa paisagem e o nosso clima em muito poucos anos de desinterêsse pelas coisas públicas. Nesse campo da administração, como em vários outros, de resto, bem mais eficientes do que as medidas de ordem geral são as disposições locais, mais fáceis de se aplicarem e se fiscalizarem. A Câmara de São Paulo zelava pelas suas matas; mais ainda: pelas suas árvores, mesmo isoladas, mesmo de propriedade privada, quando de utilidade para o público. O art. 73 proíbe o corte delas à beira dos caminhos e o art. 74 estende a proibição às plantadas nas ruas, pátios e largos, dispondo o artigo seguinte sôbre a arborização urbana. As árvores escolhidas devem ser de "grande duração, não das que crescem muito, e que sejam frondosas"; e, para os lugares pantanosos, o "eucalyptus globulos na maior escala que fôr possível".

No mesmo título, com notável visão administrativa, determina a Câmara que as estradas municipais tenham 13 metros de largura, salvo onde "fôr isso absolutamente impossível". Era, infelizmente, abrir a porta para o desrespeito à lei e a abertura das simples picadas a que nos acostumamos.

Com o título VII, entramos na parte relativa "à higiene e à salubridade pública". A par de disposições corriqueiras há a assinalar as que se referem à limpesa pública, grave problema de uma época sem esgotos, em que a imundície se despejava em obediência a instruções severas acêrca do lugar e da hora do despejo. Defeso de sol a sol, êsse despejo era fiscalizado por funcionário responsável a quem cabia, no caso de infração às posturas em que se não descobrisse o infrator, pagar por êle (arts. 97 e 98).

O título VIII (das fábricas, oficinas e cortumes) pequeno interêsse apresenta. O mesmo se poderá dizer do seguinte, sôbre hospitais e casas de saúde, moléstias contagiosas e divagações de loucos, expressão de grande sabor empregada no seu sentido exato de vaguear, de ambular, com referência aos doentes que andavam soltos.

Em todo o código, mas principalmente a partir do título IX, encontram-se disposições excepcionais para os escravos, aos quais se proibiam inúmeras atividades e se impunham, em todos os casos

de transgressão à lei, penas severas. Não se lhes vendiam drogas, nem armas, nem se lhes permitiam certos divertimentos. No art. 122 o escravo é eqüiparado ao menor para efeitos de responsabilidade civil, por êles respondendo o amo.

Cemitérios e enterramentos regem-se no código, pelo título XI. Nada digno de registo em relação à matéria, a não ser o que dispõe o art. 129 sôbre o enterramento dos variolosos e vítimas de moléstias epidêmicas, pois tais defuntos não podiam ser sepultados em carneiras ou jazigos de família senão depois de 5 anos de permanência em sepultura especial. Entre outras exigências, ainda, assinalam-se a profundidade de 2,20 mts. e o caixão de cedro. O conhecimento insuficiente dos modos de contágio torna essas precauções muito naturais.

O corte de carne é objeto de acurada atenção (título XII). Um único matadouro, oficial, em que as reses, na "falta de veterinário" são examinadas pelo "médico da Câmara". Carroças arejadas, com ganchos de ferro, presos ao teto a distância bastante para que os quartos não se choquem uns contra outros, são previstas para o transporte da carne verde, o qual só deve ser feito depois das 14 horas no inverno e das 16 no verão. Nos açougues exigem-se tampos de mármore, ganchos igualmente de ferro e "panos brancos asseiados para livrar a mesma carne do contacto imediato com a parede". Êsses panos precisam ser mudados diàriamente, bem como o avental do açougueiro, o qual deve cobrir a "parte anterior do corpo, desde o pescoço até os joelhos", sob pena de 10$000 de multa. Quantos açougueiros teriam que fechar as portas em nossos dias, se semelhantes dispositivos draconianos fôssem ainda aplicados!

Do título XIII, relativo aos mercados e ao comércio em geral, destacam-se alguns artigos elucidativos dos costumes da época. Assim verificamos que, à exceção dos dias santificados, podiam os estabelecimentos comerciais permanecer abertos até às 10 horas da noite no verão e às 9 horas no inverno. Mas as farmácias, cafés-bilhares, restaurantes e hotéis tinham licença para fechar à meia-noite. No caso de se localizarem nas proximidades de teatros, podiam ficar abertos até depois do espetáculo, mediante autorização da Câmara e pagamento de um imposto suplementar. Tais licenças porém eram sujeitas a revogação, no caso de informações desairosas da polícia acêrca da moralidade dos estabelecimentos. Registe-se ainda o dispositivo do artigo 168, que proíbe aos negociantes terem "cativos como caixeiros". O comércio era profissão reservada aos homens livres, como tantas outras atividades.

Nada nos traz de interessante o título XIV sôbre a pesca. Melhor messe de dados podemos colher, sôbre o assunto, na correspondência dos governadores e nas próprias atas da Câmara. Em compensação, o título seguinte relativo aos "teatros, bailes, divertimentos públicos, entrudo" encerra tôda uma curiosíssima legislação. O respeito à religião oficial vedava expressamente quaisquer representações dramáticas durante a Semana Santa. Em épocas normais permitiam-se, além das representações, as corridas de cavalos e de touros, estas, entretanto, à condição de serem os animais "convenientemente embolados, de forma a evitar quaisquer ocorrências funestas". Quanto ao entrudo, severas penas se determinavam para proibí-lo, proibindo-se até a venda, durante o Carnaval, de objetos que o favorecessem. Naturalmente em se tratando de escravos tornam-se as penas muito mais graves, sendo os faltosos recolhidos à cadeia por 24 horas e pagando os amos as pesadas multas.

Êsse regime de exceção sobressai ainda mais no título XVI, em que se trata dos jogos e armas defesas. Estabelecida, no artigo 190, a proibição dos jogos de azar, logo adiante se acresce à multa comum certa importância para o caso do jôgo com escravos, sendo também punido o dono da casa em que a infração se verificasse. Com relação ao comércio de armas as restrições são idênticas. Aos escravos não se permitia sequer mandassem consertar armas ou as tomassem por empréstimo, quaisquer que fôssem as circunstâncias.

Denotadores da prática habitual do curandeirismo os artigos 199 e 200 do título seguinte. Diz o primeiro que "todos os que se intitularem curandeiros de feitiços, ou efetivamente empregarem orações, gestos ou outros quaisquer embustes, a pretêxto de curar, incorrerão na multa de 30$000 e oito dias de prisão". E, no segundo alude-se a coisa mais grave, porquanto suscetível de desviar o povo da religião oficial. Reza, com efeito o artigo 200 que: "Os que se fingirem inspirados por algum ente sobrenatural e prognosticarem acontecimentos que possam causar sérias apreensões no ânimo dos crédulos, sofrerão a multa de 30$000 e dez dias de prisão". Se a multa permanece a mesma, os dias de prisão aumentam. Já se devia praticar, em S. Paulo, e em larga escala, o baixo espiritismo.

Sôbre os diversos meios de manter "a segurança pública", versa o título XVIII, extremamente minucioso na regulamentação do ofício de cocheiro, proibido aos escravos, salvo nos casos especiais de autorização expressa dos donos. Também a "velocidade"

dos veículos é objeto de disposições precisas. Nas ruas centrais, Alegre, S. Bento, Direita e Imperatriz os carros tinham que andar a "meio trote", nos cruzamentos a passo e em nenhum caso a galope. Ainda no mesmo título, determina-se a hora dos escravos se recolherem, sendo levados para a cadeia os que se encontrassem nas ruas a deshoras. Em benefício da tranqüilidade pública proibíam-se os batuques e cateretês, mesmo em recinto fechado, sem dúvida para evitar possíveis desordens. E depois do toque de recolhida nenhuma dança se permitia aos escravos.

Os buscapés das festas Joaninas já eram temidos. O artigo 241 veda-os sob pena de oito dias de prisão e multa de 30$. Os outros fogos se toleravam à condição de se soltarem fora do centro e de modo "a não ofenderem os transeúntes ou as casas fronteiras". O pavor dos incêndios é, de resto, notável e compreensível. Tôda uma organização complicada se prevê, com prêmios para os primeiros habitantes a chegarem no lugar do sinistro, após o toque do sineiro, variável de acôrdo com o bairro.

Com referência à moral pública, diz ingênuamente o artigo 262, do título XIX: "Logo que a Câmara estabelecer ourinadores públicos, ninguém poderá ourinar nas ruas e praças da cidade sob pena de 5$ de multa". O que dá a entender que a coisa podia ser perpetrada "en attendant"...

Notável, de todos os pontos de vista, é o título XX, "dos criados e amas de leite", em que se consubstancia uma legislação muito clara e liberal em nada inferior à dos nossos tempos. Já lá se deparam o registo dos domésticos e o uso da caderneta, o prazo para despedida, obrigatório para ambas as partes, a lista das causas justas de rescisão do contrato de serviços, o exame médico das amas de leite, os deveres de criados e patrões, as penas a que se sujeitam os infratores das posturas, etc. Finalmente o título XXI (Disposições gerais) regulamenta a cobrança dos impostos e sua fiscalização.

Como acabamos de verificar, por esta rápida análise, o código de posturas municipais de 1886 constitue uma excelente documentação para a história da administração da cidade, além de valioso testemunho sôbre a orientação prática e o bom senso de nossos edís. Outros comentários poderiam ser feitos num estudo comparativo da legislação de diversas épocas, até o presente. Não foi nossa intenção tentá-lo, mesmo porquê não é da nossa alçada, mas simplesmente revelar aos curiosos da história social de S. Paulo uma fonte pouco conhecida.

TRIGAIS DE SÃO PAULO

Afonso de E. Taunay, na "História seiscentista da Vila de São Paulo", analisou com agudeza a situação dos trigais paulistas nos séculos XVI e XVII, e Alcântara Machado escreveu igualmente comentários curiosos sôbre o assunto, no seu excelente estudo dos inventários e testamentos dos bandeirantes. Hoje, que a atenção pública se volta novamente para a questão da cultura do trigo entre nós, parece-me interessante passar mais uma vez em revista os documentos existentes.

Já no primeiro volume das Atas de São Paulo encontra-se, à página 40, uma referência às "farinhas de beira mar". Estamos em 1546 e essa simples alusão não nos autoriza a resolver pela existência de trigais importantes em São Vicente. Em verdade, já na década precedente se deparam em alguns cronistas, comentários acêrca da possibilidade de plantar-se o trigo na capitania e, em 1555, Luiz da Grã, citado por Serafim Leite, na "História da Companhia de Jesús", afirma que o "pão de trigo não há senão de Portugal, ainda que em São Vicente se semeie e colha mui formoso". Ano depois, o padre Baltazar Fernandes, citado por Taunay, extasia-se: "Dá pão como lá" (1). Mas não passava tudo isso de possibilidades, experiências em pequena escala. As preocupações da Câmara visavam ainda, sem dúvida alguma a farinha importada, tanto mais quanto no mesmo primeiro volume, poucas páginas adiante (I,52), fala-se no emprêgo de índios para transporte do precioso mantimento. Anos mais tarde, porém, em 1583 (I, 206) a Câmara determina a época exata em que se deve preparar a fa-

(1) — Jean de Lery, a propósito da confecção dos cêstos indígenas, alude aos feitos de palha de "froment". A menos que se trate de um lapso e queira o autor referir-se ao trigo sarraceno, ou milho, teríamos aí indicação curiosa sôbre a possibilidade de plantações à beira mar. O que se cultivava no Rio com muito mais razão se cultivaria em S. Vicente.

rinha. Já agora cresce a probabilidade da existência de trigais aproveitáveis, porquanto não é admissível que se importasse o grão para moagem, quando o produto com muito maior facilidade podia ser transportado já preparado. O início da lavoura do trigo deve portanto intercalar-se entre as datas aludidas de 1564 a 1583.

Não importa como, a lavoura prosperou, pois, em 1610 (II, 265) a Câmara recomendava aos povoadores que plantassem "muito trigo para o bem da terra". Por outro lado a indústria da moagem já se revela importante a ponto de fixarem os edís em um alqueire sôbre seis a taxa dos moleiros, taxa essa elevada para um sôbre quatro pouco mais tarde e reduzida, posteriormente, a um sôbre cinco e, afinal, a um sôbre sete.

Pouco antes, em 1608, segundo Taunay, e de acôrdo com documento do primeiro volume do Registo Geral (I,202), D. Francisco de Souza obtinha de Felipe IV sementes em quantidade, no intuito de fazer de São Paulo o celeiro das Minas. E ao que rezam os documentos, teria visto realizado o seu desejo, pois nessa época aumenta o número de moinhos na capitania. Vários moradores, e dos mais nobres, solicitam da Câmara autorização para tratar o grão. E' Francisco Fernandes de Saavedra, que se instala em Embú (II,363); é Cornélio de Arzão que monta a sua moagem às margens do Anhangabaú, "baixo de São Bento" (II,374); é Amador Bueno que obtém licença para erguer moinho em Mandaquí (II,377). Outras medidas da Câmara, tomadas em 1619 (II,404, 405), referentes à passagem da farinha e à taxa dos moleiros, vêm comprovar a importância da nossa lavoura de trigo no século XVII. Mais tarde, em 1627 (II, 248), é fixado o pêso do pão, o que revela uma nova divisão do trabalho com a criação, talvez, de padarias independentes das moagens. Frei Vicente do Salvador comenta de resto na mesma data, a exuberância das plantações da capitania de São Vicente.

Em crescendo a lavoura, as medidas da Câmara fazem-se mais comuns e são inúmeras, desde então, as referências nas atas. Em 1631 (IV, 88) cria-se um serviço de fiscalização. Mas a população também cresceu e os especuladores se tornaram numerosos. No ano seguinte (IV, 114) vê-se a Câmara forçada a proìbir a "exportação" para Santos. E' que o bom preço do cereal noutras capitanias vinha provocando uma evasão perigosa do trigo. A medida é, no entanto, significativa, porquê demonstra a amplitude da produção.

Essa luta entre a Câmara, zelosa dos interêsses locais, e os atravessadores, desejosos de enriquecer, prolongar-se-á até 1638, através de várias peripécias. Nesse ano, continuando a falta de farinha na vila, o procurador requer a requisição de todo o trigo existente. Só em 1659 se deu novamente liberdade ao comércio do trigo (VI b., 127).

Com os descobrimentos da segunda metade do século XVII, modifica-se a situação da lavoura paulista. As minas começam a atrair os moradores; o êxodo principia e a produção é mais ou menos abandonada. A vida encarece, a falta de mantimentos torna-se cada vez mais sensível e as medidas oficiais contra os atravessadores fazem-se dia a dia mais numerosas.

Em 1723 o capitão-mor de Paranaguá queixa-se a Rodrigo César de Menezes do preço da farinha requisitada em Santos (Docs. Ints. XX, 86) e dez anos mais tarde a Câmara de São Paulo determina aos lavradores que tragam para a cidade as suas farinhas "atendendo à falta delas" (X, 220).

A situação chega mesmo a ser angustiosa. Não há trigo, em 1735, "assim da terra como do mar" (X, 410). Não só não se exporta mais cereal como já não basta a produção para o próprio consumo local. Começa nessa época a tragédia da importação como conseqüência do abandono da lavoura pelos paulistas empenhados na mineração.

Contudo ainda há anos bons, 1757, por exemplo (XV, 245), segundo se depreende das atas. Mas a fartura cessa definitivamente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o empobrecimento da capitania atinge o auge, impressionando o próprio governador D. Luiz Antônio de Souza, que a êle se refere em mais de uma carta para o reino.

A diminuìção do plantio em São Paulo, era, porém, compensada ainda, em 1775 (Docs. Ints. XXXIII, 179), pela abundância reinante na Atibaia e em Jaguarí. E, à falta de trigo na cidade, ordenava o capitão general que viessem os lavradores vendê-lo sob pena de multa e prisão.

Já no século XIX não se fala mais em trigo nas terras de Piratininga. Inicia-se a era do café, o ciclo do "ouro verde".

Infelizmente não pudemos encontrar nenhum documento positivo suscetível de nos indicar a produção paulista de trigo, nem com referência ao rendimento da cultura nem em relação à quantidade exportada nas boas épocas, o que nos teria esclarecido melhor sôbre o valor econômico do produto.

A história do Brasil não se escreverá de um modo definitivo enquanto não se publicarem os preciosos mapas de carga dos navios que deixavam nossos portos, os recenseamentos existentes no Arquivo do Estado, tôda a magnífica documentação ainda inédita, por falta de verba suficiente. Os inventários e as correspondências oficiais já divulgados constituem inestimável fonte de informações: mas é preciso prosseguir e trazer a público as coisas mais áridas também.

OS ÍNTIMOS DA MORTE

Em Junho de 1726, o licenciado Antônio da Mota solicitava à Câmara que a ninguém fôsse permitido vender medicamentos (Atas IX, 489). Com exceção dêle, naturalmente. As Atas não dizem se o requerimento foi atendido e se o aspirante a açambarcador pôde gozar de tão amplo privilégio. Mas, vinte e seis anos depois, exatamente em Fevereiro de 1752, os vereadores mandavam botar editais para que ninguém vendesse remédios sem licença especial da Câmara (Atas, XIII, 321).

Embora já estivesse regulamentada desde o século anterior a profissão de médico, não se referem as Atas, antes de 1726, ao comércio de medicamentos. Êste começa sòmente no setecentismo a ser objeto das preocupações dos edís.

Em verdade pouco interêsse devia ter tido o negócio até então. Mas com o crescimento da população e o emprêgo cada vez maior das plantas medicinais, a freguesia dos boticários se ia avolumando. Por outro lado o curandeirismo, já severamente fiscalizado pela exigência das "cartas de exame", precisava ser também freiado no seu exercício clandestino pela fiscalização do comércio dos herboristas. Muito judiciosamente agia portanto a Câmara ao impor uma licença especial para manutenção de boticas.

O boticário era nessa época, muito mais do que hoje, um elemento de destaque na sociedade. Quase médico, conhecedor, muitas vêzes mais experimentado que o próprio cirurgião, da terapêutica corrente, outorgava-lhe a profissão indiscutível influência, que se alastrava até no domínio dá política. Por outro lado, mais do que o médico, pelo contacto mais direto e terreno com o paciente, beneficiava da auréola misteriosa que envolve os "íntimos" da morte, os homens que vivem ao lado dela e participam assim das fôrças desconhecidas. Ninguém ignora o poder dos feiticeiros nas sociedades primitivas, nem quanto a sua atividade se assemelha à dos herboristas ou à dos padres, de preferência à dos médicos.

Êste é um ente quase metafísico, que só desce das regiões inacessíveis aos espíritos pobres quando pratica a cirurgia e entra em relações precisas com o sofrimento do doente. O médico visita, ausculta, receita. Mas não manipula a droga, não é o agente direto do bálsamo que alivia ou mata. O farmacêutico, ao contrário, tem nas mãos o mistério. Lida com líquidos e sólidos perigosos, tem a fôrça dos que, com autoridade, esclarecem o bem e o mal, separam-nos, permitem-nos ou nos proíbem. Em suma o médico aconselha apenas e nada nos obriga a seguir-lhe as recomendações. Já com o farmacêutico o conselho se transforma em ordem definitiva à qual não se desobedece impunemente. Se ao médico compete determinar os tabús, cabe ao boticário caracterizá-los, torná-los reconhecíveis ao leigo. A caveira pintada no vidro de veneno comporta maior dose de sugestão que o nome científico na receita, acompanhado da recomendação: "uso externo".

Se assim ocorre ainda hoje no nosso mundo civilizado, imagine-se o que não devia ser na colônia, no século XVIII.

Compreende-se, portanto, que os boticários tentassem por todos os meios evitar a concorrência e manter tão elevada posição social, como se compreende também que a Câmara procurasse inspecionar a ação de indivíduos de influência pelo menos excessiva.

À medida, entretanto, que envolvem a sociedade colonial e a penetram as luzes da ciência ocidental, diminue a importância social do farmacêutico. Em compensação fazem-se maiores os cuidados dos poderes públicos. Já não bastam, anos mais tarde, licenças especiais. A profissão regulamenta-se severamente e a capacidade técnica, que se presume garantir pelo diploma, é exigida.

Mas ficou o resíduo da situação privilegiada do boticário na posição "sui generis" do farmacêutico das pequenas cidades. Tanto entre nós como alhures, e mesmo nos países mais adiantados do mundo, onde os núcleos habitados se reduzem, e as comunicações escasseiam, condensa-se no distribuidor das drogas a influência social dos íntimos da morte.

Nem a imprensa, nem mesmo o rádio conseguiram modificar ainda as influências, a que, inconcientemente estamos sujeitos, todos, em grau maior ou menor. Porquê, ao contrário dos outros fenômenos naturais, a morte não se explica em face da vida, isto é, a sua explicação só se aceita em tese e não com referência à própria existência. O homem comum não a admite senão com a vaga esperança, sempre, de escapar pessoalmente a ela. A morte, para êle, é uma fôrça positiva e não um sinal negativo como para os espíritos capazes de abstração. Por isso mesmo, os que de qualquer modo atuam sôbre ela, merecem respeito e atenções.

E' incrível a soma de conhecimentos que se fazem necessários para entendê-la até certo ponto como natural, para atentar vencê-la pela afirmação de certos caracteres mais caros, e através das obras intelectuais, ou dos filhos, essas obras tão acessíveis e ao mesmo tempo tão mais difíceis de levar a cabo.

Êsses conhecimentos necessários, a civilização material os neglicenciou. Pois são noções de filosofia que já não se aprendem, são princípios metafísicos que as técnicas puseram de lado por inúteis na luta imediatista de hoje. E a menos que o progresso leve de vencida a morte, nunca se há de eliminar o mistério final que governa as ações humanas.

Mas voltemos à época colonial.

Como se sabe, as doenças mais comuns eram nesses tempos o sarampo e a varíola no século XVII, a lepra e a febre amarela no século XVIII. A esta chamavam de icterícia e Taunay, citando o Morgado Matheus, diz que a atribuíam à influência das trovoadas! Qual a terapêutica seguida não se sabe ao certo, assim como se desconhecem os medicamentos vendidos pelos boticários.

Os papéis encontrados no Arquivo Municipal referem-se a despesas com dieta de frango, em alguns casos, e a outros detalhes materiais. A' menção, em quase todos, de azeite e água de rosas sugere aplicações emolientes. Talvez queimassem também folhagens resinosas para "limpar" o ar e não seria de estranhar que, durante as epidemias, se disparassem os arcabuzes para assustar os espíritos.

Com isso bem se percebe a importância dos boticários... e se verifica que era principalmente de ordem "espiritual".

II

O fenômeno social do curandeirismo, que não é apanágio do Brasil mas aquí medra intensamente, não se originou entre nós apenas da formação étnica do povo, para a qual tão importante foi a contribuição das raças fetichistas, mas ainda, e principalmente na época colonial, da carência de médicos. Na ausência de diplomados, os mais espertos os substituiam com abastada clientela porquê as necessidades eram muitas. O mal parece ter sido de vulto, porquanto já em fins do século XVI preocupava a edilidade paulistana, como se pode ver pelas referências que me diverti em reünir.

Antônio Rodrigues, "barbeiro e homem experimentado e examinado", era então o douto cirurgião a quem a Câmara sàbiamente procurava outorgar o privilégio não só de curar como de proceder ao exame dos pretendentes ao mesmo direito (Atas, II, 27). Para isso se tomaram medidas draconianas que devem ter dado resultado apreciável, pois até 1636 não se encontra nos anais nenhuma nova referência a fatos da mesma ordem. Nesse ano, porém, surgiu um tal Custódio de Sousa Tavares, que "curava na vila sem licença nem carta de examinação, sendo que meteu petição para curar e não se lhe deu licença, antes mandaram mostrasse carta de examinação e não a mostrando não curasse e sendo contra o regimento da terra requerida (...) mandassem notificar ao dito Custódio de Souza com pena de seis mil réis para as obras do Conselho não mais curasse". (Atas, V, 319). Multa enorme se tivermos em vista a fabulosa depreciação do 1$000 ou a soma hoje correspondente ao seu valor aquisitivo de então (1).

---

(1) — Roberto Simonsen, "História Econômica do Brasil", I, 102, num curiosíssimo quadro das moedas portuguesas, desde a fundação do Reino até 1826, consigna para o real, no período 1621-1640, um valor aquisitivo em 1937 de $228. A multa de 6$000 corresponderia portanto a 1:368$000!

Um século mais tarde, em 1708, a Câmara determinava, em sessão de 3 de março, que "fossem suas mercês (os vereadores) servidos mandar notificar aos *surjiões* que nesta vila assistem e curam, para mostrarem suas cartas de examinação para continuarem, aliás fôssem suspensos e não usassem mais". (Atas, VIII, 167). Continuava, portanto, a luta oficial contra o curandeirismo, contra os falsos médicos, contra as pessoas que "de fora vinham e outros que não eram examinados curavam e faziam sangrias por tôda a terra". (Atas, II, 27). A pletora dêsses indivíduos explicava-se entretanto pela insuficiência dos clínicos diplomados. Tanto essa falta era sensível, que, em 1722, o procurador do Conselho mandava reùnir os homens bons do povo para lhes propor o estabelecimento de uma côngrua anual, a ser cobrada proporcionalmente de todos os habitantes, afim de contratar-se um "médico de profissão" por dez anos, o que "visto e ouvido pelos ditos moradores que se achavam presentes, ao diante assinados e declarados, disseram que era muito justo houvesse médico com as condições acima". (Atas, IX, 174).

As epidemias de varíola, sarampo e disenteria sucediam-se e a população cada vez mais densa da cidade tornava de urgente solução o problema da assistência médico-hospitalar. A "peste das bexigas" alarmava a todos. Do pavor do povo bem dizem as inúmeras atas dos anos malfadados, quando a Câmara não conseguia reùnir-se por falta de número; bem falam as determinações rigorosas e não raro inhumanas que se acertavam contra os doentes. Assim, em 1725, ordenava-se ao vigário que fizesse "botar fora de casa o padre Manuel Lopes por estar com bexigas". (Rev. do Arquivo, XIX, 83). Mais tarde, a experiência comprovando-lhes a eficácia, certas medidas de isolamento seriam tomadas. Rodrigo César de Menezes assinava às vítimas, "rua e bairro de São Paulo onde se acham alguns do mesmo achaque". (Rev. do Arquivo, V, 46). A vacina, descoberta em 1796, sòmente com Franca e Horta, por volta de 1805, seria aplicada. E a quarentena, que posteriormente se faria rigorosa, era fàcilmente burlada. O povo preferia os remédios herdados dos índios e dos negros e do próprio reinol.

Entretanto, a preocupação da Câmara em dotar a cidade de médicos em número suficiente e em fiscalizar a competência profissional dos que se entregavam à prática da medicina não visava apenas a defesa biológica da coletividade, mas ainda a sua defesa econômica. Com efeito, as epidemias acarretavam despesas pesadas para o tesouro municipal que tinha de atender aos gastos de alimentação e medicamentos dos bexiguentos pobres. Dos papéis avulsos

em grande cópia existentes nos arquivos do Departamento de Cultura constam relações completas dessas despesas, cujos pormenores elucidam a dieta seguida e os resultados práticos de terapêutica. Estes não deviam ser brilhantes se atentarmos para o número de mortalhas consignado no documento adiante reproduzido:

DESPESAS COM BEXIGUENTOS (1802)

Despesas que faço com os bexiguentos que foram para o lugar chamado Samambaia. O seguinte:

Dinheiro para galinhas, vinagre, azeite, aguardente, arroz, farinha e rolos (?)	1$810
Para feijão e toicinho	$640
Sangrias	$240
Aos que carregaram	$600
Ao condutor da rêde	$080
3 1/2 varas de algodão para mortalha do que faleceu	$490
1 meada de lãs cruas	$030
Aos que o sepultaram	$240
	4$130
A negros que carregaram outra bexiguenta	$400
Para mantimentos, remédios e miùdezas	$770
3 galinhas	$480
2 ditas	$240
4 frangos	$400
1 caixote de marmelada	$320
Dinheiro para toicinho e rolos	$300
Dinheiro para farinha e feijão	$420
3 1/4 varas de algodão para mortalha	$475
1 meada de lãs cruas	$030
A quem sepultou	$240
Dinheiro para os precisos da outra bexiguenta, de miùdezas	$920
Mais para galinhas e remédios	$640
Mais para as miùdezas e galinhas	$640
A 4 carregadores que levaram do lugar chamado de José Braz	$960

A quem trouxe a rêde para conduzir	$060
3 1/2 varas de algodão para mortalha	$490
1 1/2 vara de cadarço	$060
Lãs cruas	$030
	12$025

Dinheiro para os precisos de outro bexiguento de comer e remédios	$940
mais para azeite, água de rosa e rolos	$260
mais para toicinho, farinha, feijão e curadeira . . .	$720
mais para aguardente e pagos	$440
	14$385
(sem especificação) . . .	9$600
Soma:	23$985

Antônio Safino da Fonseca — Procurador do Conselho.

Calculando-se a $078 o valor aquisitivo do real nessa época, teríamos, para o montante das despêsas com o tratamento de 4 bexiguentos, dos quais três morreram, a importância de 1:870$780. Em tempo de epidemias, as verbas necessárias a êsse serviço de assistência constituíam um pêso morto insustentável.

Daí a generalização das Casas de Misericórdia e Hospitais de Isolamento, na primeira década do século XIX, com o decidido apôio dos governos centrais. Daí também a intervenção aberta do Estado na debelação dos males contagiosos, por meio de instruções precisas, conselhos e até ordens severas.

A relutância dos habitantes em obedecer era enorme. Uma carta de Franca e Horta ao capitão-mor de Guaratinguetá revela mesmo incontida irritação. "... e porquê a estupidez do povo é qual V.Mcê. me informa e me atestam os mais comandantes, não há remédio senão obrigá-lo pela fôrça a preservar-se com êsse antídoto (a vacina) da moléstia mais contagiosa e devastadora da espécie humana. Portanto passe V.Mcê. as ordens competentes aos capitães das companhias para que cada um dêles por esquadras, ou por bairros, façam avisar os chefes de famílias, para um certo dia se acharem com seus filhos e agregados no lugar donde se deve fazer a operação, pena de serem presos à minha ordem, e não

saírem da cadeia sem se haverem envacinado todos os indivíduos que lhe pertencem. Bem que esta medida pareça violenta, ela com tudo se faz necessária para bem do Estado, o qual não deve deixar de fazer propagar um bem tão útil, pelo mal que pensa a maior parte dos seus habitantes". (Docs. Ints. LVI, 282).

Infelizmente não basta constatar a estupidez do povo para que ela cesse. Não se cura pela psicanálise, com a simples revelação da causa. Exige um demorado trabalho de educação, de esclarecimento paciente, de formação objetiva, que só a estabilidade política e o bem-estar econômico permitem. E de um povo paupérrimo como era o de São Paulo colonial, principalmente nas épocas citadas, não se podiam exigir milagres de bom senso.

As doenças são as viagens do pobre, disse algures Charles Louis Philippe. As crendices são a sua poesia, a satisfação dessa fome de maravilhoso que lateja dentro de todo ser humano, tanto mais violenta quanto mais difícil o seu apaziguamento material. E' preciso compreender exatamente o alcance social do fenômeno para analisá-lo do único ângulo certo: o da inteligência do coração. E não o da inteligência da razão, o do raciocínio intelectualista capaz de se embebedar de beleza até com a aridez da matemática.

Para o homem culto a poesia se encontra justamente na realidade nua e uma experiência de genética abre-lhe inúmeras janelas para o maravilhoso. Mas o pobre de espírito, o homem simples do campo ou da cidade, só o enxerga na deformação subjetiva do mundo positivo. A medicina atinge o primeiro, ao outro só a mandinga é acessível.

DEMOGRAFIA E EUGENIA

A demografia é uma ciência que se presta admiràvelmente à literatura. E, como a estatística, de cujos dados objetivos se podem tirar inesperadas conclusões, nunca é riscada do cartaz da atualidade. Há épocas, porém, de inquietações guerreiras, como a nossa, em que o problema demográfico preocupa tôdas as conciências. Hoje em dia, nos países do Ocidente, onde a população tende a se estabilizar, enche êle de comentários todos os jornais e revistas. Na França e na Inglaterra uma legislação adequada procura dar-lhe soluções naturais. Pouco antes da guerra de 1939, um grande hebdomadário parisiense iniciou vasta propaganda em prol da "repopulação". Em aditamente à lei organizou-se a campanha da convicção na necessidade de ter filhos. Quanto aos países totalitários, por mais estranho que pareça, pois o problema, para êles, é de qualidade e não de quantidade, idêntica política demográfica vem sendo seguida. Política demográfica de guerra, dirão: talvez, mas ela aí está e é preciso considerá-la. Vejamos apenas se se faz possível a sua análise à luz do bom senso.

Em geral é o problema da população encarado pelo lado sentimental e em vista de um objetivo imediato, o mais das vêzes imperialista. As nações visam, através do aumento de sua fôrça demográfica, a expansão colonial, o domínio militar, a guerra contra outras potências ávidas de matérias primas ou de mercados. O homem em si não interessa, embora em alguns países à preocupação demográfica se acresça uma legislação eugênica, o mais das vêzes no intuito puramente demagógico de dar ao problema um aspecto científico que justifique aos olhos do público certas medidas absurdas.

O semanário parisiense a que aludi procurou colhêr, na obra dos escritores e sábios mais populares, algumas opiniões sôbre o assunto. Teve-as pró e contra o incentivo à natalidade e muitas

merecem comentários, embora não passem de considerações mais ou menos literárias, quando muito filosóficas.

Pela citação de Voltaire, vemos que a questão já se discutia antes da Revolução Francesa quase nos mesmos têrmos de hoje. O filósofo de Coppet assim se exprime: "Se não conseguimos ainda dar aos homens a felicidade de que carecem, como explicar que se deseje tão fortemente aumentar-lhes o número? Será para multiplicar os infelizes?" Nada mais racional. Nem se concebe uma política de expansão demográfica sem a solução primeira do bem estar coletivo. Econômica e culturalmente o aumento da população miserável é um contrasenso. Não se criam consumidores nem elementos de elite, porém pesos mortos para a sociedade, dependentes e incapazes, cuja manutenção custa caro. A solução do maior número é uma solução simplista, ilusória, perigosa até, quando não se acompanha da solução qualitativa desejável.

Outro escritor citado, Paul Valery, diz que: "a causa da "despopulação" é clara. Está na presença do espírito. E' preciso escolher entre perder a cabeça ou perder a raça". Em outras palavras, o indivíduo nessa intrincada questão opõe-se resolutamente ao grupo. Não há compromissos possíveis entre ambos e para não perder a cabeça caímos em pleno anarquismo. O problema descamba então para uma discussão de finalidade em que à vontade de acertar se pode substituir insensìvelmente a de brilhar, à análise dos fatos a mentirosa lógica.

Transcreve o jornal, logo a seguir, a opinião de um médico, dr. Toulouse, conhecido pelos seus trabalhos sôbre eugenia positiva. Que diz êle? "Os que têm maior número de filhos são os menos aptos, os menos cultos, os mais pobres, e, portanto, os menos sadios". A citação não vai além, mas presumimos que, por dedução, chegue a recomendar a restrição nas classes baixas e o contrário nas classes mais elevadas. À primeira vista assiste-lhe tôda a razão. Se pudéssemos dosar a fecundidade de acôrdo com as condições econômicas, teríamos em parte resolvido o problema. Há entretanto obstáculos intransponíveis, religiosos e outros, à prática de uma tal política. Por outro lado o privilégio da fecundidade reservado aos ricos seria um crime de lesa-igualdade, um passo a mais para uma perigosíssima estratificação social, indesejável sob todos os aspectos. Uma seleção recional e aceitável teria que ser feita em obediência às aptidões intelectuais, e a genética ainda não nos permite quaisquer determinações de ordem positiva em relação ao homem. O máximo que podemos fazer é

de ordem negativa e consiste na esterilização dos incapazes, débeis mentais, doentes de doenças incuráveis. O resultado não será um aumento de natalidade, mas uma limpeza racial progressiva.

Essas, as opiniões contrárias à política da repopulação intensiva e forçada. As opiniões favoráveis são ainda mais fracas. Jules Lemaitre revela-se, tão sòmente, um irritado moralista: "uma mulher que não deseja filhos, porquê não quer perder a linha, é uma criatura perfeitamente desprezível; confessa-se, na qualidade de instrumento de prazer egoísta, uma cortesã, qualquer que seja a sua posição social". Em primeiro lugar o desejo de não perder a linha é muito humano e nada tem de desprezível. Ao homem, que não a perde com a paternidade, fácil se faz êsse juízo apressado; outro seria o seu ponto de vista se os filhos lhe acarretassem quaisquer incômodos físicos. Para julgar o crime é preciso saber colocar-se no lugar do criminoso, considerar as circunstâncias do delito, levar em conta a parcela de determinismo econômico ou fisiológico. Nessa questão de filhos a mulher nunca é desprezível, tenha-os ou não, pois sempre lhe cabem tôdas as penas, tôdas as dores, todos os perigos. Quanto a se transformar em "cortesã" que entende o autor exatamente por isso? Não implicará o sentido que lhe quis dar uma questão pecuniária? A dicussão, nesse campo da moral, fàcilmente se torna subjetiva; não há reciocínios que coincidam. Passemos adiante, portanto.

A série de citações fecha-se com um patético apêlo de Emile Zola: "O' mães francesas, tende filhos para que a França conserve o seu lugar, a sua fôrça, a sua prosperidade, porquê é necessário que a França viva, a França onde teve início a emancipação humana". Para quem acompanha com simpatia, amor mesmo, a ação da França no mundo, em prol dos ideais democráticos e humanos, o apêlo tem que ser aplaudido entusiàsticamente. Mas como o motivo invocado é pouco inteligente e frágil! O mesmo poderiam dizer os ditadores, opondo apenas ao desejo de conservar posições a vontade de conquistá-las. Argumentos do coração a que só atendem os corações.

A mim me parece que o problema não vem sendo bem colocado. Em matéria de população é imprecindível, antes de mais nada, resolver sôbre o que se julga preferível: elevar o padrão de vida em benefício da coletividade ou aumentar o braço barato, baratíssimo, miserável, em proveito de alguns fabricantes de munições ou de demagogias sangrentas. Da resposta a essa premissa decorrerá a política demográfica a ser adotada. Êsse, o ponto de vista econômico e social. Quanto à eugenia pròpriamente, ainda

que fôsse desde já possível operar-se com segurança, também conviria determinar antes de tudo a meta desejável. Quando se selecionam cavalos, diz o prof. Samuel Lowrie em seu curso de Sociologia Geral, sabe-se o que se procura. Animais de corrida ou de carroça, obtêm-se mediante certos cruzamentos". O mesmo ocorre com os cães. Mas quando se fala em selecionar os homens, que tipo de homem se visa? Será o do atleta, o do intelectual? O do artista? Que se quer afinal, cérebro, músculos, resistência, rapidez? Um conjunto de tudo isso, dirão. Seria como se o criador tentasse selecionar uma raça de cães com pêlo de lulú, orelhas de basset, faro de perdigueiro, velocidade de galgo, ferocidade de bulldog, esperteza de fox, etc... Não chegaria assim ao "street dog", ou vira-lata, negação absoluta do racismo e maravilhoso exemplo do valor da mestiçagem?

APÊNDICE

PIRACICABA

De pelo menos três coisas podem os piracicabanos orgulhar-se. Em qualquer parte do mundo seriam com efeito motivo de admiração a Escola Agrícola Luiz de Queiroz, o bosque encantado do mirante do Salto e a chácara do dr. Jorge Pacheco e Chaves. Essas jóias da "noiva da colina", juntamente com as excentricidades topográficas que lhe proporcionam lindos "vestidos" de arvoredos e casario, já bastariam para que eu dissesse aquí meu entusiasmo pela cidade que não visitava há onze anos. Mas eu me recuso a contemplar Piracicaba apenas pelo prisma do turismo; antes de tudo é ela uma cidade desprendida do imediatismo, sem espírito comercial; é ela, principalmente um centro universitário, artístico, intelectual em suma, no mais largo sentido da palavra. E mesmo em sua vida cotidiana êsse aspecto a caracteriza, fazendo dela não um entrepôsto de distribuição, como tantos outros, mas um núcleo de produção de riqueza. Por isso também é a cidade proletária e aristocrática, mas não burguesa, em contacto com a terra e com o espírito, apoiada na realidade agrícola e na pesquisa científica. Cidade de massas ativas e de elites em perfeita comunhão de bens. Das vantagens dêsse casamento temos uma idéia clara ao percorrer o município de automóvel ou jardineira. A divisão da propriedade permanece harmoniosa a-pesar-da tendência que se vem revelando, ùltimamente, para a formação de latifúndios em tôrno das usinas de açúcar. Aliás, observando pessoalmente a região, já não mais através de dados de recenseamento, de simples números sem vida de cifras quase abstratas, adquiro a convicção de que os inconvenientes apontados pelos sociólogos e economistas na existência do latifúndio aquí se atenuam considerá-

velmente em razão do cultivo carinhoso e intensivo do solo. Até os limites do horizonte, por onde quer que se arrisque o viajante, o panorama policrômico das culturas variegadas se repete; em nenhuma zona do Estado mais justo lhe parece ufanar-se de São Paulo. Não há espaços vazios, nem carrascais, por tôda parte vida e movimento, e a presença do trabalho do homem, modificando e melhorando a natureza. E, com o relativo bem estar da população rural, o espetáculo envaidecedor e reconfortante de um estoque humano de bom quilate. Aquí não é sòmente a paìsagem que nos confirma a possibilidade de uma grande civilização sob os trópicos; é ainda o habitante, saùdavel, bem calçado, a caminho da cidade, pelos atalhos poeirentos do domingo.

Sociològicamente, Piracicaba coloca diante do estudioso várias soluções interessantes a muitos dos nossos mais debatidos problemas. Assim o da assimilação do imigrante, operada com o melhor êxito; o da distribuìção da propriedade imóvel: o da cultura racional da terra: o do equilíbrio entre as zonas rural e urbana; o da alfabetização eficiente.

De acôrdo com o recenseamento de 1934, apresenta o município de Piracicaba 8% de estranjeiros, apenas. Esta porcentagem pouco tem variado, desde 1890 quando, segundo Mário Ne me, que colheu inúmeros dados a respeito, era de 8,6%. Sem enquistamentos étnicos, bem diluída na população brasileira e bem adaptada às condições favoráveis de clima e solo, essa população estranjeira fundou-se aos poucos com a nativa e constituiu uma verdadeira contribuìção de valor para o progresso da região. Nunca houve, no Município, grandes entradas de imigrantes. Para lá se dirigiram sempre, em permanente corrente imigratória, os elementos mais estáveis entrados no país. A porcentagem quase constante de 8% reflete uma situação em que a assimilação se processa com regularidade sendo os nacionalizados substituídos, paulatinamente, por novos imigrantes. Essa imigração mostra ainda que o ambiente cultural facilita imenso a assimilação e que na elevação do nosso nível está em grande parte a solução dêsse problema, agudo em outros recantos do Brasil. Em Piracicaba nem alemães, nem sírios, nem espanhóis, nacionalidades que fàcilmente se enquistam, escaparam à assimilação. Por outro lado, talvez no justo equilíbrio entre as zonas urbana e rural, formando um todo harmonioso em que não ocorre o isolamento do imigrante nem lhe é permitido o agregamento citadino, se encontre mais uma das causas explicativas dessa assimilação perfeita do estranjeiro em Piracicaba. Foi ela tão completa em tôdas as camadas da população que já hoje figuram nacionalìsticamente nas posições mais

destacadas da sociedade piracicabana, ao lado dos nomes tradicionais dos primeiros povoadores, os Moraes Barros, os Arruda Pinto, os Ferraz, os Mello e Amaral, os Krahenbühll, os Kok, os Diehl etc... Chamam-se assim mas é bastante ouvir-lhes o sotaque, a fala descansada e serena, de quem primeiro pica o fumo e acerta a palha, para compreender a que ponto são também de casa, e de raiz. A fusão democrática aquí se processou à sombra das condições culturais favoráveis e nada foi necessário fazer contra o estranjeiro para que êle se nacionalizasse.

Em artigo publicado há tempos n"O Estado de S. Paulo" a propósito de uma reportagem feita em Santa Catarina por Carlos de Lacerda, afirmei que ao imigrante, para que não conserve a nostalgia de seu país de origem, segregadora e perniciosa, era preciso dar um ambiente cultural pelo menos comparável ao que abandonara premido pela necessidade. Foi o que aconteceu em Piracicaba. O estranjeiro encontrou nessa cidade não sòmente possíveis soluções econômicas, mas ainda escolas, clubes, sociedade em suma, grupos secundários ativos disputando-lhe os lazeres, criando-lhe novas ambições, transformando-lhe a expectativa do destino, permitindo-lhe ainda uma transição mais fácil para a sua penetração nos grupos primários, que são os plasmadores da nacionalidade.

Com referência à divisão da propriedade viu-se favorecida a região de Piracicaba com a introdução tardia do café (por volta de 1880), o que a fêz coincidir, por assim dizer, com a Abolição e o início da grande imigração. As primeiras crises do café já influiram no sentido do parcelamento do latifúndio e na ascenção dos colonos à categoria de pequenos proprietários. Com isso se desenvolveu a policultura e se constituíu essa riqueza sólida do município. O café, com seus aventureiros, se deslocou logo e logo para outras bandas, pela Sorocabana e Araraquarense afora em busca de mais elevado rendimento, deixando a região entregue à perseverança dos elementos mais estáveis. Parafraseando Le Bon, que considera não estar na inteligência, mas no caráter, a grandeza de uma nação, poderíamos dizer que a sua verdadeira riqueza não está nas ousadias dos desbravadores nômades, irrequietos, gananciosos, mas sim nos colonizadores sedentários, pacatos, ordeiros. Aquêles constróem na areia uma fortuna que se esboroa à menor borrasca; estes plantam seu progresso na terra firme, onde as raízes mais lentamente penetram mas onde, também, mais profundamente se fixam. A tese é, porém, perigosa e me afastaria demasiado do objetivo puramente impressionista destas notas. A cultura racional acompanhou essa divisão imobiliária e, graças a Luiz de Queiroz, encontrou numa escola superior de agricultura

uma orientação continuada, inteligente, carinhosa. Terras analisadas, adubação adequada, seleção das qualidades, tudo se conjugou para o resultado admirável com que hoje depara o visitante. E porquê se tornou cada vez mais dadivoso, bem tratado que era, o homem se fixou no campo, e amou a sua terra. E como amava a sua terra procurou fazê-la sempre melhor, dotando-a de estradas boas, de comunicações fáceis, o que evitou a condensação urbana exagerada, o que deu ao município um corpo bem proporcionado e saùdável. Piracicaba não correu assim o risco da macrocefalia, tão comum às regiões de desenvolvimento demasiado rápido, ou nas quais devido a riquezas transitórias a cidade consome sòzinha tôdas as energias da região. O metabolismo piracicabano não apresenta irregularidades e as trocas entre cidade e campo se fazem em perfeita e salutar harmonia.

O PROBLEMA DO SUL

Afirma o sr. Emílio Willems que não foi sem hesitação que resolveu publicar o seu trabalho sôbre a assimilação das populações de origem germânica no sul do país (1). Bem compreendemos essa hesitação, pois o problema é dos mais complexos e delicados e poquíssima literatura encontra em nossa bibliografia sociológica. Quando não tivesse outros méritos, e os tem inegàvelmente, a obra do sr. Willems só por ser a primeira tentativa séria de analisar a situação das populações teuto-brasileiras já mereceria tôda a nossa simpatia e tôda a nossa atenção.

O problema da assimilação, que desde 1930 vem preocupando o nosso govêrno, após um descaso criminoso de quase um século, encontra seus mais completos estudos e seus exemplos mais convicentes nos Estados Unidos. Nesse país onde a imigração se processa em enorme escala e onde os próprios preconceitos nativos contribuíram para a formação de inúmeros e variados quistos étnicos, os sociólogos tiveram elementos magníficos para um trabalho de campo eficaz. Desde as primeiras pesquisas efetuadas por volta de 1850 em tôrno dos imigrantes irlandeses, até os últimos anos, com as obras de Stonequist, sôbre o homem marginal, de Robert E. Park, Warren Thompson, Henry Taft e outros sôbre os vários aspectos da questão, vem se acumulando nos Estados Unidos extensa literatura sôbre o assunto, o mais das vêzes honesta, imparcial, objetiva. Dela se valeu com proveito Emílio Willems, e para ela, aliás, chama a nossa atenção a todo instante o que não nos parece excessivo em vista das medidas administrativas nem sempre felizes dos que, embora com a melhor boa vontade, se orientam simplesmente pela intuição ou pelas reportagens mais ou menos interesseiras.

De início se verifica a necessidade de definir o que se deva entender por assimilação. Pelo que me tem sido dado observar, há a respeito grande confusão e não raro se imagina que se trate de fusibilidade. Ora, a fusão depende de fatores quase sempre demo-

(1) — Cia. Editora Nacional — S. Paulo, 1940.

gráficos não raro também econômicos e a sua ausência não implica forçosamente na impossibilidade da assimilação. Esta, segundo os mais acatados sociólogos americanos, seria o "processo ou processos pelos quais povos de origens raciais diversas e diferentes heranças culturais, ocupando um território comum, realizam uma solidariedade cultural suficiente, pelo menos, para sustentar uma existência nacional" (2). O grande malentendido está nas diversas definições dadas à palavra assimilação, como se vê, e dessa controvérsia, em que cada qual mantém o seu ponto de vista, nada de útil pode decorrer. Para o brasileiro, assimilação comporta um sentido quase fisiológico em que uma das culturas "digere" a outra. E' evidente que dentro desta concepção tão pouco se poderia julgar assimilado o italiano ou mesmo o negro, a-pesar-de sua fusão com o luso-brasileiro, pois nenhum dêles foi digerido, mas trouxe a sua contribuição original e a manteve através do cruzamento. Outra corrente de observadores nacionais julga realizada a assimilação quando ocorre esse cruzamento de etnias em porcentagens bastante ponderáveis. A explicação do casamento, entretanto, está mais na posição econômica dos nubentes do que na sua convicção racial. E isso se comprova em qualquer parte do Brasil, verificando-se como o fêz Samuel Lowrie entre nós, que o estranjeiro se esforça a um tempo, por penetrar na classe rica brasileira e evitar a pobre, e que, quando vê dificultada a sua ascenção, permanece em isolamento dentro da classe média.

Em oposição a essas nossas concepções de assimilação, surge a idéia alemã da manutenção de uma etnia e de uma cultura germânicas puras no novo "habitat" das colônias teutas. Duas pressões fortes se verificam, portanto, das quais é vítima o teuto-brasileiro que, para atendê-la, se vê obrigado a uma atitude ambivalente incompreendida tanto pelo brasileiro como pelo alemão. Emílio Willems estudou com muito cuidado a marginalidade que decorre dessa situação. O material que apresenta para objetivá-la é abundante e imparcial e metòdicamente analisado. E à exposição clara, e elegante mesmo, que faz do assunto, acrescenta sua crítica construtiva às medidas já tomadas pela administração brasileira. E no momento em que outro núcleo de imigrantes, o japonês, vem se transformando também em problema, entre nós, a leitura dêste volume honesto e inteligente parece dever ser extremamente proveitosa, para que se não repitam certos erros primários.

Entre essas sugestões aproveitáveis anotarei aquí apenas as mais importantes e comprovadas sociològicamente. Em primeiro lugar, coloca-se a da localização do imigrante em regiões de comu-

(2) — Robert E. Park, cit. pelo autor — Enciclopédia de Ciências Sociais. — Vol. II. N. Y., 1935, p. 281.

nicações fáceis, em que o isolamento não favoreça a preservação da cultura original. Sempre houve por parte do brasileiro um certo orgulho em se considerar o pioneiro da derrubada e um certo desprêzo pelo italiano porquê êste só procurou em regra geral, a zona já desbravada, em início de civilização. Pois talvez esteja nessa ocorrência o motivo da rápida assimilação dêsse imigrante e da sua fusão intensa e extensa com o luso-brasileiro. Essa localização em zonas já povoadas e ligadas aos centros urbanos provou ser a melhor e fêz a grandeza econômica de S. Paulo. Por que não seguí-la sistemàticamente?

Em segundo lugar temos a questão das escolas em número suficiente para que o imigrante não se veja forçado a criar um sistema de educação próprio. Não basta fechar os estabelecimentos de ensino em que a nossa língua, a nossa história e a nossa geografia são relegadas para plano secundário; é preciso substituir as escolas fechadas. o que nem sempre acontece...

E, finalmente, impõe-se uma política religiosa liberal, de respeito à crença do imigrante. Sabe-se hoje, com efeito, que uma das causas do isolamento das primeiras colônias teutas se encontra na exigência imperial do casamento religioso católico. Causa de isolamento e de desmoralização da família imigrante, pois, recusando-se a renegar o protestantismo, mantinha-se o colono teuto em estado de concubinato perante a lei brasileira.

Haveria ainda a mencionar no caso da imigração subvencionada, o aliciamento por meio de uma propaganda deshonesta de mirabolantes vantagens oferecidas no Brasil ao lavrador. Com a deturpação interesseira e criminosa da realidade, provocou-se, no Império, a vinda de inúmeros elementos abastados que aquí se desiludiram e se transformaram em revoltados e agitadores. Também em 1926. chegaram a S. Paulo numerosos camponeses rumenos atraídos pelas promessas absurdas de distribuição de terras. Verificando aquí que deviam aceitar uma situação de simples colonos, deram trabalho às autoridades e acabaram se dispersando, falidos moralmente, prêsas fáceis do crime, elementos de anarquia e desintegração.

Também um nacionalismo agressivo, primário, jornalístico, mal informado, muitas vêzes, acêrca da realidade da assimilação, porquê prêso a exterioridades sem importância, como côr de cabelo, nome estranjeiro, etc., constitue muitas vêzes obstáculo sério à solução favorável dos enquistamentos. Cita a propósito, o autor, a reação de elementos que, a meio caminho de assimilação, se viram expulsos assim da comunidade nacional, desanimaram e voltaram saùdosos do seu germanismo original. "Que adianta querermos ser como êles, dizia um dêsses elementos referindo-se aos luso-

brasileiros, meu irmão não fala alemão, tem hábitos de brasileiro mas todos o chamam de "alemão". Melhor, é ficarmos como somos desde que não querem reconhecer-nos". Da mesma forma temos, em S. Paulo, a censurar-nos o costume pouco delicado de "xingar" de "turco" aos descendentes de sírios, e de "carcamanos" aos filhos de italianos, muitas vêzes apenas porquê não têm nomes que nos agradam eufônicamente. Com essa atitude, alimentada por um nativismo absurdo, de mameluco intoxicado pelo complexo de inferioridade, nós mesmos dificultamos a assimilação do advena e lhe criamos, no espírito, problemas psicológicos insolúveis; nós mesmos o colocamos à margem da nacionalidade. E não adianta uma política de coerção para resolver um caso de psicologia social. Não é "contra" o imigrante que nos cabe agir, mas a "favor" do Brasil, o que nem sempre é a mesma coisa.

Voltando ao caso alemão dos Estados do Sul, desejo ainda anotar que no ponto em que nos encontramos a política da assimilação já se revela exigente de uma orientação competente e hábil. Sem conhecer as palavras de Fairchild recomendando, para os Estados Unidos, uma ação "no sentido de apresentar ao imigrante uma América que seja de fato digna de sua devoção e lealdade", e de esconder-lhe a caricatura do Novo Mundo, eu já escrevia há tempos que ao imigrante deveríamos antes de mais nada proporcionar um ambiente suscetível de abafar em sua alma a saùdade da terra natal. E' imprecindível que da comparação de seu país de origem com o nosso não fique êste em posição de inferioridade. Todo o nosso esfôrço assimilador precisa portanto voltar-se para um desenvolvimento cultural elevado, enleador, dissolvente dos resíduos estranhos existentes no imigrante ou em seus descendentes.

O assunto é sem dúvida dos mais difíceis e complexos e não será num modesto comentário à margem de uma obra de primeira ordem que o resolveremos. Mas fica aquí consignado o valor da pesquisa do sr. Emílio Willems, professor de sociologia na Universidade de S. Paulo, a qual já deu e continua a dar provas de sua imensa utilidade e que juntamente com a Escola Livre de Sociologia e Política vem elevando dia a dia mais o nível de nossa contribuìção original para o estudo dos grandes problemas sociais brasileiros. O estudo do sr. Willems figura, com o do sr. Samuel H. Lowrie sôbre o padrão de vida dos operários paulistas, o do sr. Bruno Rudolfer sôbre a unidade estatística recomendável nos nossos trabalhos e o do sr. Roberto Simonsen sôbre a História Econômica do Brasil, entre o que de melhor se tem publicado em S. Paulo no campo das ciências econômico-sociais.

ÍNDICE

ÍNDICE DOS NOMES CITADOS

A

AGUDOS — 12, 62
ALBUQUERQUE, Fco. de — 163
ALEGRE (RUA) — 168
ALEGRETE, Marquês de, 14
ALTINÓPOLIS, 11, 53, 55
AMPARO, 11, 52, 55, 93, 94
ANÁPOLIS, 11, 56, 94
ANGATUBA, 10, 49, 50
ANGOLA, 130
ANHANGABAÚ, 172
ANHEMBÍ, 10, 49, 50
APARECIDA, 10, 41, 42, 80
APIAÍ, 77, 112
ARAÇARIGUANA, 10, 49, 50
ARAÇATUBA, 12, 64, 65, 107, 108
ARARAQUARA, 11, 51, 52, 54, 56, 93, 95, 99, 100
ARARAQUARENSE, 11, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 46, 52, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 101, 104, 197
ARARAS, 11, 54, 56, 93, 94
AREIAS, 10, 30, 33, 39, 41, 42, 80
ARIRANHA, 12, 61
ARZÃO, 172
ASSIS, 12, 62
ATIBAIA, 10, 49, 50, 87, 173
AVAÍ, 12, 64, 65
AVANHANDAVA, 12, 64, 65, 107, 108
AVARÉ, 12, 62

B

BAÍA, (Estado) 48, 130, 152
BALBI, 13,
BANANAL, 10, 15, 30, 39, 41, 42, 80
BARIRI, 12, 61, 77, 98, 111
BARRA BONITA, 12, 61, 102
BARRA FUNDA, 159
BARRÊTOS, 11, 54, 56, 93, 99
BARROS, MORAES — 198
BATATAIS, 11, 52, 55
BAURÚ, 12, 33, 64
BEBEDOURO, 11, 52, 56
BERNARDINO DE CAMPOS, 12, 62
BEXIGA, 159
BICA DE PEDRA, 12, 61, 102
BIRIGUI, 12, 64, 65, 107, 108
BOA ESPERANÇA, 12, 61, 102
BOCAINA, 61, 62
BOCAIÚVA, 12, 63, 65, 102
BOFETE, 10, 49, 50
BOM SUCESSO, 77, 111
BORBOREMA, 12, 61
BOTUCATÚ, 12, 62, 105
BRAGANÇA, 10, 11, 44, 49, 50, 51, 83, 87
BRÁS, 163
BRODOWSKI, 11, 53, 55
BROTAS, 12, 61, 102
BUENO, AMADOR — 172,
BUQUIRA, 10, 41, 42

C

CABREUVA, 11, 49, 50, 89
CAÇAPAVA, 10, 41, 42
CACHOEIRA, 10, 41, 42
CACONDE, 11, 55, 100
CAFELANDIA, 12, 64
CAJOBÍ, 11, 56
CAJURÚ, 11, 55
CAMPINAS, 10, 11, 30, 31, 32, 33, 44, 46, 49, 50, 51, 64, 83, 88, 93, 158
CAMPO LARGO, 11, 49, 50
CAMPOS DE JORDÃO, 80
CAMPOS NOVOS, 12, 62
CANANEIA, 77, 112, 113, 114
CANDIDO MOTA, 12, 62
CAPÃO BONITO, 77, 111
CAPIVARÍ, 11, 44, 46, 49, 50
CAPOEIRAS, 77, 112
CARAGUATATUBA, 10, 41, 42
CARVALHO, Luiz Antonio Neves de — 122
CASA BRANCA, 11, 52, 55, 100
CATANDUVA, 12, 61, 63
CEDRAL, 12, 61, 63
CENTRAL (zona), 19, 20, 21, 23, 27, 30, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 57, 63, 83, 153
CERQUEIRA CESAR, 12, 62
CHAVANTES, 12, 62, 64
CHAVES, Jorge Pacheco, 195
CHICAGO, Universidade, 151
COLINA, 11, 56
CONCEIÇÃO DE MONTE ALEGRE, 9, 12, 62
CONCHAS, 11, 49, 50
CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA, 8
CONGRESSO DE POPULAÇÃO DE PARÍS, 8
COROADOS, 12, 64, 65, 107, 108
COTIA, 11, 77, 110
COUTINHO, Rodrigo de Souza, 129
CRAVINHOS, 11, 55
CRUZEIRO, 10, 41, 42
CUNHA, 10, 41, 42

D

D. JOÃO VI, 130
DEPARTAMENTO DE CULTURA, 159, 163, 183
DESCALVADO, 11, 56, 94
DIEHL, 198
DIREITA (rua), 168
DOIS CORREGOS, 12, 61, 102
DOURADO, 12, 61, 102
DUARTINA, 12, 64

E

EMBÚ, 172
ESCOLA AGRÍCOLA LUIZ DE QUEIROZ, 195
ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 8, 33, 151, 154
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, 11, 55
ESPÍRITO SANTO DO TURVO, 12, 62
ESTADO DE SÃO PAULO (jornal), 29, 198
ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE, 137, 152, 154, 199, 202

F

FAIRCHILD, 202
FARTURA, 12, 62
FAXINA, 77, 111
FELIPE IV, 170
FERNANDES, Baltazar, 171
FONSECA, Antonio Safino da, 184
FRANCA, 11, 51, 52, 55
FRANÇA, 137, 189, 191
FREIRE, Gilberto, 150, 151, 152, 154, 155

G

GÁLIA, 12, 64
GARÇA, 12, 64
"GEOGRAFIA" (revista), 15, 76
GLICERIO, 12, 64, 65, 107, 108
GOIAZ (estado), 54, 144
GOUVÊA, Francisco de — 138
GRÃ, Luiz da — 171
GRAMA, 55, 100
GUAIANAZES (Largo dos) 163
GUAÍRA, 11, 56
GUARÁ, 11, 55
GUARAREMA, 10, 38, 41, 42, 80
GUARATINGUETÁ, 10, 23, 41, 42, 80, 184
GUAREÍ, 11, 49, 50
GUARIBA, 11, 52, 56
GUARUJÁ, 77, 110
GUARULHOS, 77, 110

H

HOLANDA, Sergio Buarque de, 122
HORTA, A. J. da Franca e — 14, 120, 121, 130, 182, 184
HOSPICIO (largo do), 183

I

IACANGA, 12, 64
IBIRÁ, 12, 61, 63
IBITINGA, 12, 61
IGARAPAVA, 11
IGARATÁ, 10, 41, 42, 80
IGUAPE, 77, 112, 113, 114
IMPERATRIZ (rua da), 168
INACIO UCHÔA, 12, 61, 63
INDAIATUBA, 11, 49, 50, 89
INGLATERRA, 189
IPAUSSÚ, 12, 62
IPORANGA, 77, 112
ITABERÁ, 77, 111
ITAÍ, 55, 77, 111
ITAJOBÍ, 60, 61, 63
ITANHAEN, 77, 112
ITAPECERICA, 77, 110
ITAPETININGA, 10, 11, 43, 49, 50, 83
ITAPEVA, ver Faxina
ITAPIRA, 11, 55, 93
ITAPOLIS, 12, 61
ITAPORANGA, 77, 111
ITARARÉ, 77, 111
ITATIBA, 11, 49, 50, 88
ITATINGA, 12, 62
ITÚ, 11, 44, 46, 49, 50, 89, 144
ITUVERAVA, 11, 55

J

JABOTICABAL, 11, 52, 54, 56
JACAREÍ, 10, 31, 41, 42, 80, 154
JACUPIRANGA, 77, 112, 113
JAGUARÍ, 165
JAMBEIRO, 10, 41, 42
JARDINOPOLIS, 11, 53, 55
JATAÍ, 10, 41, 42
JAÚ, 12, 61, 102
JOANOPOLIS, 11, 49, 50, 87
JOSÉ BONIFACIO, 12, 61, 63
JUNDIAÍ, 11, 30, 32, 33, 44, 49, 50, 88, 89
JUQUERÍ, 11, 77, 110

K

KOENIGSWALD, Gustavo, 15
KOK, 198
KRAHENBÜHLL, 198

L

LACERDA, Carlos de, 198
LAGOINHA, 10, 41, 42
LARA, Antonio de Toledo, 138
LARANJAL, 11, 49, 50
LE BON, 198
LEÃO, Nossa Senhora do Carmo (bergatin), 11
LEITE, Serafim, 171
LEMAITRE, Jules, 191
LEME, 11, 56, 94
LENÇÓIS, 12, 62, 63, 65, 105
LERY, Jean de, 171
LIBERDADE (Largo da) — 163
LIMEIRA, 11, 52, 54, 56, 93, 94
LINHARES, 123
LINS, 12, 64, 65
LITORAL SUL, 12, 77, 112
LOPES, Manuel — 182
LORENA, 10, 41, 42
LOWRIE, Samuel H. — 11, 33, 54, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 192, 200, 202
LUZ, Jardim da, 163

M

MACHADO, Alcantara — 8, 171
MACHADO, (Brigadeiro), 14
MANDAQUI, 172
MARACAÍ, 12, 62
MARILIA, 12, 32, 64, 65
MARTIN, Jules — 155
MARTIUS, von — 145, 147, 148, 150, 159
MATÃO, 12, 61
MATEUS, Morgado — 179
MATO-GROSSO, 64
MENEZES, Francisco da Cunha — 135
MENEZES, Rodrigo Cesar de — 173, 182
MINAS GERAIS, (Est. de) — 54, 82, 142, 143, 172
MINEIROS, 12, 61, 102
MIRASSOL, 12, 61, 63
MISSÕES, Território de — 153
MOCOCA, 11, 55, 100
MOGÍ DAS CRUZES, 10, 23, 31, 32, 38, 41, 42, 80, 154
MOGÍ GUASSÚ, 11, 55, 99
MOGÍ MIRIM, 11, 51, 52, 54, 55, 93, 99
MOGIANA (Zona), 10, 11, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 43, 44, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 67, 91, 92, 154
MONBEIG, Pierre, 66, 108
MONTE ALTO, 12, 61
MONTE APRAZÍVEL, 12, 61, 63
MONTE AZUL, 11, 52, 56
MONTE MOR, 11, 49, 50, 89
MONTEIRO, José Joaquim, 137
MOTTA, Antônio da, 177
MULLER, Daniel Pedro, 15,
MUNDO NOVO, 12, 61

N

NATIVIDADE, 10, 41, 42
NAZARÉ, 11, 49, 50, 87
NEME, Mário, 196
NÓBREGA, Manuel da, 139
NOROESTE (Zona), 11, 12, 19, 20, 21, 25, 26, 52, 57, 58, 63, 64, 65, 101, 103, 106, 108
NORTE (Zona), 15, 19, 20, 21, 27, 30, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 60, 63, 79, 105, 153, 154
NOSSA SENHORA DA CANA VERDE (navio), 14,
NOSSA SENHORA DO CARMO LEÃO, (Bergantin), 13
NOSSA SENHORA DO Ó, 163
NOVA EUROPA, 61
NOVA GRANADA, 12, 61, 63
NOVO HORIZONTE, 12, 61, 63
NUPORANGA, 11, 55

O

OESTE (zona), 27
OEIRAS, conde de — 135
ÓLEO, 12, 62
OLÍMPIA, 11, 54, 56
OLIVEIRA, Armando de Sales, 25
ORLÂNDIA, 11, 55
OURINHOS, 12, 62, 64
OURO PRETO, 25

P

PALMEIRAS, 11, 52, 56, 94
PALMITAL, 12, 62
PARAGUASSÚ, 12, 62
PARAÍBA, (vale do), 15, 22, 36, 43
PARAÍBUNA, 10, 41, 42
PARANÁ (Est. do), 21, 27, 64, ..109, 148, 150
PARANAGUÁ, 173
PARK, Robert E. — 199, 200
PARNAÍBA, 11, 33, 46, 49, 50
PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ, 11, 55
PAULISTA (zona), 11, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 43, 44, 46, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 63, 67, 91, 93, 94, 153, 154
PEDERNEIRAS, 12, 55, 61
PEDREGULHO, 11, 55
PEDREIRA, 11, 93
PENÁPOLIS, 12, 60, 64, 65, 107, 108
PENHA, 128, 163
PEREIRAS, 11, 49, 50
PERNAMBUCO, 122
PHILIPPE, Charles Louis, 185
PIEDADE, 10, 11, 49, 50
PIERSON, Donald, 151, 152
PINDAMONHANGABA, 10, 23, 41, 42
PINDORAMA, 12, 61
PINHEIROS, 10, 39, 41, 42, 80, 163
PINTO, Arruda — 197
PIQUETE, 10, 41, 42
PIRACAIA, 10, 11, 49, 50, 83, 87
PIRACICABA, 10, 11, 32, 33, 44, 46, 49, 50, 51, 83, 89, 195, 196, 197, 198
PIRAJÚ, 12, 62, 64, 65
PIRAJUÍ, 12, 107
PIRASSUNUNGA, 11, 56, 92
PIRATININGA, 12, 64, 65
PITANGUEIRAS, 11, 52, 56
PIZA, Antônio de Toledo, 136, 142, 143
PLATINA, 12, 62
PORANGABA, 11, 49, 50
PORTO FELIZ, 11, 44, 46, 49, 50
PORTO FERREIRA, 11, 56, 94
PORTUGAL, 130, 138, 171
POTIRENDABA, 12, 61, 63
PRADO JÚNIOR, Cáio — 15, 76
PRESIDENTE ALVES, 12, 64
PRESIDENTE PRUDENTE, 12, 60, 62, 65, 105
PRESIDENTE VENCESLAU, 12, 62, 65, 105
PROMISSÃO, 12, 64, 65, 107, 108

Q

QUATÁ, 12, 62
QUEIROZ, Luiz de — 197
QUELUZ, 10, 39, 41, 42, 80

R

RECENSEAMENTO, (Comissão de), 31
REDENÇÃO, 10
REPÚBLICA (praça da), 163
REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, 8, 9, 11, 15
RIBEIRA, 77, 112
RIBEIRÃO BONITO, 12, 61, 102
RIBEIRÃO BRANCO, 77, 111
RIBEIRÃO PRETO, 11, 52, 54, 55, 93, 158
RIBEIRÃO VERMELHO, 77, 111

RIO CLARO, 11, 54, 56, 93, 94
RIO DAS PEDRAS, 11, 49, 50, 89
RIO DE JANEIRO, (Est. do), 15, 25, 31, 36, 82, 129, 144, 149, 154
RIO GRANDE DO SUL, 148, 150, 153
RIO NEGRO, 153
RIO PRETO, 12, 60, 61, 63, 102
RODRIGUES, Antônio — 181
RUDOLFER, Bruno, 9, 202

S

SAAVEDRA, Francisco Fernandes, 172
SAINT' HILAIRE, 15, 144, 153
SALDANHA, Martim Lopes Lobo, 133
SALESÓPOLIS, 10, 38, 41, 42, 80
SALTO, 11, 49, 50, 89
SALTO GRANDE, 12, 62, 64
SALVADOR, Frei Vicente do — 172
SAMAMBAIA, (bairro), 183
SANT'ANA, 128, 163
SANTA ADÉLIA, 12, 61
SANTA BÁRBARA, 11, 89
SANTA BÁRBARA DO RIO PARDO, 12, 49, 50, 62
SANTA BRANCA, 10, 41, 42, 80
SANTA CATARINA, 127, 144, 148, 149, 150, 197
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO, 11, 56
SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 12, 62
SANTA ISABEL, 10, 41, 42, 80
SANTA RITA DO PASSA QUATRO, 11, 52, 56, 94
SANTA ROSA, 11, 55
SANTO AMARO, 120, 155
SANTO ANASTÁCIO, 12, 62, 65, 105
SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA, 11, 55
SANTOS, 13, 77, 109, 110, 130, 131, 148, 158, 172, 173
SÃO BENTO (rua), 168, 172
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, 10, 41, 42, 80
SÃO BERNARDO, 30, 77, 110, 128
SÃO CARLOS, 11, 52, 54, 56, 93, 94
SÃO JOÃO DA BOA VISTA, 11, 52, 55, 93, 100
SÃO JOÃO DA BOCAINA, 12
SÃO JOAQUIM, 11, 55
SÃO JOSÉ DO BARREIRO, 10, 39, 41, 42, 80
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, 11, 52, 54, 55, 100
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 10, 41, 42, 154
SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 10, 15, 33, 41, 42
SÃO MANUEL, 12, 60, 62, 63, 65, 105
SÃO MIGUEL, 163
SÃO MIGUEL ARCANJO, 77, 111
SÃO PEDRO, 11, 49, 50, 89
SÃO PEDRO DO TURVO, 12, 62
SÃO ROQUE, 11, 49, 50
SÃO SEBASTIÃO, 10, 41, 42
SÃO SIMÃO, 11, 55
SÃO VICENTE, 77, 110, 130, 171, 172
SARAPUÍ, 11, 49, 50
SERRA AZUL, 11, 55
SERRA NEGRA, 11, 55, 93
SERTÃOZINHO, 11, 54, 55
SETE DE ABRIL (largo), 163
SILVEIRAS, 10, 30, 41, 42
SIMONSEN, Roberto — 8, 13, 130, 202
SOCIEDADE DE SOCIOLOGIA DE S. PAULO — 73
SOCORRO, 11, 55, 93
SOROCABA, 11, 30, 32, 33, 46, 49, 50, 64, 87, 88, 105
SOROCABANA (zona alta) 11, ..12, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 52, 57, 58, 60, 62, 64, 65, 101, 104, 105, 106, 111
SOROCABANA, (zona baixa), 11, 12, 77, 197
SOUZA, D. Francisco de — 135, 172
SOUZA, D. Luiz Antônio de — 14, 173

T

TABAPUÃ, 12, 61
TABATINGA, 12, 61
TAFT, Henry — 199
TAMANDUATEÍ, 163
TAMBAÚ, 11, 55, 100
TANABÍ, 12, 61, 63
TAPIRATIBA, 11, 55
TAQUARÍ, 77
TAQUARITINGA, 12, 61
TATUÍ, 11, 46, 49, 50
TAUBATÉ, 10, 23, 33, 38, 41, 42
TAUNAY, Afonso de — 7, 15, 171, 179
TAVARES, Custódio de Souza, 181
TEXAS, Universidade de — 151
THOMPSON, 136
THOMPSON, Warren, 199
TIETÊ, 11, 49, 50
TIETÊ (rio), 43
TORRINHA, 12, 61, 102
TOULOUSE, dr., 190
TREMEMBÉ, 10, 41, 42

U

UBATUBA, 10, 15, 33, 41, 42
UNA, 10, 11, 49, 50
UNIVERSIDADE DE S. PAULO, 202

V

VALERY (Paul), 190
VARGEM GRANDE, 11, 55, 100
VILA AMERICANA, 11, 49, 50, 86
VILA BELA, 10, 41, 42
VIRADOURO, 11, 52, 56
VOLTAIRE, 190

W

WILLEMS (Emílio), 149, 199, 200, 202

X

XIRIRICA, 77, 112

Z

ZOLA, Emile, 191

ÍNDICE

Roteiro do Café 5

O desenvolvimento da pequena propriedade 73

Recenseamentos antigos 121

Fórmula de Martius 145

S. Paulo em 1886 161

Trigais de S. Paulo 169

Os íntimos da Morte 175

Demografia e Eugenia 187

APÊNDICE

Piracicaba 195

O problema do Sul 199

Índice de nomes citados 203

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

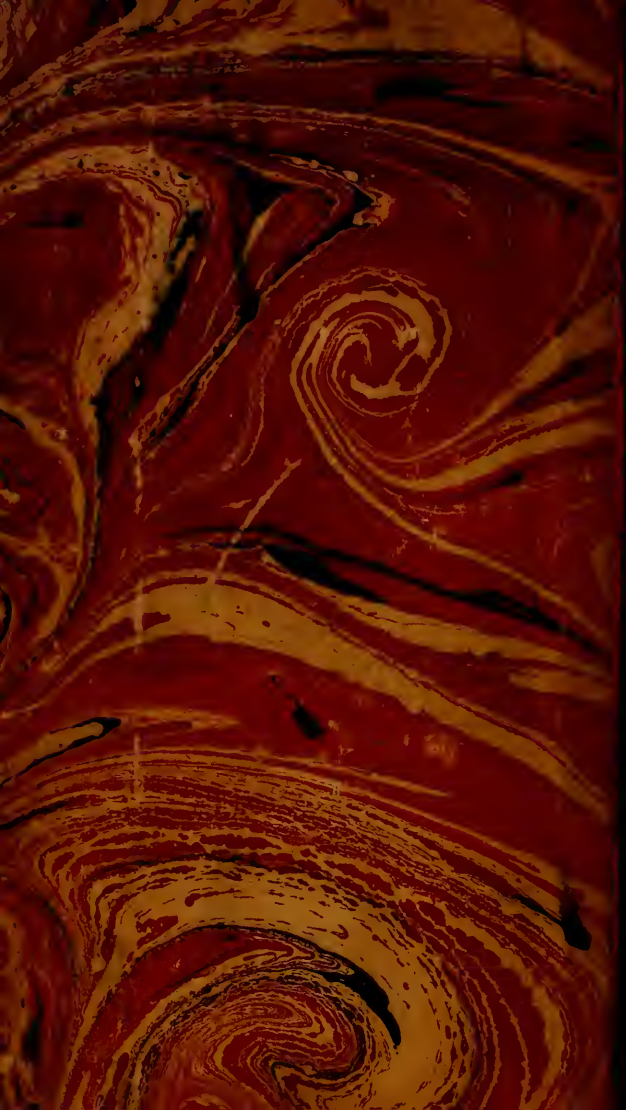
26 JUN			
17 SET 1964			

Imp. Nacional —

Biblioteca do Ministério da Fazenda

1940-46 338.17373
M654
Milliet, Sergio U1
AUTOR
Roteiro do café e outros ensaios
TÍTULO

Devolver em	NOME DO LEITOR
[illegible]	Gl. pa. Gilberto Corrêa
5 NOV 49	" " "
28 NOV 49	"

1940-46

Milliet, Sergio